

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALEXANDRE FREITAS DA SILVA

A DIPLOMACIA PÚBLICA CHINESA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CONTEMPORÂNEAS

Marília – SP
2021

ALEXANDRE FREITAS DA SILVA

A DIPLOMACIA PÚBLICA CHINESA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CONTEMPORÂNEAS

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, na Linha de Relações Internacionais e Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Luís Antonio Paulino

Marília – SP
2021

S586d Silva, Alexandre Freitas da
A DIPLOMACIA PÚBLICA CHINESA NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS / Alexandre
Freitas da Silva. -- Marília, 2021
125 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Luís Antonio Paulino

1. china. 2. diplomacia publica. 3. relações internacionais. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ALEXANDRE FREITAS DA SILVA

A DIPLOMACIA PÚBLICA CHINESA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CONTEMPORÂNEAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP – Campus Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luís Antonio Paulino

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Antonio Paulino

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

Prof. Dr. André Luis Scantimburgo

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço também ao espaço e ao ambiente acadêmico de alto padrão fornecido pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, especificamente através da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília e seu Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

As dúvidas e problemas com o trabalho sempre tiveram em meu orientador, Luís Antonio Paulino, respostas. Sou muito grato por seus ensinamentos, professor.

Ao amigo de moradia, Lucas Lima, agradeço pela generosidade e o bom coração de sempre. Aos amigos Giovane, Theo, João Victor, Vinícius, Marcelo sou muito grato pelas boas conversas, ideias e pela amizade de toda esse período. Quanto ao companheiro irmão, Hércules Paulino, não tenho agradecimentos suficientes, apenas admiração.

À Tenda Espírita São José das Pedras, meus agradecimentos pelo apoio ofertado em momentos difíceis.

À minha família, meus agradecimentos pelo amor sólido que tenho recebido todos esses anos. À Caren, minha companheira fiel de luta, meus agradecimentos por nunca me deixar desistir ou retroceder. Por último, à minha mãe, dona de meu tempo, minha pedra fundamental, obrigado, Marinês.

Nossa trajetória acadêmica é quase toda solitária, os raros momentos de companhia são aqueles que tornam tudo mais fácil e fazem as ideias se encaixarem. Tive sorte de ter esses raros momentos em companhias tão agradáveis. Sou muito grato pelas pessoas que tenho e tive por perto. É da fraternidade e do carinho dessas companhias tão queridas que tenho tirado forças para prosseguir neste momento tão difícil que passamos em todos os sentidos. Não se pode abandonar o Brasil, ainda que ele esteja abandonado, por isso luto por aqueles que ainda fazem esse lugar valer a pena. E vale muito a pena lutar por eles.

“Diz lá pra Dina que eu volto
Que seu guri não fugiu
Só quis saber como é
Qual é
Perna no mundo sumiu

E hoje
Depois de tantas batalhas
A lama dos sapatos
É a medalha
Que ele tem pra mostrar

Passado
É um pé no chão e um sabiá
Presente
É a porta aberta
E futuro é o que virá, mas, e daí?

ô ô ô e á
O moleque acabou de chegar
ô ô ô e á
Nessa cama é que eu quero sonhar
ô ô ô e á
Amanhã bato a perna no mundo
ô ô ô e á
É que o mundo é que é meu lugar”
(Gonzaguinha)

RESUMO

Esta pesquisa parte do seguinte problema: o descompasso entre o poder econômico e político chinês no cenário internacional e a sua capacidade de influência cultural e informacional no mundo. Entende-se que há grande desnivelamento entre o *Soft Power* e o *Hard Power* da China. Esse desequilíbrio contribui para uma percepção desfavorável à China em parte considerável da opinião pública internacional, contribuindo para prejudicar os interesses internacionais do país, além disso, trata-se de uma fragilidade muito explorada pelos principais “rivais” de Pequim, sobretudo os Estados Unidos. Tomado tal problema, o objetivo geral deste trabalho é entender o papel da diplomacia pública chinesa nesse contexto, atuando como principal instrumento para reverter o problema citado e promover uma imagem positiva da China internacionalmente. Para executar este objetivo dividimos o trabalho em quatro objetivos específicos, quais sejam: analisar o progresso da concepção de diplomacia pública em termos conceituais, entender o que é diplomacia pública para a China, analisar a sua relevância dentro da política externa chinesa e listar as principais iniciativas do país naquele campo. Para concretizar esses objetivos, a metodologia do trabalho foi empregada conforme o tempo disponível para a pesquisa, assim a pesquisa foi dividida em dois momentos: no primeiro, um levantamento bibliográfico básico sobre o tema seguido de um aprofundamento com dados governamentais e de organizações culturais e educacionais pelo mundo, bem como um acompanhamento constante de notícias e informações sobre o tema; no segundo momento, um balanço para delimitar o escopo da análise foi realizado acompanhado de uma redação preliminar com interpretação, e discussão das informações levantadas e, por fim, com apoio dos debates entre orientador e orientando, a redação final.

Palavras-chave: China. diplomacia pública. relações internacionais.

ABSTRACT

This research part from the following problem: the mismatch between economic and political chinese power in the international scene and your ability for cultural and informational influence in the world. It is understood that there is a great unevenness between Soft and Hard Power in China. This imbalance contributes for an unfavorable perception to China in considerable part of international public opinion, contributing to harm the international interests of China, besides that, it is a weakness very exploited by the chinese “rivals”, in especial United States. Taken that problem, the main objective of this work is understand the role of China public diplomacy in this context, acting as the main instrument to revert the problem cited and to promote a positive view of China internationally. To execute this objective the work was divided in four specific objectives, which are: analyze the progress of the conception of public diplomacy, understand what is public diplomacy for China, analyze your relevance inside the chinese foreign policy and list the main initiatives from the country in that field. To materialize this objectives, the methodology of this work was employed according to the time available for research, so the research was divided in two moments: in the first, a basic bibliographic survey about the subject followed by a deepening with data from governments and educational and cultural organizations around the world, as well as a constant news track about the field; at the second moment, a balance, to sheet to delimitate the scope of the analysis, was released accompanied by a preliminary writing with interpretation, and discussion about the raised information and, by the end, with the support of the debates between guide and guiding, the final writing.

Key-words: China. Public Diplomacy. International Relations.

LISTA DE TABELAS

Figura 1- Processos de formação da diplomacia pública chinesa	57
Figura 2 - Visão negativa da China entre estadunidenses	86
Figura 3 - Institutos Confúcio pelo mundo.....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I- A DIPLOMACIA PÚBLICA NO MUNDO	14
<i>O conceito de diplomacia pública no século XXI</i>	<i>14</i>
Veículos de mídia.....	15
Advocacy.....	17
Diplomacia de Intercâmbio	18
Diplomacia cultural.....	19
Escuta	20
Esporte e diplomacia pública.....	21
Internet e diplomacia pública	22
<i>O que é a diplomacia pública para a China?.....</i>	<i>23</i>
<i>Diplomacia Pública e Poder</i>	<i>27</i>
<i>Diplomacia pública nas relações internacionais do século XXI.....</i>	<i>32</i>
<i>Considerações parciais</i>	<i>40</i>
CAPÍTULO II - DIPLOMACIA PÚBLICA CHINESA.....	42
<i>Origem e História</i>	<i>42</i>
Visão revolucionária; postura nacionalista.....	44
Do movimento terceiro mundista a ruptura sino-soviética	48
Reorganização e reabertura	54
<i>O processo de formulação da diplomacia pública chinesa</i>	<i>56</i>
<i>Considerações parciais</i>	<i>57</i>
CAPÍTULO III - O PAPEL DA DIPLOMACIA PÚBLICA NA POLÍTICA	
EXTERNA CHINESA	59
<i>A diplomacia pública frente às questões estratégicas da política externa chinesa</i>	<i>60</i>
Tibet.....	60
Xinjiang	63
Hong Kong	66
Taiwan	72
Relações com a Ásia.....	78
Estados Unidos	83
<i>Considerações parciais</i>	<i>87</i>
CAPÍTULO IV – AS PRINCIPAIS INICIATIVAS DA DIPLOMACIA	
PÚBLICA CHINESA.....	90
<i>Instituto Confúcio</i>	<i>90</i>
Presença no mundo	92
Relevância.....	94
Polêmicas e Resistência Ocidental.....	95
Os Institutos Confúcio na América Latina.....	96
O Instituto Confúcio no Brasil	98
<i>Mídia, Publicidade e Redes Sociais</i>	<i>99</i>
Televisão e rádio.....	102
Publicidade	102
Redes Sociais	103
<i>Mercado cultural: um ativo ainda não explorado?</i>	<i>104</i>
Cinema.....	105
Literatura	106
Artes	108
<i>Considerações parciais</i>	<i>109</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo nesta dissertação é a diplomacia pública da China nas relações internacionais contemporâneas. Nosso interesse pelo tema vem de duas constatações: a primeira é que o exercício do poder pelas grandes potências utiliza, além dos mecanismos tradicionais, ou seja, o poder militar e econômico (*Hardpower*), formas mais sutis de poder, como a cultura, o compartilhamento de valores e a imagem positiva do país — o *softpower* ; a segunda constatação é de que no caso da China há um enorme descompasso entre a importância econômica e militar que o país vem adquirindo no mundo atual e o pouco conhecimento de sua história e de sua cultura no mundo e, principalmente, no Ocidente, além da prevalência de visões estereotipadas negativas, frequentemente preconceituosas a respeito daquele país e de sua população.

Superar esse descompasso tem sido um enorme desafio para a China na atualidade, sobretudo porque sua ascensão recente tem sido percebida pela potência hegemônica atual, os Estados Unidos, como uma séria ameaça ao seu plano de transformar o século XXI em um novo “século americano”, já que a China se transformou de “competidor estratégico”, no início do século XXI, em, atualmente, ao que tudo indica, no “inimigo a ser destruído”.

O cerco a que a China vem sendo submetida, inicialmente com a guerra comercial deflagrada pela administração Trump, em fevereiro de 2018, depois com a guerra de narrativas sobre a suposta responsabilidade chinesa na pandemia da COVID-19, e agora as acusações que recaem sobre a China como constante violadora dos Direitos Humanos mostra que o esforço norte-americano de “conter a China” passa, por um lado, por ameaças econômicas e militares e, por outro lado, por um grande esforço de comunicação para construir uma imagem negativa da China face à opinião pública mundial.

Neste contexto, a necessidade de comunicar-se diretamente com o público mundial, criando canais de diálogo direto, não obstruídos por essa guerra de narrativas, é um dos principais desafios que a China enfrenta na atualidade, é aí que entra a chamada “diplomacia pública”.

Definida como um esforço de comunicação de um país com o grande público do resto mundo, a diplomacia pública, a bem da verdade, não é algo tão novo se pode

supor. Já no Império Romano era comum o governo de Roma convidar filhos de reis de territórios estrangeiros para serem educados em Roma e, assim, desenvolverem uma atitude simpática ao seu domínio. Napoleão, quando invadiu o Egito, cogitou converter seu exército ao Islã para facilitar a sua dominação.

O uso moderno da diplomacia pública ganhou, entretanto, renovada força a partir do fim da Guerra Fria, principalmente com o desgaste dos mecanismos usuais de propaganda utilizados naquele período. Enquanto a propaganda é vista como um canal unidirecional de comunicação que utiliza frequentemente informações falsas, sobretudo para desconstruir a imagem de “rivais”, a diplomacia pública parte de uma outra perspectiva: trabalhar com informações confiáveis e abrir canais para expor seus próprios pontos de vista sem se negar a dialogar em torno de pontos de divergência (QIZHENG, 2012).

À medida que cresce a projeção internacional chinesa, cresce também a necessidade de o país construir sólidas relações bilaterais, desmistificar estereótipos e contar sua própria versão de seus fatos ao mundo (QIZHENG, 2012). A grande transformação pela qual a China contemporânea passou é percebida pelo governo chinês como o caminho em curso para devolver um lugar central à China no sistema internacional.

Como parte desse esforço está a necessidade de promover uma inserção pacífica no sistema internacional, daí a importância de promover uma integração por meio da confiança e do aprofundamento das relações políticas, sociais e culturais. A China grande exportadora é de fato muito reconhecida internacionalmente, todavia a China e sua organização social e sistema político não, o que gera grande desinformação e má interpretação sobre o país e seus objetivos em termos de projeto de nação. Elevar as relações bilaterais do país para além do pragmatismo econômico e construir parcerias mais sólidas e duradouras é um objetivo importante para um país que guarda a posição que a China tem no sistema internacional atual.

Nossa interpretação é que a campanha pública de desqualificação da China, que se faz notável durante a pandemia é um indicativo para nosso **problema de pesquisa: A limitação da presença chinesa no embate informacional que permeia as relações internacionais e suas consequências para os interesses da China.**

Portanto, entender como a diplomacia pública chinesa atua diante desse problema ajuda a entender como o país o percebe e o enfrenta. Assim, a pesquisa visa

compreender qual é o papel da diplomacia pública chinesa na busca do país por aumentar sua esfera de influência na opinião pública internacional.

Para tanto, nosso **objetivo geral** é discutir a diplomacia pública da China nas relações internacionais contemporâneas. Como **objetivos específicos** podemos destacar: (a) analisar a evolução da diplomacia pública e a formação do conceito; (b) compreender a visão chinesa sobre a diplomacia pública; (c) entender a sua relevância dentro da política externa chinesa; (d) inventariar as iniciativas do país nesse campo.

A **metodologia** empregada consistiu em: (1) pesquisa bibliográfica sobre o tema com destaque para os trabalhos mais recentes; (2) Levantamento de dados de organizações culturais e educacionais no mundo; (3) Acompanhamento de notícias e informações sobre o tema. Após isso: (4) realizamos um balanço para delimitar o escopo da análise; (5) Redação preliminar acompanhada da interpretação dos dados levantados; Finalmente: (6) debate com o orientador; (7) Redação Final.

Embora a prática seja antiga, o termo “diplomacia pública” é de criação mais recente. Foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1965, conforme Cull (2008), e desde então o tema tem sido objeto de estudos de inúmeros autores, sendo os principais revisados neste trabalho. Como poderá ser observado, não há uma definição única para o termo, que mais se parece com o que se denomina na língua inglesa de “catch-all term”, ou seja, um termo abrangente sob o qual se misturam ideias às vezes até conflitantes. Procuraremos com a revisão bibliográfica deixar mais claro o conceito que adotamos neste trabalho, isto é, a ideia de diplomacia pública como uma via de comunicação de “mão-dupla” destinada a estabelecer diálogos entre sistemas e culturas diferentes, reforçar as trocas interpessoais e fortalecer as relações de confiança para a discussão de temas de interesse comum. Nesse sentido, a diplomacia pública funciona como uma espécie de “guard-rail” destinada a facilitar os diálogos que podem fluir bidireccionalmente em torno dos mais variados temas.

Considerando o problema apresentado acima, o **referencial teórico** empregado levou em consideração a crescente bibliografia sobre o tema, e por isso deu destaque para os trabalhos de Melisen (2005) e Cull (2008) sobre a construção do conceito de diplomacia pública. A respeito do emprego da diplomacia pública pela China utilizamos notadamente Hartig (2015), d’Hooghe (2011) e Zhao Kejin (2014). Novamente para análise da diplomacia pública chinesa, os três últimos autores foram empregados e acrescentamos as visões de Zhang (2017) e Qizheng (2012).

No primeiro capítulo realizamos uma discussão sobre o conceito de diplomacia pública, seguida de uma reflexão sobre o conceito de diplomacia pública para a China e na Política Internacional. Depois uma discussão sobre poder e diplomacia pública e o papel desta nas relações internacionais em um contexto mais recente.

No segundo capítulo falamos sobre a diplomacia pública chinesa, abordando seu desenvolvimento após a fundação da República Popular da China. Ali, tratamos da formulação da diplomacia pública no país, seus órgãos e agentes envolvidos. Com o conhecimento das particularidades do caso chinês, buscamos debater qual é o seu propósito para o país.

O papel da diplomacia pública na política externa chinesa é o tema abordado no terceiro capítulo, com ênfase em alguns fatos específicos e estratégicos para a política externa da China, como a situação das províncias do Tibet e de Xinjiang. E no quarto e último capítulo destacamos as principais iniciativas da diplomacia pública chinesa, como o papel dos Institutos Confúcio e da mídia estatal, bem como as potencialidades do mercado cultural do país.

CAPÍTULO I- A DIPLOMACIA PÚBLICA NO MUNDO

O conceito de diplomacia pública no século XXI

A diplomacia pública é parte de um esforço sistemático nas relações internacionais para a “profissionalização da promoção da imagem internacional de um país” (MELISEN, 2005, P.3). Em virtude disso a diplomacia pública pode ser entendida como um instrumento para criar um ambiente favorável a um país no exterior, dado que auxilia no engajamento cruzado entre Estados e opiniões públicas (VILLANOVA, 2017; SNOW, 2013).

O grande diferencial desse engajamento é a sua forma em duas vias. Segundo Snow (2013), a diplomacia pública promove a aproximação entre os Estados e sociedades abrindo um canal para o diálogo entre ambos. Assim, garante que o alvo da iniciativa na diplomacia pública possa também fornecer seu *feedback* para o Estado que a promove.

É justamente esse aspecto que diferencia a diplomacia pública da propaganda estatal. Para Melisen (2005), é fundamental que não só os estudiosos, mas também governantes desvinculem a diplomacia pública da propaganda estatal no esforço de compreendê-la e aplicá-la. Isso porque, diferentemente da propaganda, a diplomacia pública não é apenas divulgação concentrada de informação com um objetivo único.

Embora a diplomacia pública também atue na divulgação de informações, seu objetivo é mais de conscientizar e criar confiança em longo prazo, o que não ocorre na propaganda. Essa diferenciação é importante também na aproximação recorrente entre a diplomacia pública e o conceito de *Nation Branding*¹, que segundo Melisen (2005) é generalista e homogêneo.

A diplomacia pública é bem mais sofisticada e busca desfazer estereótipos e não os reafirmar. Essa condição leva a uma ligação grande entre a diplomacia pública e o conceito de Soft Power muito em voga no debate atual da política internacional. Em linhas gerais, o papel da diplomacia pública no Soft Power é sua capacidade de ampliá-lo (SNOW, 2013). A diplomacia pública é um projeto que visa fortalecer o Soft Power no longo prazo.

¹ Trata-se de empregar uma imagem muito comumente relacionada ao país que tenha contornos positivos como forma de atribuir uma marca favorável ao país (COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS, 2007).

No século XXI o fluxo de informações ficou muito mais intenso e dinâmico². Nesse cenário, para explicar o conceito de diplomacia pública, Cull (2009) o ramifica³ em campos específicos, nomeadamente os veículos de mídia, *advocacy*, a diplomacia de intercâmbio, diplomacia cultural e escuta⁴ (CULL, 2009). Já Sanders (2011) destaca o papel do esporte na diplomacia pública e Xiguang e Jing (2011) discutem como há atualmente uma diplomacia pública baseada na Internet. Trataremos desses aspectos aqui.

Veículos de mídia

O papel da mídia na política internacional tem sido determinante na formação da opinião pública⁵ internacional. Seu papel nas relações internacionais é descrito por Coban (2016, P.46) da seguinte maneira:

A mídia fornece informação, e ao mesmo tempo molda o processo de aprendizagem das pessoas sobre o mundo, portanto a mídia de massa tem correspondentemente larga influência na imagem que os indivíduos pintam do mundo. Nesse contexto, a mídia se tornou uma importante ferramenta para definir a identidade dos de ‘dentro do grupo’ contra a identidade dos de

² Recentemente o presidente americano Donald Trump utilizou sua conta pessoal no twitter para anunciar um ataque a um aeroporto no Iraque em retaliação aos ataques a embaixada americana nesse país. No ataque um importante general iraniano foi morto. Pelo twitter o presidente dos Estados Unidos anuncia e planeja decisões importantes da política externa de seu país. <<https://epoca.globo.com/trump-ameaca-atacar-52-locais-do-ira-24172131>>

³ Usamos a classificação do pesquisador de comunicação norte-americano e especialista em diplomacia pública Nicholas Cull, professor da *University of Southern California*, com base no trabalho de Villanova (2017) sobre a diplomacia pública brasileira.

⁴ Tradição direta do inglês *listening*.

⁵ Alguns casos são bastante emblemáticos nessa linha de raciocínio. Vejamos a situação da Líbia: Em 2011, por conta da exposição da mídia internacional o presidente Muammar Al-Gaddafi foi tido como sanguinário e autoritário internacionalmente. De fato, era. No entanto, o que chama atenção é que essa constatação só se tornou pública por conta da alta exposição em que a situação da Líbia a caminho de uma guerra civil foi retratada. A princípio, o país era relativamente desconhecido no cenário internacional, com o contexto da primavera árabe a condição da liberdade política na Líbia passou a ser questionada, e a figura de Al-Gaddafi também, ainda que seu governo tenha mantido relações estáveis com algumas potências ocidentais, e que seu país durante seu mandato tenha sido um dos principais fornecedores de petróleo para a Europa (OLIVEIRA, 2015). Bastou a construção de uma imagem insólita do governo Líbia no cenário internacional para a construção de um fato: era preciso apoiar os grupos rebeldes pela liberdade na Líbia e um consenso foi criado, sobretudo no Ocidente, sobre a necessidade do fim do governo de Al-Gaddafi. O que ocorreu com apoio da OTAN, com destaque para atuação francesa e norte-americana na derrubada do governo Al-Gaddafi, que foi capturado e morto. A narrativa era de que a Líbia estava liberta, porém o que se viu foi um país completamente destruído, estagnado e caótico (OLIVEIRA, 2015). Em suma, a Líbia retrocedeu. Destacamos esse acontecimento para lembrar que para o bem ou para o mal o poder da mídia na política internacional é inquestionável, mas seus fins bastante questionáveis. Por isso, o tema é vasto em reflexões.

‘fora do grupo’ com base na representação de uma série de contrastes e oposições (Tradução nossa).

Os veículos de mídia com projeção global são formuladores de opinião na medida em que conseguem criar fatos ou aumentar a projeção dos acontecimentos. Essa condição é fruto da velocidade com que a informação pode circular internacionalmente, em função dos avanços nas tecnologias de comunicação. Assim essa capacidade de atrair atenção da opinião pública pode trazer certos acontecimentos para o centro da agenda de discussões na política internacional, ao direcionar a audiência para pressionar políticas governamentais, que tem como foco aqueles (COBAN, 2016). Por outro lado, os governos podem utilizar, também, a mídia para construir suas próprias agendas, ao influenciar a opinião pública para apoiar seus propósitos⁶. Coban (2016) considera a cobertura da mídia e seu papel nas relações internacionais como o ‘efeito CNN’, em que grandes redes de comunicação ocidentais controlam o debate sobre os temas da política internacional em conjunto com os Estados.

Em contrapartida ao ‘efeito CNN’ aquele autor cita que as regiões afetadas pela informação, oriunda de redes hegemônicas ocidentais, reagem a essa via única de informações constituindo o ‘efeito Al-Jazeera’, no qual redes de comunicação em países afetados pelo controle de informações hegemônico do Ocidente produzem uma segunda via de notícias, isto é, uma via contra hegemônica. O ‘efeito Al-Jazeera’ é a capacidade do grupo de mídia catari de produzir um conteúdo crítico à visão dominante em uma região (Oriente Médio), onde as intervenções do ocidente sempre foram localmente questionadas, mas dificilmente encontravam eco em outras partes do mundo (COBAN, 2016). Assim, a criação de uma rede de informações que produzisse conteúdo em inglês, porém em tom crítico às ações ocidentais, foi fundamental para a disputa de informações sobre o contexto conflitivo no Oriente Médio.

Em decorrência do ‘efeito Al-Jazeera’, diversos países não ocidentais criaram suas próprias redes de informação à divulgação de notícias internacionais — e mesmo nacionais — mas com outro ponto de vista, com conteúdo em inglês para a opinião pública no exterior⁷. Coban (2016) destaca os casos russo, com a Russia Today (RT), e

⁶ Cohen (1986 apud COBAN, 2016, P. 51) ressalta que os governos e as autoridades utilizam a mídia para contornar crises e direcionar opiniões sobre assuntos internacionais a seu favor.

⁷ O movimento acompanhou uma tendência global, já que a própria Europa se desvinculou da centralidade anglo-saxã (CNN, Reuters e BBC) no controle de notícias sobre a política internacional. Países com recursos como França e a Alemanha investiram na promoção de suas redes de mídia pelo mundo, é o caso da rede alemã Deustch Welle e da edição internacional do francês Le Monde, o Le

chinês, com a Chinal Central Television (CCTV) que começaram a contar com conteúdo em inglês e sedes pelo mundo com programação no idioma local. China e Rússia têm ampliado os esforços nessa área com a criação de jornais online de projeção global como a Xinhua News e a Sputnik News. Para Moscou e Pequim, o controle de notícias pelo Ocidente é muito prejudicial aos seus interesses internacionais (SAARI, 2014; COBAN, 2016; THORNTON, 2015).

Advocacy

Conforme a definição de CULL (2008, P.32), a *advocacy*⁸ é, na diplomacia pública, a tentativa de convencer o público externo de uma ideia ou iniciativa por meio das relações públicas. Diferentemente das iniciativas de mídia, a *advocacy* é comumente realizada pelo próprio serviço diplomático. Em linhas gerais o termo explica o esforço de relações públicas pelo serviço diplomático de um país. Para isso é necessário um eficiente serviço de comunicação, pois mesmo que supere barreiras no idioma é possível que barreiras culturais atrapalhem a transmissão da ideia de forma objetiva.

Pelo seu caráter público, a *advocacy* se diferencia da prática do Lobby⁹, que também faz parte da diplomacia pública, mas ocorre com muito menos divulgação. Dellmuth e Bloodgood (2019) explicam que *advocacy* é por essência a atuação de grupos de interesse para influenciar as agendas de tomada de decisão, por isso, é uma importante ferramenta da diplomacia pública. Ao organizar agendas políticas por meio de grupos de interesse, a *Advocacy* traz para a diplomacia pública a presença de atores subnacionais.

Sabatier e Weible (2006) discutem, por exemplo, o conceito correlato de *advocacy coalition framework* responsável por organizar grupos de interesse na sociedade civil com consenso sobre um tema político. A presença desse arranjo de grupos de interesses revela-se importante sobre temas como o Meio Ambiente. No

Monde Diplomatie, que passaram a produzir conteúdo em inglês e nos idiomas locais. Outro exemplo é do jornal espanhol EL País, que se aproveitou do idioma para ampliar sua presença na América Latina.

⁸ Optamos por não fazer a tradução do termo por não encontrar uma correspondência coerente em português.

⁹ O lobby também faz parte das relações públicas de um agente com interesses específicos, e consequentemente é correlato a *advocacy*, no entanto para buscar clareza conceitual vamos adotar a definição de *advocacy* de Nicholas Cull em seu artigo “Public Diplomacy: taxonomies and histories” publicado em: *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, em 2008.

geral, discussões assim tendem a ser balizadas através de agendas políticas oriundas do impacto, em diversos âmbitos sociais, de determinados temas.

Apesar de ainda relevante nos dias atuais, a *advocacy* como modelo de transmissão de informações no sentido clássico, que é do serviço diplomático para a opinião pública, tem perdido espaço. Villanova (2017, P.65) considera que “[...] as práticas de *advocacy*, sem articulação com outros elementos, está perdendo força e distanciando-se do centro das atenções no âmbito da nova diplomacia pública”, justamente pela própria natureza burocrática do ofício, em que a *advocacy* tradicional buscaria assessorar os ministérios de relações exteriores, o que a torna muito menos dinâmica. Com mais acerto, o caminho da *advocacy* é o de se combinar a outras práticas da diplomacia pública, como, por exemplo, os veículos de mídia estatais.

Diplomacia de Intercâmbio

A diplomacia de intercâmbio é “a tentativa de um ator gerir o ambiente internacional enviando seus cidadãos internacionalmente e recebendo outros nacionais” (CULL, 2008, P.33). Mesmo em um contexto em que as discussões sobre a redução dos fluxos migratórios têm ganhado uma opinião pública cada vez mais contrária, principalmente nos países desenvolvidos, a diplomacia de intercâmbio se mantém como um importante eixo da diplomacia pública (BUARQUE, 2016). Isso porque a diplomacia de intercâmbio é direcionada a grupos específicos, geralmente os formadores de opinião.

Os programas de cooperação acadêmica são os mais comuns no campo da Diplomacia de Intercâmbio, pois, por seu caráter, aqueles tendem a promover alta receptividade da cultura local nos pesquisadores estrangeiros. Essa condição, todavia, não é uma regra, mas, ainda assim, o simples fato de um grupo de pesquisadores retornarem a seu país de origem com uma formação realizada no exterior os induz a realizar reflexões sobre temas e valores da sociedade que os recebeu. Alguns exemplos que elucidam essa questão são os programas de intercâmbio dentro da União Europeia, fundamentais para a criação de uma consciência de integração europeia nos cidadãos; e, mais antigo que esses, o programa de atração de cientistas, militares e intelectuais europeus e norte-americanos para auxiliarem no projeto de desenvolvimento capitalista do Japão Meiji (CULL, 2008).

Cull (2008) ressalta como a diplomacia de intercâmbio foi fundamental para a reaproximação franco-germânica (1945-1988), onde a cooperação acadêmica remodelou nas universidades francesas e alemãs a imagem da relação entre os dois países na geração nascida no pós-guerra. E mais recentemente, segundo Iwabuchi (2015), há o caso japonês, cujo governo nacional deu ênfase a diplomacia de intercâmbio cultural japonesa, cujo objetivo é apresentar a imagem de um Japão que cultiva a diversidade cultural em detrimento da imagem de país culturalmente fechado.

Diplomacia cultural

A diplomacia cultural, assim como a diplomacia em seu sentido clássico, é uma prática antiga, dado que remete à iniciativa política de um território soberano em promover sua cultura¹⁰, através de exemplos marcantes que reforcem a identidade local (CULL, 2008). O objetivo é fazer com que os recursos culturais de um país “sejam conhecidos no exterior e/ou facilitar a transmissão de valores culturais internacionalmente” (CULL, 2008, P.45, Tradução nossa). Portanto, a diplomacia cultural é de grande importância para a diplomacia pública, já que o propósito da segunda em promover o engajamento com a opinião pública no exterior, de forma influenciar favoravelmente o país que a promove, passa, principalmente, pela transmissão da identidade cultural de forma favorável a “reforçar o entendimento mútuo e a confiança entre as nações” (SADDIKI, 2015, P.110).

Para Falk Hartig (2015), a diplomacia cultural ganhou muito mais importância recentemente, porque seu financiamento sempre foi um fator secundário nos ministérios das relações exteriores. Para aquele autor mesmo atualmente ainda há muita dificuldade em compreender a importância exata da diplomacia cultural:

Alguns veem a cultura e o idioma como um instrumento da política comercial que ajuda a promover os interesses econômicos sob a noção de que ‘aquele que fala francês compra produtos franceses’ ou ‘aquela que conhece Goethe compra Mercedes – Benz’. Onde quer que seja, habilidades em

¹⁰ Vamos adotar aqui a definição de cultura dada pela UNESCO (2001, P.1) descrita em sua Declaração Universal da Diversidade Cultural: “[...] a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”.

um idioma estrangeiro são necessárias para comprar objetos do dia-a-dia [...] dominar um idioma de outro país é importante para aumentar o turismo ou a venda de produtos culturais como filmes, livros ou música do país do idioma [...].
(HARTIG, 2015, P.42. Tradução nossa).

É por isso que o aspecto que adquire mais destaque na diplomacia cultural é a difusão do idioma, o que explica a expansão dos institutos culturais mundo afora. Fora da sala de aula a música, o cinema e a literatura, por exemplo, são importantes fontes de difusão do idioma. Daí reside também à importância dos Institutos Confúcio para a China, assunto que trataremos mais adiante neste trabalho.

Escuta

A escuta é “[...] uma tentativa de gerir o ambiente internacional coletando dados sobre públicos e suas opiniões [...] usando os dados para redirecionar políticas em todo o público atingido pela diplomacia” (CULL, 2008. P. 32). Com o apoio de pesquisas de opinião a escuta é uma prática que busca mitigar cenários desfavoráveis e ampliar visões favoráveis por meio do conhecimento da opinião pública. Ligada às embaixadas a escuta é a coleta de informações que ajudam direcionar a atuação das relações públicas das representações diplomáticas de um país.

A escuta é realizada, por exemplo, no “[...] monitoramento da mídia, quando, por meio da avaliação da televisão, rádio e imprensa escrita e digital pode-se ter uma ideia de como um país é representado e percebido no exterior.” (VILLANOVA, 2017, P. 63). Por esse motivo “Para a nova diplomacia pública, portanto, a escuta teria o potencial de influenciar a mídia internacional reativa, mas também ativamente, por meio de pesquisas e análise de resultados, com capacidade de intervir no processo decisório.” (VILLANOVA, 2017, P.64).

Ainda segundo Cull (2008), a escuta é primordial para a elaboração de uma estratégia eficaz de diplomacia pública. O autor destaca o caso alemão nos pós-guerra, onde o país era visto como um estado pária devido à catástrofe do nazismo. O governo da Alemanha Ocidental recorreu, durante a década de reconstrução do país, sistematicamente à escuta como forma de entender a imagem que o mundo tinha da Alemanha. Como ressalta Cull (2008. P. 12), o governo alemão “não tinha outra

opção”, senão escutar o que o mundo pensava a seu respeito, para organizar uma estratégia de reconstrução da imagem do país no cenário internacional.

Esporte e diplomacia pública

Os grandes eventos esportivos possuem uma característica bastante única na política internacional, que é a sua capacidade em concentrar, por certo período de tempo, audiência internacional em níveis dificilmente atingidos cotidianamente por um país. É por esse motivo que países “lutam” pelo posto de sede das Olimpíadas de Verão ou da Copa do Mundo de Futebol, por exemplo. Afinal, a oportunidade de poder organizar um grande evento esportivo dá aos países sede a capacidade de promover a sua imagem internacional.

O que diferencia os grandes eventos esportivos dos demais acontecimentos que atraem considerável audiência pública internacional é o seu caráter de competição pacífica entre as nações (PAULINO, 2014). Fato é que no esporte, de maneira geral, a vitória é muito mais justa do que em um campo de batalha, e, portanto, sentimentos como o nacionalismo e a defesa dos interesses nacionais são muito mais aceitos. Prova disso, é que o único lugar em que manifestações com símbolos nacionais são aceitas abertamente na Alemanha são as competições esportivas, notadamente o futebol (DEUTSCH WELLE, 2019).

Essa grande audiência e a singularidade da competição pacífica entre as nações abriu espaço para que os grandes eventos esportivos se tornassem fatos relevantes nas relações internacionais. A difusão dos grandes eventos esportivos internacionalmente começou no século XX, mas só adquiriu a simbologia atual no contexto mais recente. Grix e Houlihan (2014) assinalam que a marca dos grandes eventos esportivos era, sobretudo, a competição entre aberta entre nações, de forma que, para os autores, é só a partir das Copas do Mundo de 2002 e 2006 que a interpretação sobre os eventos muda. A competição aberta — que já incluiu boicotes de participação como na Guerra Fria — dá lugar à competição mais “limpa”.

Para aqueles autores, o século XXI traz um novo paradigma para os eventos esportivos e o esporte de uma forma geral. A competição permanece, mas com outra roupagem: a de um espetáculo cosmopolita. Soma-se a esta mudança a nova interpretação sobre os grandes eventos, a de que o país sede, considerando a enorme audiência internacional, pode “girar a chave” da imagem nacional e estabelecer uma

nova imagem internacional favorável. Com o reconhecimento das Copas do Mundo e das Olimpíadas como impulsionadoras do *soft power* nacional, o esporte, principalmente através dos grandes eventos, tornou-se um instrumento de grande relevância na diplomacia pública.

Internet e diplomacia pública

O advento da internet modificou a percepção sobre a diplomacia. As coberturas de mídia eram centralizadas nas figuras de liderança dos países, sobretudo os líderes do executivo. Dessa forma, outros atores também ativos na política internacional eram legados ao segundo plano, o que contrastava com o aumento da participação de atores não estatais e do segundo escalão governamental nas relações internacionais. A internet deu voz e maior influência a esses atores “esquecidos”, bem como ressaltou o papel proeminente já desempenhado pelos tradicionais.

A possibilidade de criar canais segmentados de informação através da internet só fortaleceu o papel desses outros atores. O surgimento das redes sociais acelerou essa mudança, pois a segmentação de conteúdos e a difusão quase que instantânea de informação foi ainda maior. É nesse contexto que os governos percebem que a internet e as redes sociais são imprescindíveis para as relações diplomáticas nacionais. Como grande potência no campo das comunicações pela internet, os Estados Unidos foi o primeiro país a aderir a esse movimento.

Xiguang (2013) destaca que a partir da década passada o governo norte-americano percebeu que era possível se aproveitar da proximidade com empresas de mídia sociais nacionais, para fortalecer sua posição política internacional. Segundo o autor, é na gestão de Hillary Clinton que o Departamento de Estado americano oferece suporte informacional e respaldo às narrativas de grupos opositores ao presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, por exemplo. As redes sociais forneciam a capacidade viral de transporte informacional para grupos específicos com narrativas exclusivas para cada grupo.

O Estado, nesse contexto, torna-se um agente capaz de promover debates diplomáticos e influenciar a opinião pública nacional paralelamente à internacional. Xiguang descreve esse processo como sendo a *web based public diplomacy* (2013, p.9),

no qual agentes governamentais e perfis governamentais segmentados participam ativamente dos debates sociais. Assim, há um engajamento direto e contínuo com uma audiência enorme e com informações para grupos específicos.

O que é a diplomacia pública para a China?

Essa discussão sobre a natureza conceitual da diplomacia pública ainda gera muitas divergências, mesmo nos países ocidentais. Por ser um conceito ocidental não há uma contribuição substancial de Pequim para seu desenvolvimento. E diferentemente do que é observado nos países com diplomacia pública mais antiga, na China, normalmente, os dois termos mais aplicados para se referir a diplomacia pública são propaganda exterior (Duìwài Xuānchuán) e a diplomacia de pessoa para pessoa¹¹ (Mínjiān Wàijiāo), o primeiro ligado a construção da imagem internacional do país; o segundo, ao engajamento com o público estrangeiro (KEJIN, 2015).

Conduzida principalmente pelo estado chinês — ainda que atualmente exista maior participação de think-tanks, ONGs e do meio acadêmico nesse campo no país — a diplomacia pública chinesa é caracterizada pela promoção de interação entre as iniciativas do país e a opinião pública internacional, com base em uma busca por dar legitimidade política às ações do governo chinês. A compreensão da visão chinesa sobre a diplomacia pública passa por entender a percepção do país em três pontos: como a China se vê, como o mundo a percebe e como ela quer ser vista (HARTIG, 2016). E mesmo que o país tenha dispendido, em 2015, dez bilhões de dólares para iniciativas na área, não há um consenso no país, ainda, sobre qual a melhor forma para se atingir uma imagem internacional favorável (SHAMBAUGH, 2015). O que há é um consenso sobre a importância de manter uma imagem nacional (*Guójiā Xíngxiàng*) positiva para os objetivos estratégicos da China no século XXI¹² (d'HOOGE, 2008; HARTIG, 2016; KEJIN, 2015).

E esses objetivos variaram ao longo do século XXI para a China. Entre o início do século e o contexto mais recente existem três momentos de mudança na diplomacia

¹¹ Tradução literal de *people to people diplomacy*.

¹² Os dois principais objetivos da China nesse processo de ascensão à condição de grande potência no sistema internacional são o desenvolvimento econômico, que garanta o país uma posição de vanguarda no progresso técnico capitalista; e a inserção pacífica na ordem internacional vigente. Ambos garantiriam o bem-estar populacional aos chineses e o resgate histórico de uma posição de relevância das relações internacionais para o país.

pública chinesa. Inicialmente, a virada do milênio é marcada pela narrativa da ascensão pacífica chinesa, isso em meio à adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC), na transformação da China em potência comercial e na busca por atração de investimentos estrangeiros para o país. Essa ideia de ascensão pacífica com uma diplomacia pública ‘soft’ é marcada pela criação dos Institutos Confúcio, em 2004.

No início da segunda década há uma alteração da posição chinesa em termos econômicos, quando o país assume a condição de segunda economia global e de principal economia exportadora do mundo, isso tudo com altíssimas taxas de crescimento. Este momento coincide com a visão de um mundo harmonioso, defendida pelo presidente Hu Jintao (2003-2013), que tem como marco a participação ativa da China em instituições internacionais (HARTIG, 2016). Segundo Kejin (2016), foi com Hu Jintao que a diplomacia pública assumiu a condição de instrumento para tornar a China mais influente politicamente e mais economicamente competitiva, com uma imagem mais atraente e mais ética.

E mais atualmente há a China, que para além do poderio econômico, se consolida de vez com a segunda maior potência mundial, e cada vez mais é integrada aos acontecimentos da política internacional, representada pela *Go out policy*¹³. Essa é a China do *Belt and Road Initiative*¹⁴, que é marcada pela ideia de um país sem tendências reformistas na ordem internacional, mas sim que busca integrar a si e outras regiões ao desenvolvimento econômico. Além disso, é dada maior importância à participação de atores subnacionais, sobretudo as grandes metrópoles chinesas, e *Think Tanks*.

Uma vez correlacionadas, essas visões indicam uma China voltada para promover uma boa imagem internacionalmente — ao ampliar certas percepções

¹³ O *Go Out Policy* está relacionado a política de *Going Global* lançada pelo governo chinês nos anos 1990. Fazemos referência a aquela nesta parte do trabalho, pois há um movimento acentuado de internacionalização da economia chinesa, através de sua moeda, suas multinacionais e sua ajuda oficial para o desenvolvimento. Esse movimento se acentua, sobretudo com o governo de Xi Jinping, sustentado pela valorização da moeda local, pelo progresso tecnológico chinês e o consequente aumento de competitividade econômica do país (PAULINO, 2017). No entanto, é preciso destacar que o papel de liderança exercido pelo país em diversos fóruns internacionais multilaterais - como os BRICS, a OMC, e UNCTAD - também fazem parte da *Go Out Policy*.

¹⁴ O *Belt and Road Initiative* é a iniciativa de conectar os países na antiga rota da seda e em uma nova rota marítima da seda através de pesados investimentos em infraestrutura chineses. Segundo Paulino (2017, P.221): “Trata-se de uma estratégia que tem por foco a interconectividade e a cooperação (primeiramente entre os países da Eurásia), e por objetivo a construção de uma rede de comércio e infraestrutura em uma espécie de rejuvenescimento da antiga Rota da Seta”. E o projeto chinês conta com duas frentes, a que representa essa antiga Rota, através do continente; e, a nova: que passará pelo oceano Índico e contornará o sul e sudoeste da Eurásia.

favoráveis ao país, sobretudo o sucesso econômico e a cultura milenar — e alterar percepções negativa sobre a imagem do país — questões relacionadas à liberdade de expressão, direitos humanos e minorias étnicas — como forma de assumir uma posição de um parceiro responsável no sistema internacional (d’HOOGHE, 2011).

Ser reconhecido como um *stakeholder* responsável envolve apresentar certos aspectos para a opinião pública do Ocidente, que dizem respeito às pretensões chinesas como as de qualquer país europeu ou da América do norte: 1) um país que quer fornecer bem-estar para a sua população; 2) que defende um mundo pacífico; 3) e um membro cooperativo e responsável da comunidade internacional (d’HOOGHE, 2008). Desse modo, a China busca se desvincular de visões, difundidas mesmo no mundo acadêmico, de uma nova guerra fria, *China Threat*, ou uma Armadilha de Tucídides¹⁵ com os Estados Unidos.

Qizheng (2012), diferentemente dos autores citados anteriormente, é muito mais afirmativo sobre o conceito de diplomacia pública para a China. E esclarece que a China busca promover uma diplomacia pública moderna, cujo objetivo é “fazer o mundo entender a China como ela é, ao invés de uma China perfeita” (QIZHENG, 2012, P.17). A diplomacia pública chinesa, segundo o autor, não busca esconder os problemas do país, e sim os apresentar como eles são verdadeiramente. A ideia é que o governo chinês consiga apresentar suas melhoras em relação a tais problemas, bem como esteja aberto a receber ideias para os solucionar (QIZHENG, 2012).

Essa abertura não pode, no entanto, levar em consideração que o mundo é um bloco homogêneo de países, porque não é. Trata-se de reconhecer as diferenças entre sistemas políticos e econômicos, e promover soluções na medida dessas diferenças (QIZHENG, 2012). Por isso, a diplomacia pública deve ser essencialmente uma janela de oportunidades para a China, já que é um diálogo. Um diálogo que deve levar em conta que “cada país deve se desenvolver de acordo com suas condições nacionais” (QIZHENG, 2012).

O autor ainda salienta que a diplomacia pública possui uma forte ligação com a sociedade civil e lembra que “todo chinês deve entender que seu comportamento representa a imagem de seu país” (QIZHENG, 2012, P.265). Isso porque Qizheng (2012, P.163) acredita que, diferentemente do passado, a diplomacia pública é também

¹⁵ Em linhas gerais a Armadilha de Tucídides trata da tendência ao conflito entre a potência emergente e as potências tradicionais.

“a comunicação de público para público” já que essa esfera de interação, atualmente, afeta as relações bilaterais dos países. Desse modo, cabe à diplomacia pública chinesa manter um canal de comunicação direto com o povo chinês.

Contudo, Qizheng, assim como Kejin (2016), ressalta que ainda há um grande esforço a ser feito por parte da China para que o mundo compreenda verdadeiramente o conceito de diplomacia pública para a China. Os autores ressaltam que há um problema de compreensão muito grande, principalmente nos Estados Unidos, sobre os objetivos chineses. Qizheng (2012) cita que parece haver uma necessidade de enxergar a China como uma nova União Soviética, por isso é importante também para a China demonstrar, por meio da diplomacia pública, o que o país é e desmistificar o que o país não é.

Assim sendo, em linhas gerais, no Ocidente, o objetivo da China é ser compreendida como uma nação em ascensão pacífica e em busca de desenvolvimento econômico. No Oriente há outra conjuntura, daí o porquê da distinta abordagem por parte da diplomacia pública chinesa para seu entorno. Não existe nenhum território em disputa entre a China e as nações ocidentais¹⁶, bem como divergências de natureza étnica. No Ocidente existe uma questão muito mais objetiva com a China, a perda de espaço na vanguarda do desenvolvimento técnico e a ascensão de um sistema político alternativo à democracia liberal ocidental.

A questão sobre o que é a diplomacia pública para a China é dividida em duas respostas. A primeira é de proteger os interesses chineses em sua ascensão na ordem global, esta é principalmente direcionada aos Estados Unidos e à Europa, evitando, portanto, que a supremacia da narrativa do Ocidente transforme a China em um novo ‘eixo do mal’. A segunda é amenizar rivalidades e percepções mais ligadas às relações entre a China e seus vizinhos, de forma a contornar a ideia de uma China hegemônica, à beira do imperialismo regional. Ou seja, a diplomacia pública para a China é parte de uma estratégia global, mas é também um instrumento de pacificação de sua ordem regional.

¹⁶ O principal imbróglio aqui é o apoio dos Estados Unidos a Taiwan e os países que divergem da China sobre as possessões no Mar do Sul da China. Considerando a Rússia como nação ligada tanto ao Ocidente como ao Oriente Moscou também está de fora, pois as questões fronteiriças entre os dois países estão praticamente resolvidas.

Diplomacia Pública e Poder

Para Melisen (2008) a diplomacia em seu sentido tradicional é marcada por um “jogo onde os papéis e as responsabilidades dos atores” estão muito bem definidos. A diplomacia pública, a princípio, se encarregou de preencher as “lacunas de influência” nas quais a diplomacia tradicional não conseguia penetrar. Muito em virtude da incapacidade desta em manipular a promoção da imagem internacional. Segundo a autora, a diplomacia pública busca ocupar esse espaço de influência por meio da “profissionalização” da promoção da imagem internacional.

Essa nova forma de diplomacia surgiu após a Primeira Guerra como uma maneira de contrabalancear a supremacia belicista do debate sobre as relações internacionais. Cull (2010) aponta que os Quatorze Pontos de Wilson exemplificam esse contexto embrionário da diplomacia pública. Há uma ideia de construir uma alternativa à disputa de poder militar e seu caráter central na política internacional, essa tentativa era ligada à visão idealista das relações internacionais.

Para Carr (2001), no entanto, o poder sobre a opinião era apenas uma das três formas tradicionais de poder na política internacional, juntamente com o poder militar e o poder econômico. Essas três categorias de poder seriam interdependentes e constituiriam uma unidade responsável por determinar as capacidades de uma potência no cenário internacional.

O poder sobre a opinião é, portanto, não menos essencial aos objetivos políticos do que o poder econômico ou militar, e tem estado sempre associado a eles. A arte da persuasão sempre se constituiu numa parte necessária da bagagem de um líder político. A retórica tem um registro longo e honrado nos anais dos estadistas. Mas a opinião popular, que considera a propaganda como uma arma substancialmente moderna, é, apesar de tudo, fundamentalmente correta. (CARR, 2001, P.172)

Essa busca por influência sobre a opinião, segundo Carr (2001), estaria relacionada à capacidade de persuasão estatal através da propaganda pública. Isso porque, há um “alargamento das bases da política, que aumentou bastante o número daqueles cuja opinião é politicamente importante” (CARR, 2001, P.172). Contudo, segundo o autor, o poder sobre a opinião possuiria duas grandes limitações: a primeira é a capacidade autodestrutiva da propaganda ao deturpar a interpretação sobre os fatos; a segunda é que o poder sobre a opinião jamais se configurará como absoluto. Com a segunda limitação sendo decorrente da competição de ideias, que, por sua natureza,

inevitavelmente traria sempre uma visão alternativa àquela que se supõe absoluta ou principal.

Considerando o contexto da obra de Carr, é possível depreender que suas ideias estavam muito em voga naquela época. Com a publicação de seu trabalho, *Vinte Anos de Crise*, em 1946, Carr busca entender a esfera de poder da opinião pública pela ótica da propaganda estatal, em um cenário no qual a propaganda havia sido crucial na campanha aliada contra o nazismo. Embora tenha sido uma vitória notadamente militar, não foi só o aparato bélico dos países vencedores da Segunda Guerra que se fortaleceu. Estados Unidos e União Soviética construíram ferramentas propagandísticas poderosas, para mais tarde medir forças na opinião pública internacional, durante a Guerra Fria. Este espaço de disputa de poder, conforme defendia Carr, não admitia hegemonia absoluta e estava sempre aberto ao embate de “versões”.

A Guerra Fria foi marcada pela bipolaridade de narrativas. Esse cenário forneceu uma estrutura na qual as disputas por poder na opinião pública teriam “refúgio” na propaganda norte-americana ou soviética. Essa estrutura deixou um legado na forma pela qual os países desenhavam suas estratégias de influência na política internacional, contudo, a partir dos anos 1970 essa estrutura começa a se alterar (WYNE, 2008; CULL, 2010). Cull destaca que é só a partir de 1965 que a diplomacia pública como conceito ganha literalidade, pois é naquele ano que o diplomata estadunidense, Edmund Gullion, cunha o termo diplomacia pública, e inicia a discussão sobre uma nova maneira de se pensar e empregar a diplomacia (GUILLION, 1965 APUD CULL, 2010).

A partir daquele momento há uma integração incipiente da diplomacia pública ao debate acadêmico. Cull (2010) lembra que as análises do governo americano sobre os resultados obtidos pela USIA (United States Investment and Aid) também contribuíram para aquecer esse debate no setor acadêmico em conjunto com as estratégias governamentais. Wyne, no entanto, atribui a mudança do debate sobre a diplomacia nos anos 1970 à transformação nas tecnologias de comunicação e o aumento dos fluxos comerciais e de pessoas.

Essa transformação conjuntural contribuiu para a redução na ênfase dada à propaganda estatal direcionada à opinião pública internacional. Essa ênfase na propaganda estatal, ressaltada por Carr nos anos 1940, estava paulatinamente se alterando na passagem dos anos 1970 para os 1980. O governo Reagan, nos anos 1980, criou o *Office of Public Diplomacy*, pioneiro do ramo no mundo, responsável por organizar o novo eixo de atuação da diplomacia americana (CULL, 2010). Isso em um

momento no qual a interdependência entre os países, cada vez mais, acentuava-se (HAAS, 1980).

O número e os tipos de atores das relações econômicas internacionais em nossa época são os grandes diferenciais em relação a outros contextos, segundo Haas (1980). Para este, não há paralelos históricos em termos de interdependência econômica. Essa conjuntura de expansão no comércio internacional com a participação de novos atores — destacadamente as empresas multinacionais — cooptou as relações entre estados para a esfera cooperativa. A propagação de acordos comerciais e o aprofundamento dos processos de integração econômica regional é o sintoma do papel decisivo das companhias multinacionais nesse processo, conforme Haas (1980).

A autossuficiência é inviável ou possui altíssimos custos e poucos são os países que conseguem viabilizá-la. Para os países que a conseguem ela é, na maioria dos casos, necessária apenas em questões emergenciais. A colaboração emerge como uma realidade mais palatável quando passa a oferecer ganhos nacionais, principalmente em termos econômicos (HAAS, 1980). Para propiciar mercados abertos e maior integração comercial era preciso construir relações de confiança mais duradouras, não só entre governos, mas também entre sociedades e governos. A abertura econômica passou a ser acompanhada de iniciativas de cooperação cultural, acadêmica e educacional no esforço de construir laços entre sociedades, bem como construir novos canais de influência.

Joseph Nye (2004) vai descrever esse processo que começa nos anos 1980 como a mudança na natureza do poder. Considerando o poder como a habilidade de influenciar comportamentos, Nye (2004, P.2) ressalta que é possível atrair e cooptar outros para “querer o que você quer”. Nesse sentido, dada, a cada vez maior, instantaneidade da informação é preciso compreender que o poder em sua esfera material (Hard Power) não é mais suficiente por si só. Assim surge o conceito de Soft Power (NYE, 2004).

Um país pode obter os resultados que deseja na política internacional porque outros países – admirando seus valores, emulando seu exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e abertura – querem segui-lo. [...] O Soft Power reside na habilidade de moldar as preferências dos outros. (JOSEPH NYE, 2004, P.5)

Instituições nacionais e internacionais, a cultura e os valores somam-se na construção e ampliação do *soft power* de um país. Nye, no entanto, acrescenta que o *hard power*, sobretudo em termos econômicos, também colaborava com o *soft power* e vice-versa. De forma que, segundo o autor, o declínio e a ascensão econômica de um

país estariam diretamente relacionados com a sua capacidade em influenciar a agenda internacional para mais ou para menos.

O *soft power* tende, porém, a depender muito mais das interpretações subjetivas do que o *hard power*, tornando-se uma variável complicada de mensurar e monitorar. Além disso, a referência da obra de Nye é o “sucesso” das democracias liberais ocidentais, o autor — apesar de mais tarde apontar o declínio do *soft power* americano (NYE, 2008) — parece próximo à visão triunfalista famosa na obra Fukuyama (2015): O Fim da História e o Último Homem. Essa visão entroniza a narrativa dos Estados Unidos como vencedor da Guerra Fria. Assim, considerando as características da diplomacia pública e sua agenda mais profissional e construtiva retratá-la essencialmente como *soft power* significa abordar o conceito estritamente na ótica norte-americana.

Nos anos 1990, o termo diplomacia pública passa a ser amplamente empregado, seu uso ganha mais publicidade e profissionalismo. O ex Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair (1997-2007), citou a ampliação da diplomacia pública como um dos objetivos no seu primeiro ano de mandato, por exemplo (CULL, 2010). Nesse contexto, as principais economias globais criaram importantes iniciativas nesse campo, com destaque para seus programas de cooperação educacional e cultura, O *Goethe Institut*, a *Japan Foundation*, o *British Council* e a *Fondation Alliance Française*¹⁷, para citar alguns dentre os mais conhecidos.

Além disso, havia também a ideia de transmitir seus valores como parte da imagem nacional daqueles países, pois era importante para consolidar parcerias políticas, já que a Europa iniciava a construção da aliança para a formação da União Europeia e o Japão buscava consolidar a liderança na Ásia. Nenhum desses estados, todavia, possuía o poder de financiamento e projeção dos Estados Unidos. A relativa posição de incontestável dos norte-americanos, com sua imagem de prosperidade econômica e estabilidade democrática global, foi importante para as pretensões unilaterais do país ao longo dos anos 1990. Essa condição seria bastante alterada no limiar do século XXI.

A postura internacional unilateral dos Estados Unidos após o 11 de Setembro alterou bastante a sua imagem internacional. À medida que o país utilizava de sua

¹⁷ Todas são agências de cooperação culturais financiadas por seus governos para a promoção do idioma, artes, cultura dos países de origem dessas. Também são conhecidas por fornecer bolsas de estudo para alunos de excelência.

posição hegemônica para promover as invasões do Afeganistão e Iraque, a visão sobre o país se deteriorava não só no mundo árabe, mas também entre a opinião pública de seus aliados da OTAN e mesmo no Japão (SNOW, 2006). Durante a primeira década deste século, a queda na percepção favorável aos Estados Unidos internacionalmente não afetou abruptamente sua posição hegemônica no cenário internacional, mesmo que em uma ordem internacional que se colocava como multipolar — ao menos do ponto de vista econômico, com a presença da União Europeia, Japão e a ascensão da China — Os Estados Unidos reforçaram sua condição como superpotência.

Aquele cenário permaneceu até a crise econômica de 2008. Após isso, à medida em que a economia norte-americana se desacelerava, a chinesa mantinha uma trajetória de crescimento substancial. Nesse contexto, para manter seu projeto de desenvolvimento era necessário à China uma diplomacia pública global e eficiente, este desafio exige uma compreensão dos fracassos e êxitos de outras nações no campo da diplomacia pública, mas também pressupõe enfrentamento na transmissão de informação com outras nações já consolidadas naquele campo.

Entender as mudanças na natureza do poder nas relações internacionais passa por compreender como os interesses nacionais nascem. Levando-se em conta que o processo político local interage com o processo político internacional, a forma como essa interação passa a ocorrer pode alterar os interesses dos agentes. Adler (1999) ressalta que novas preferências e interesses podem mudar a percepção dos governos sobre a maneira de garantir seus interesses.

Wendt (1992) salienta que proposições de grande receptividade pública, como o soft power de Nye, alteram a percepção sobre o que é poder nas relações internacionais, mas, ainda sim, há uma carência de compreensão sobre a capacidade de se mudar interesses dentro da estrutura do sistema internacional. Para Wendt (1992), a resposta seria dar uma maior ênfase na subjetividade construída pelos processos de interação entre Estados. Reduzindo, assim, uma agenda voltada especificamente para ganhos e perdas, o que diminui o processo de construção da confiança mútua.

Promover relações com base apenas em interesses materiais (inclui-se aqui a agenda do liberalismo econômico) diminui as possibilidades de alterar a tendência a basear as relações internacionais apenas no pragmatismo em detrimento de uma agenda construída a partir da confiança mútua (ADLER, 1999). A construção de relações com novas práticas e a institucionalização de tais práticas cria “redes de suporte social,

tornando muito difícil e custoso aos oponentes desconstruir ideias intersubjetivas institucionalizadas” (ADLER, 1999, P.229).

Para alterar a forma como as interações se dão, é necessário construir novas instituições e mudar os processos (WENDT, 1992; ADLER, 1999). A diplomacia pública não é, todavia, desvinculada completamente da estrutura de interesses materiais do sistema internacional, mas apresenta-se como alternativa para mudar a natureza das relações entre Estados. Nesse sentido, no limiar do Século XXI a diplomacia pública emerge como uma ferramenta modelada à maneira das novas formas de interação entre Estados e sociedades.

Diplomacia pública nas relações internacionais do século XXI

O debate sobre o interesse nacional e a diplomacia pública teve no 11 de Setembro de 2001 e na “guerra ao terror” promovida pelos Estados Unidos, logo no início do século XXI, um importante exercício de reflexão: como a maior potência do mundo, com os maiores ‘ativos culturais’ do planeta possui tamanha imagem negativa¹⁸ no Oriente Médio? Sem aprofundar as reflexões sobre a história da política exterior dos EUA para o Oriente Médio, é preciso lembrar que independente de uma imagem internacional favorável na região, o objetivo dos EUA é garantir a sua primazia nas relações internacionais (GUIMARÃES, 2002). Essa condição é única no sistema internacional. O país pode concentrar sua diplomacia pública apenas em alterar fatos e percepções a respeito de suas decisões na política internacional, como foram as campanhas pela promoção da democracia e liberdade no Iraque, luta contra o terrorismo e o combate as armas de destruição em massa em posse de Saddam Hussein.

No caso norte-americano a rede de contatos e a influência que o país desenvolveu ao redor do mundo, considerando desde entidades estatais, ONGs, Think Tanks e financiamento a organismos de mídia — explicadas pela capacidade econômica, política e do *soft power* do país no sistema internacional — geram uma diplomacia pública no *Network Model*, cujo objetivo é trazer uma gama de atores políticos variados para participarem da diplomacia pública para além dos Estados Nacionais (HOOKING, 2008). O *Network Model* é explicado por Joffe (2001) como

¹⁸ Snow (2006) lembra que a imagem internacional dos Estados Unidos entrou em franca decadência mesmo em regiões de grande influência americana como o Reino Unido e o Japão.

correlação entre vários atores da diplomacia pública na “Pax Americana”, que se apoia na sigla ‘HHMMS’, isto é, Harvard (poder intelectual), Hollywood (cultura popular), McDonalds (estilo de vida) e Microsoft (supremacia tecnológica) (Apud VAN HAN, 2008, P.45).

[...] diplomacia pública não é uma relação altruística e não é um instrumento ‘soft’. Ela pode possuir uma larga variedade de objetivos, como o campo do diálogo político, comércio e investimento exterior, o estabelecimento de conexões com grupos na sociedade civil através de formuladores de opinião, mas também tem ‘hard power’ como o manejo de alianças, prevenção de conflitos e intervenção militar. (MELISEN, 2008, P.14. Tradução nossa).

Hooking (2008) utiliza três exemplos para mostrar que a diplomacia pública pode ter objetivos específicos: o primeiro deles é o esforço canadense em construir uma imagem internacional que desvincule o país da imagem de um dos maiores responsáveis pelo desmatamento; o segundo é a busca norueguesa por atribuir um ‘selo verde’ ao país; o terceiro é o caso da Suíça e os bancos nacionais na campanha para a alteração da percepção internacional sobre a colaboração da rede bancária daquele país com o nazismo. É a chamada Diplomacia de Nicho¹⁹, na qual países de média projeção internacional concentram seus esforços na opinião pública internacional, para alterar pequenos fatos sem tanto impacto na política internacional, mas que alterem profundamente a garantia de seus interesses internacionais.

Enquanto Canadá e Noruega passaram a ser grandes apoiadores da causa ambiental internacional, com financiamento a ONGs, organizações internacionais e iniciativas de proteção ambiental como parte desse esforço, a Suíça buscou construir uma imagem associada a sobriedade e transparência ao demonstrar, por exemplo, apoio contra a corrupção e lavagem de dinheiro²⁰. Outros países passaram a desempenhar papel relevante na área da diplomacia pública e com impacto mais significativo que os já citados países da Diplomacia de Nicho.

¹⁹ Países tidos como potências médias no cenário internacional e, portanto, com capacidade de atuação limitada acabam concentrando seus esforços na diplomacia pública com nichos de atuação. Com base no trabalho de Henrikson (2008) destacamos o caso de Canadá e Noruega como os líderes na diplomacia pública de nicho, e com base em Hooking (2008) o caso da aplicação da diplomacia pública de nicho para a reconstrução da imagem dos bancos Suíços, e consequentemente da Suíça como colaboracionista com o regime nazista, e mais recentemente com a lavagem de dinheiro.

²⁰ Segundo a revista Exame (2018) a “Federação reguladora de mercados financeiro da Suíça puniu o Banco PKB por sua participação na lava jato”. Fonte: <https://exame.abril.com.br/negocios/suica-pune-banco-por-participacao-no-escandalo-da-lava-jato/>

O esforço de reconstrução alemão após a Segunda Guerra Mundial não passou somente pela recuperação econômica e por sua reorganização política. Foi também de sua imagem internacional. Contudo, pelo contexto geopolítico do pós-guerra e a natureza da difusão da informação (causada pela divisão política do país e a capacidade de difusão de informação ainda não tão dinâmica como a do século XXI), o projeto alemão foi atrasado. É somente com a unificação territorial e a condição de relativa liderança no continente europeu após a reorganização política e territorial dessa região que Berlim obterá êxito em seu projeto: desvincular do país a imagem das atrocidades nazistas. Por isso, a diplomacia pública da Alemanha recém-unificada centrou seus esforços em promover internacionalmente o país com valores políticos multiculturais, democráticos e pacíficos, para tanto o país usou seu maior ativo: a tradição cultural alemã.

A Alemanha difundiu pelo mundo as atividades dos Goethe Institut, da *Konrad Adenauer Foundation*²¹ e da *Alexander Von Humboldt foundation*²² ligadas ao governo alemão e seu Instituto para Relações Culturais Exteriores (AUER; SRUGIES, 2013). Em conjunto com instituições culturais, o país forneceu apoio por meio da cooperação política a países em processo de democratização, Holchin (2013) destaca que o apoio alemão para a Espanha pós-franquista e para o Chile pós-Pinochet foi relevante para o processo de redemocratização desses países.

Com o passar dos anos a promoção de eventos que reunissem três eixos de atuação, empresas multinacionais alemãs, governo alemão e organizações de promoção cultural, tornou-se constante na cooperação alemã com outros países e um elemento importante de sua diplomacia pública. E de fato todo esse esforço alemão foi encimado com a organização da Copa do Mundo de futebol em 2006 pelo país. O evento foi um divisor de águas para o país e sua imagem internacional como liderança europeia, democracia estável e economia altamente desenvolvida (HOLCHIN, 2013).

Diferentemente da Alemanha, a vizinha França passa por uma reconstrução do seu modelo de diplomacia pública, em que pese o fato de o país ter uma imagem

²¹ A KAS é uma fundação política alemã sem fins lucrativos que visa promover valores políticos através do ensino e produção do pensamento político democrático pelo mundo segundo descrição de sua página: <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/quem-somos>

²² A AVH promove o intercâmbio acadêmico entre pesquisadores de destaque e excelência pelo mundo e a Alemanha, a fundação tem propósito científico e educacional e quarenta e oito prêmios Nobel já passaram pela fundação. Fonte: < <https://www.dwih-saopaulo.org/pt/supporter/fundacao-alexander-von-humboldt/>>

internacional bastante consolidada ligada a uma visão de civilização, já que a França por sua trajetória política tem uma imagem bastante representativa do Ocidente. Poucos países do mundo possuem um estilo de vida ‘exportável’ como a França, além disso, existe o próprio valor do idioma francês dentro da história diplomática e mesmo como língua global²³ (MULCAHY, 2013).

Para França a “diplomacia pública é essencialmente a sua dimensão cultural” (MULCAHY, 2013, P.36), e, portanto, o país não conseguiu acompanhar a mudança de aplicação da diplomacia pública, justamente por ter desenvolvido uma diplomacia de “exportação cultural” de maneira pioneira, por esse motivo, contudo, a diplomacia pública do país é criticada por ser apenas uma expressão da identidade nacional francesa. Atualmente, a diplomacia pública francesa está passando por uma renovação, que se apoia no uso do idioma e no fortalecimento da Organização Internacional da Francofonia (OIF) e pela ampliação da rede *Alliance Française*, como parte de um esforço para evitar o declínio da sua diplomacia cultural e do francês como idioma no cenário internacional (MULCAHY, 2013).

O último país europeu com uma diplomacia pública nas proporções dos dois anteriores²⁴ é o Reino Unido. Um relatório de 2014 da *House of Lords* sugeriu esforços para “maximizar a diplomacia pública e o *soft power*” do país (BROWN; MORGAN; MCGRATH, 2009, P. 373). A diplomacia pública britânica é favorecida pelo idioma nacional, mas também pela primeira rede de comunicações governamental do mundo, a BBC — que apesar de não ter mais o formato de sua fundação ainda é muito relevante para o governo britânico —; e pela estrutura de poder internacional como legado do império colonial inglês na *Commonwealth of Nations*, que é presente em todos os continentes.

O Reino Unido guarda certo privilégio com uma linha direta de comunicação com parte da opinião pública internacional, a que compreende inglês e parte de suas antigas colônias. Contudo, no cenário atual, o campo que mais recebe atenção da diplomacia pública britânica é o educacional, o país investe em programas de cooperação científica e fortes diplomacia cultural e acadêmica, com destaque para o

²³ O francês é o idioma de quase um bilhão de pessoas ao redor do mundo (MULCAHY, 2013).

²⁴ A diplomacia pública não é restrita a apenas Alemanha, França e Reino Unido. Muito pelo contrário, basta lembrar o caso de Portugal com o Instituto Camões e a presença deste nos países da CPLP, mas buscamos tratar aqui de um debate em torno da diplomacia pública e sua capacidade estratégica dentro da política internacional. Assim, é inegável que o debate reproduza a desigualdade de poder entre os Estados no Sistema Internacional, isto é, fique concentrado em poucos países.

British Council. O governo britânico tem reformulado a educação no país com o objetivo de construir um currículo abrangente, conforme o princípio de uma educação cidadã global²⁵ (BROWN; MORGAN; MCGRATH, 2009).

O debate sobre diplomacia pública nos países europeus e nos Estados Unidos carrega a sua herança eurocêntrica, justamente por não ser possível desvincular a diplomacia pública da sociedade na qual ela é produzida. As mudanças mais recentes no cenário internacional e nacional dessas regiões influenciam a maneira pela qual a diplomacia pública é utilizada, mesmo que nos Estados Unidos a diplomacia pública seja voltada também para garantir a primazia do país e a europeia carregue fortes traços coloniais e ações que remetam a ideia de aculturação.

O fato é que nesses países, pioneiros no campo, a diplomacia pública não é apenas o interesse do Estado. Isso porque à proporção que novos agentes nacionais e internacionais ganham espaço no debate sobre diplomacia pública, um fator importante perde espaço: a objetividade da informação, que garante a comunicação direta de um fato a um grupo de interesse na opinião pública. Assim, enquanto o interesse dos diversos agentes interessados pode ser garantido, o nacional se torna secundário.

Como saber se e quais produtos terão um impacto positivo na ‘opinião global’? Como se pode medir que produtos ‘desejáveis’ são recebidos de forma ‘desejável’, por quem e de acordo com quem? Por exemplo, quando Michael Moore, o controverso diretor de documentários, ganhou a Palma de Ouro em 2004 no Festival de Filmes de Cannes por *Fahrenheit 11/9* [...] foi isso um triunfo para a diplomacia cultural americana? [...] Ou o sucesso do filme só adicionou mais combustível ao antiamericanismo pelo mundo? (ANG; ISAR; MAR, 2015, P. 371 – 372. Tradução nossa).

Esse dilema é de certa forma minimizado por grandes fatos na política internacional, quando há esforços para promover o engajamento da opinião pública internacional a favor do interesse nacional. Dado que, no geral, a descentralização dos interesses opera em detrimento do interesse nacional nos países de diplomacia pública mais consolidada, ao passo que nas economias emergentes o movimento é inverso, principalmente nos países asiáticos, onde o Estado ainda é preponderante na diplomacia

²⁵ Global Citizenship Education é o desenvolvimento de uma rede de contatos para educação global (BROWN; MORGAN; MCGRATH, 2009).

pública e transporta para essa os interesses nacionais. Para elucidar esse ponto analisaremos os casos de Japão e Coréia do Sul²⁶.

Dentre os países não ocidentais, o Japão foi o precursor da diplomacia pública, já que uma das primeiras organizações modernas de intercâmbio cultural foi criada no país, logo após a restauração Meiji; a Sociedade de Relações Culturais (KBS) (KHUMTHULTHIT, 2010). Uma vez que o processo de modernização capitalista em curso no país implicava, segundo as classes dominantes japonesas, em uma sociedade com uma imagem ligada também à cultura e às artes. Além disso, por ser situado no Extremo Oriente, no Japão sempre esteve implícita em sua diplomacia a busca por se ‘apresentar’ ao mundo. E, de fato, essa perspectiva permaneceu muito forte na diplomacia pública japonesa, especialmente no Ocidente, já que no sudeste asiático após a Segunda Guerra Mundial havia forte sentimento anti-japonês, muito em virtude das ocupações japonesas (SOUZA, 2017). Ademais, com a ascensão econômica japonesa e sua concorrência com os EUA, à época o principal mercado consumidor dos produtos japoneses no exterior, parte da sociedade americana passou a ver de forma negativa o Japão também. O país então investiu na diplomacia pública para reverter ou minimizar esse cenário, o Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão (MOFA) ganhou a função de conduzir esse esforço.

Através do MOFA o Japão ampliou seu financiamento à UNESCO e criou a Japan Foundation²⁷, e tendo em vista o sucesso econômico do país nos anos 1960 a 80, a imagem japonesa no mundo, principalmente no ocidente foi bastante alterada. Assim, o país passou a ser classificado como ligado à ciência e à inovação, à cultura e a valores pacíficos (KHUMTHULTHIT, 2010). No entanto, com a crise econômica e desaceleração japonesa, o alto investimento ficou relativamente comprometido, o país alterou a estratégia na diplomacia pública e passou a investir em uma “política multilateral de intercâmbio cultural”, na qual o Japão reafirma os valores defendidos desde o início de sua diplomacia pública e utiliza de novas referências, como sua cultura

²⁶ Optamos por esses dois países por conta do papel ativo de seus Estados em suas diplomacias públicas como é o caso da China, país a ser destacado por esta pesquisa. Outros importantes países da região como a Índia e a Indonésia não serão tratados por ainda não possuem um destacado projeto de diplomacia pública, a despeito do crescente *soft power* do primeiro.

²⁷ Conforme a página da Fundação no Brasil seu “objetivo é promover o intercâmbio cultural e a compreensão mútua entre os dois países” através do “Intercâmbio Artístico e Cultural”; “Ensino da Língua Japonesa no exterior”; “Estudos Japoneses no Exterior e Intercâmbio Intelectual”.Fonte: <https://fjisp.org.br/institucional/>.

pop e a imagem de uma nação ligada à ciência e às tecnologias de ponta (KHUMTHULTHIT, 2010, P.38).

O caso japonês e de sua imagem internacional merece uma reflexão sobre como a diplomacia pública, ou as iniciativas próximas a esta, são capazes de ressaltar aspectos que não necessariamente compreendem bem o país. Pois, a ideia de um Japão próspero economicamente e muito ligado às novas tecnologias faz sentido, todavia a ênfase nesses aspectos se torna incoerente na medida em que o Japão possui uma população em processo acentuado de envelhecimento e uma economia em quadro de estagnação.

Para mais, existe também outra ponderação a ser feita, que trata sobre a percepção internacional do Japão como nação pacífica como parte dos esforços da diplomacia pública japonesa, que em relação a esse ponto não foram eficientes ao país no sudeste asiático. Nesta região há grande sentimento anti-japonês, já que o país ainda guarda uma imagem de nação violenta e agressiva como consequência das ocupações da Segunda Guerra e das políticas do atual governo japonês (SOUZA, 2017). Assim, a diplomacia pública encontra resistência e limitação em questões nacionais com grande memória social, como é o caso da reticência em se aproximar do Japão nos países invadidos por este no passado.

Já a Coreia do Sul possui uma diplomacia pública muito mais recente que a japonesa. Após a Guerra da Coreia o país foi da pobreza à condição de economia desenvolvida, seu reconhecimento e projeção internacional aumentaram com as Olimpíadas de Seul, em 1988, que foi um divisor de águas na promoção da imagem coreana internacionalmente. O esforço do país em promover uma imagem de economia desenvolvida e país próspero ganhou espaço. Assim, a diplomacia pública sul-coreana se organizou em três eixos: cooperação para o desenvolvimento, o ensino do idioma e a diplomacia cultural. O primeiro era garantido por meio da assistência oficial para o desenvolvimento feita pelo ministério de relações exteriores, ao passo que os dois últimos através de agências estatais de cooperação: o King Sejong Institute²⁸ e a KOICA²⁹ (CHO, 2012).

²⁸ O King Sejong Institute é uma instituição pública voltada ao ensino do idioma e cultura coreana internacionalmente, o nome é uma homenagem ao criador do alfabeto coreano. Fonte: <https://www.sejonghagdang.org/home/instituteInfo.do>.

²⁹ A Korean International Cooperation Agency (KOICA) é uma organização do governo coreano voltada a cooperação cultural, social e educacional. A KOICA oferece bolsas de estudo e financiamento a projetos de impactos sociais nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, energia e governança. Fonte: http://www.koica.go.kr/koica_en/index.do#n

Recentemente a diplomacia pública sul-coreana ganhou um impulso com a propagação da ‘Korean Wave’ na cultura pop mundial (CHO, 2012). Nesse sentido, o caso coreano é elucidativo sobre a importância de uma diplomacia pública organizada para a promoção de uma imagem internacional favorável e seus benefícios ao país. Os institutos de cooperação de sul-coreanos já estavam organizados, quando a cultura do país ganhou projeção internacional graças a fenômenos como o K-POP³⁰. Com esse cenário, os órgãos de diplomacia pública do país capitalizaram essa expansão no *soft power* coreano.

Considerando o modelo de desenvolvimento de Seul, é preciso assinalar que o Estado deveria ser o mediador fundamental de um processo de desenvolvimento econômico baseado no mercado exterior, daí a importância de manter uma imagem positiva internacionalmente. Além disso, a história da Coreia do Sul como nação independente é recente. Desse modo, fomentar a diferenciação nacional sul-coreana é importante dentro do contexto das relações internacionais do Leste Asiático. E finalmente, a questão norte-coreana e o alto grau de militarização da sociedade sul-coreana condicionaram o país a apresentar uma imagem internacional pacífica, como forma de diminuir uma imagem belicista muito associada à Coreia do Norte (MASIERO, 2000).

Considerando os casos de Japão e Coreia do Sul, é possível depreender que os objetivos — que devem ser atingidos nos públicos para o qual a diplomacia pública é direcionada — estão sim condicionados à natureza da sociedade que produz a diplomacia pública, bem como daquela que a recebe. Os Estados asiáticos são mais recentes dentro do modelo ocidental de Estado-Nação do que os Estados Unidos e as nações europeias citadas. Dito isso, é preciso entender que uma avaliação sobre a projeção da imagem nacional dos países da Ásia tende a absorver a recente memória social local. E nas últimas décadas, naquele continente, as transformações sociais oscilaram entre uma exposição de valores nacionais explícitos e os subentendidos na apresentação da imagem nacional ao exterior. É por isso que a compreensão da diplomacia pública nessa região exige um esforço para além da definição conceitual de diplomacia pública.

³⁰ K-POP é a abreviação de *korean pop*, a música popular coreana, marcada por coreografias altamente sincronizadas e um grande uso de música eletrônica. O estilo se consolidou entre os jovens nascidos no final dos anos 1990 e início dos 2000 na Coreia e a partir das redes sociais ganhou uma quantidade enorme de adeptos pelo mundo, inclusive no Brasil. Fonte: <https://www.lettras.mus.br/blog/k-pop/>.

Considerações parciais

Neste capítulo discutimos o conceito de diplomacia pública como uma ideia ramificada em vários aspectos (diplomacia cultural, escuta, *advocacy*, diplomacia de intercâmbio, *web based public diplomacy* e o esporte) e como estes se combinam para promover engajamento entre sociedades e Estados, promovendo a imagem internacional da Nação. Assim, ressaltamos como a diplomacia pública se diferencia da propaganda estatal e se coloca como uma alternativa à Diplomacia tradicional, com uma ênfase maior na promoção das relações bilaterais de longo prazo, ao fortalecer a confiança mútua.

O conceito de diplomacia pública foi, paulatinamente, incorporado às relações internacionais dos países. Seu papel na inserção internacional dos países europeus após a Guerra Fria é notável, mas também no caso japonês e a busca pela redução do histórico isolamento do país. Paralelamente, a ascensão de outros países no sistema internacional trouxe-os para essa “nova” realidade da diplomacia, com a sua natureza dinâmica e maleável a diplomacia pública foi adaptada à realidade e interesses de países em ascensão como a Coreia do Sul e mais tarde a China.

Para a China, o conceito de diplomacia pública é ser compreendida a maneira como o país é de fato, ou seja, assinalar os problemas nacionais e as soluções utilizadas. Mas também, é a diplomacia pública o instrumento responsável por oferecer uma alternativa ao país para a hegemonia de narrativas produzidas pelo Ocidente, sobretudo nos Estados Unidos. E, por fim, é uma maneira de o país construir relações regionais mais pacíficas, diminuindo percepções negativas e promovendo a confiança nas sociedades dos países vizinhos.

A diplomacia pública é um conceito relativamente novo nas relações internacionais. Seu espaço na disputa por poder internacionalmente foi obtido a partir da mudança na natureza dos interesses dos Estados. A mudança na natureza da disputa de poder entre as grandes potências e a importância da imagem internacional, nesse contexto, foram impulsos importantes para o crescimento da diplomacia pública. Todavia, há que se pensar também que a diplomacia pública atende a mudança no jogo de interesses, no qual a confiança e a solidez nas relações de longo prazo têm se fortalecido.

CAPÍTULO II - DIPLOMACIA PÚBLICA CHINESA

*Contar uma boa história da China e disseminar a voz da
China pelo mundo
(Xi Jinping, 2013)*

Origem e História

Para compreender a diplomacia pública chinesa é preciso entender que seus primeiros pilares foram assentados dentro de um país ocupado e dividido. Durante um século a China havia sido humilhada por potências estrangeiras³¹, perdido parte de seu território e o grosso de sua população vivia em condições miseráveis³². Com a ocupação japonesa todos esses fatores combinaram-se. Não havia no mundo³³ país que tivesse experimentado tamanha grandeza e humilhação na mesma medida, como foi o caso da China. Nessa conjuntura, a ascensão do Partido Comunista Chinês na efervescência política pela qual o país passava deu origem a um dos primeiros esforços de relações públicas do país. O PCCh convidou um jornalista americano para escrever um livro sobre a luta de libertação nacional que o partido liderava no interior da China, durante a Longa Marcha. O livro, *A Estrela Vermelha Sobre China*, de Edgar Snow, tornou-se um best-seller e auxiliou na campanha política do partido (d'HOOGE, 2008).

A divisão do país com a guerra civil e a ocupação japonesa afetou profundamente a concepção dos dirigentes chineses sobre a diplomacia na recém-formada República Popular da China. A princípio, por conta da vitória recente dos comunistas na guerra civil (1946-1949) e da aliança com a União Soviética, a China adotou uma postura diplomática de defesa da visão revolucionária. Dessa forma, o país

³¹ Entre 1836(I Guerra do Ópio) até o fim da ocupação japonesa a China foi e ocupada por Inglaterra, França, Estados Unidos, Rússia, Alemanha e Japão.

³² Em 1949 a população chinesa era de aproximadamente 542 milhões de pessoas, cuja maioria era de analfabetos (80%), além disso, a fome e as péssimas condições de saúde contribuíam para a baixa expectativa de vida no país de 35 anos (PAULINO, 2017).

³³ Não exista uma classificação para determinar o sofrimento de uma nação, naquele contexto era possível falar da condição indiana, mas em 1947 a Índia já era independente e tinha autonomia para se reorganizar politicamente. A China já surgiu ameaçada em 1949, pela marinha dos EUA e o acordo com a URSS custou a criação de um estado tampão entre a China e a Rússia, a Mongólia, que era parte do território chinês.

iria fortalecer os laços com Stálin³⁴ e com as nações socialistas. Com as pressões americanas, a ameaça de uma contraofensiva do Kuomintang e o país fragilizado pelos conflitos recentes, a RPC não poderia construir uma diplomacia completamente autônoma, ainda que este fosse o objetivo, enquanto Pequim não conseguisse organizar a administração do país e firmar sua soberania. Nesse sentido, para transmitir a imagem de país revolucionário foi preciso ao governo chinês trazer outros jornalistas e acadêmicos estrangeiros (diplomacia de intercâmbio) para descrever uma nova nação, a China revolucionária. Além disso, inúmeras publicações em diversos idiomas, sobretudo o inglês, foram financiadas pelo governo chinês (d'Hooghe, 2008). Essa campanha era muito importante para a China, pois além de demonstrar que o princípio fundamental do país era a causa popular, também fornecia a imagem de uma China pacífica.

A imagem internacional chinesa, naquele contexto, era uma consequência da conjuntura geopolítica na qual a RPC havia sido formada. A resistência às invasões japonesas havia fortalecido a unidade nacional chinesa, que era um princípio fundamental para Mao Tsé-Tung. Sustentar essa unidade passava por construir o retrato de uma China soberana, já que a oposição dos Estados Unidos acentuava a ameaça à manutenção do governo da China continental. Pequim firmou um tratado de assistência recíproca com a União Soviética³⁵.

O país buscou apoio das nações subdesenvolvidas e recém-independentes na Ásia, África e América Latina. A retórica da China revolucionária somava-se a da China contra o imperialismo e o país começava a costurar mais alianças internacionais, e, com isso, garantia mais reconhecimento a sua soberania. Prova disso é que até 1950 a China já havia sido reconhecida como nação soberana pelos dois maiores expoentes do movimento dos países não alinhados: Índia e Iugoslávia (ANGUIANO; BEJA; CORNEJA; RODRIGUEZ, 2001).

Em função da defesa da luta contra o imperialismo, a China passou a ser uma voz ativa nos fóruns internacionais, sua postura cooperativa, baseada no princípio da

³⁴ O papel da URSS para os anos iniciais da República Popular da China é preponderante para o país, a cooperação técnica entre Moscou e Pequim é a mais considerável transmissão de tecnologia da história recente.

³⁵ O tratado de Amizade e Aliança foi firmado em 14 de Agosto de 1945 (data da rendição japonesa) entre a China e a URSS para garantir suporte mútuo em caso de uma nova ameaça japonesa.

coexistência pacífica³⁶, fortaleceu sua posição frente à resistência dos Estados Unidos à República Popular da China. Fora que essa postura do país fortaleceu em sua população local o sentimento de autonomia e a postura intransigente contra qualquer ingerência estrangeira no território e assuntos chineses. A ideia era que a política exterior chinesa deveria transmitir valores difundidos no país para o mundo, e pela memória recente do século de humilhações a retórica da não interferência estrangeira era inquestionável para o partido, povo e para qualquer país que mantivesse relações diplomáticas com a China.

Visão revolucionária; postura nacionalista

A construção do Estado chinês contemporâneo é fruto de uma visão revolucionária que enxergava a ruptura da natureza da inserção chinesa nas relações políticas e econômicas internacionais como um êxito do povo chinês. A China dinástica tinha uma classe dominante tão ou mais aristocrática e apegada a privilégios, como era aquela da Rússia imperial. Todavia, diferentemente do império russo, a China do final do século XIX e início do XX não se inseriu por expansão militar e econômica na política internacional, a China foi inserida por subordinação a uma ordem posta que era excessivamente perversa ao país. Todo esse processo fora costurado por meio de acordos entre aqueles que representavam a antiga classe dominante da China dinástica e líderes políticos de potências ocidentais, acordos assinados com pouca ou quase nenhuma resistência ao custo do sofrimento da classe camponesa chinesa (KUISONG, 2009).

Internamente, boa parte da estrutura social chinesa durante o século de humilhações havia sido conservada. O pouco de privilégio e posição social na sociedade chinesa que havia restado no país ficou nas mãos daqueles que assinaram acordos

³⁶ A discussão sobre a política de coexistência pacífica remete as relações entre Estados Unidos e União Soviética no contexto da corrida armamentista e das disputas de influência na periferia soviética (Guerra da Coreia e mais tarde Guerra do Vietnã) e nos anos 1960 em Cuba, a 100 km da costa americana, pois o conceito é de origem soviética e foi aplicado às relações entre as duas superpotências como explica Petocchi (2018). Mas é preciso ressaltar que a China e o Brasil seguiram essa postura, por exemplo. Fato é que conservar uma equidistância das duas grandes potências era uma das bandeiras das potências médias ligadas ao movimento dos países não-alinhados. Apesar da proximidade geográfica e política bem como da cooperação entre China e URSS, o governo chinês buscou manter o controle das tomadas de decisão internamente, e esse era um princípio a ser transmitido para os outros países: a imagem de uma China disposta a existir de forma pacífica no sistema internacional, mas sem se submeter a nenhum país estrangeiro; por isso a recusa chinesa em integrar o Pacto de Varsóvia, Pequim não tinha o interesse em ver sua imagem internacional vinculada a Moscou na mesma medida que os países do leste europeu, e, portanto, ser considerado um país satélite.

perversos com europeus, americanos e japoneses. Esse distanciamento entre o poder e o grosso da população chinesa só enfraqueceram o país frente às seguidas invasões, mesmo a construção da República no início do século XX não serviu para colocar fim a essa divisão.

O poder político na China observava e respeitava pouco a geografia e a demografia do país. Com uma população majoritariamente rural e uma formação social e econômica baseada no curso das duas principais bacias hidrográficas do país – as do rio Yangtzé e Rio Amarelo – a China havia formado, ao longo de séculos, uma organização coletiva formidável, através da organização do seu sistema camponês. As maiores cidades, concentradas na costa chinesa, pouco compartilhavam dessa coletividade do campo, na medida em que eram ocupadas e ocidentalizadas à força.

A mudança nas relações de poder da China se dá, todavia, à medida que as dinâmicas sociais e políticas de uma nação em grande transformação vão se interiorizando. É nesse contexto que surge o Partido Comunista Chinês e começa a se formar no país uma postura de defesa dos interesses chineses a qualquer custo. Apesar de extremamente penosa à China, a invasão japonesa fez o que as anteriores não haviam realizado, interiorizando-se, sobretudo na região da Manchúria, atingindo assim grupos sociais marginalizados, mas extremamente harmônicos (GUANG, 2005). A guerra de resistência chinesa forneceu armas e um treinamento básico a grandes contingentes populacionais antes marginalizados, isso tudo deu poder a esses grupos, destacadamente os camponeses. Aos poucos esses grupos foram se unindo em torno de uma visão revolucionária capitaneada pelo PCCh.

A partir de 1936, o PCCh passou por uma grande transformação ideológica com a incorporação de uma visão revolucionária que tratava a natureza do sistema internacional como uma questão importante a ser considerada em sua luta. Assim, buscando afirmação e reconhecimento como um bloco de poder coeso e organizado, o partido realizou uma série de encontros com lideranças políticas e militares estadunidenses, bem como jornalistas e proeminentes figuras intelectuais. A princípio a luta de resistência à invasão japonesa era o tema principal, com o tempo outros aspectos foram incorporados ao portfólio de política internacional do Partido Comunista Chinês (GUANG, 2005).

Com as relações internacionais muito pressas ainda à ideia de que Estados fortes dominam Estados fracos, a ideia de combate ao imperialismo e a promoção da coexistência harmoniosa eram revolucionárias para sua época e para o contexto pelo

qual o país passava, conforme Guang (2005). Por exemplo, no que tange as relações entre China e Estados Unidos à época, era comum que os líderes do PCCh utilizassem a expressão “frente unida internacional” para contrabalancear o poderio norte-americano (KUISONG, 2009, P. 131). A ideia era reduzir uma visão de fraqueza e assimetria frente aos Estados Unidos e a URSS, com base na força da doutrina política e do discurso de união.

A razão para precisar de “unidade” era porque o Partido Comunista não tinha autoconfiança para fazer a revolução por si só: então, o Partido precisava, até aquele momento, se unir a outras forças sociais contra o inimigo comum, e, juntos, derrubar a classe dominante (KUISONG, 2009, P. 132. Tradução nossa).

Aos poucos o partido comunista foi se fortalecendo e ganhando cada vez mais apoio, o que seria fundamental no início da guerra contra o Kuomintang, o partido nacionalista chinês, liderado por Chang Kai-Shek. Buscar apoio internacional e desenvolver uma política externa antes de tomar o poder fazia parte da estratégia do Partido para sair do isolamento. Os nacionalistas eram uma força formidável àquela altura e só o apoio de boa parte dos camponeses não iria assegurar a vitória. O apoio obtido pelos comunistas ressoou tanto internacionalmente quanto nacionalmente, e, à medida que conquistavam reconhecimento pelo mundo, reverberava entre a população chinesa a ideia de que o lado certo era o revolucionário.

Na primavera de 1945, na Sétima Conferência Consultiva do Povo Chinês, Mao Zedong avançou com sua visão que ressaltava a importância do trabalho diplomático. Depois da guerra, com o mais profundo envolvimento norte-americano na Guerra Civil Chinesa, o Partido Comunista não teve escolha senão lidar com a situação que incluiu lidar cuidadosamente com as relações com os Estados Unidos assim como uma variedade de questões internacionais. Sob essas circunstâncias, política externa se tornou um dos mais urgentes projetos do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (KUISONG, 2009, P. 131. Tradução nossa).

De fato, o reconhecimento veio em conjunto com a virada na Guerra Civil e as seguidas vitórias das forças comunistas, com cada vez mais soldados nacionalistas passando para o lado comunista que consolidava sua posição como a verdadeira face popular de uma nova China. A vitória em 1949 não teria sido possível sem a organização de uma política externa estratégica, por meio de uma diplomacia

revolucionária, liderada principalmente pela figura de Zhou Enlai, responsável direto pela fundação das bases da diplomacia contemporânea de Pequim (FURTADO, 2010).

À vista disso, a diplomacia pública chinesa³⁷ na primeira década após 1949 tinha como propósito transmitir três imagens do país: Uma China revolucionária, anti-imperialista e pacífica. Para Li e Won (2017) esse período é marcado por uma diplomacia pública civil na China, na qual o país precisava quebrar um possível isolamento político na lógica da Guerra Fria. Os autores destacam que a diplomacia cívica buscava atingir “grupos civis e não civis nos países estrangeiros” e citam como exemplos fundação da Associação Cultural China-Chile em 1952, a associação de amizade entre México e China e a exposição industrial japonesa em Pequim em 1956³⁸. Além disso, a China se tornou um dos principais fornecedores de assistência financeira para países do bloco socialista e do chamado terceiro-mundo, inclusive para países que na época gozavam de maior renda per capita quando comparados à China (ANGUIANO, 2001).

Esse período de busca por reconhecimento internacional em meio à conjuntura adversa das relações internacionais asiáticas (VISENTINI, 2011) — em que a China era sobrepujada pela capacidade soviética ao norte, ameaçada pelos Estados Unidos no estreito de Formosa e estava muito atrasada frente ao desenvolvimento japonês no Leste — é muito bem sintetizada na diplomacia dos ‘pandas’³⁹, que havia começado com os nacionalistas em 1941, quando no contexto da Segunda Guerra Chiang Kai Shek ofereceu aos Estados Unidos dois pandas como forma de agradecimento à assistência norte-americana. Mais tarde, em 1957, Mao enviaria os primeiros pandas ao zoológico de Moscou, e quando as relações sino-americanas foram reestabelecidas, os EUA também receberam seus pandas (LI e WON, 2017). E, de fato, a Diplomacia do Panda

³⁷ Estamos a considerar diplomacia pública como forma de tratar as iniciativas que hoje podem ser assim denominadas, no contexto da época a prática da diplomacia pública ainda não havia sido difundida e o conceito tal qual o conhecemos hoje também não. Ocorre que as visões descritas no trabalho eram apresentadas por meio da propaganda diplomática chinesa, que é uma prática ligada à diplomacia pública, daí o porquê de usarmos o conceito de diplomacia pública para àquele contexto.

³⁸ É importante frisar que a normalização das relações sino-japonesas só aconteceu em 1978 (SOUZA, 2017).

³⁹ O Panda é um animal cujo único habitat são as florestas das montanhas na porção oeste da China. Sua ocorrência apenas em território chinês e a peculiaridade do animal como um mamífero grande e pacífico forneceram uma marca interessante para o governo chinês. Assim, o Panda, como um representante histórico e natural do território chinês, foi incorporado a identidade do país, como parte do esforço da diplomacia pública chinesa em promover uma imagem pacífica do país pelo mundo. Falk Hartig (2013) em seu artigo: Panda Diplomacy: The Cutest Part of China’s Public Diplomacy, discute mais profundamente como os animais e outros ativos naturais endêmicos são ligados a imagens nacionais ao longo da história.

como símbolo da projeção da imagem internacional chinesa como nação pacífica⁴⁰ foi um dos primeiros êxitos da diplomacia pública do país.

Todas essas ideias que reverberam até os dias atuais na diplomacia pública chinesa não deixaram de lado, todavia, o forte apelo nacionalista da postura internacional do Partido Comunista Chinês. A despeito da política de coexistência pacífica, da luta contra o imperialismo e do viés revolucionário, a China nunca renunciou a um “nacionalismo Realpolitik”, segundo Guang (2005), no qual o discurso da territorialidade, do viés estratégico e da soberania nunca foi abandonado, sempre estiveram implícitos na postura diplomática do país. Portanto, a diplomacia pública contemporânea do país atua sob a égide de um paradigma nacionalista que impera na organização da diplomacia chinesa em termos gerais.

Do movimento terceiro mundista a ruptura sino-soviética

Durante a primeira década da RPC o principal objetivo da diplomacia pública chinesa era buscar reconhecimento para o país e consolidar a sua soberania. A afirmação de uma China revolucionária, anti-imperialista e pacífica garantiu o reconhecimento e o respeito a sua soberania por parte de alguns países com relevância estratégica no sistema internacional⁴¹. A organização do país demandaria certo tempo até produzir efeitos sobre as capacidades estratégicas da RPC, porquanto garantir que o país não sofresse mais nenhuma agressão estrangeira era, também, uma tarefa da diplomacia pública. Nesse contexto, a *Xinhua News* foi muito importante para os países

⁴⁰ Mesmo que a primeira década da República Popular da China tenha sido marcada pela participação do país na Guerra da Coreia (1950-1953) e a ameaça de invasão a Taiwan, que assim como na Coreia geraria um conflito com os Estados Unidos. A imagem de pacífica foi lograda na medida em que a China desenvolveu uma doutrina militar baseada na ideia de defender os interesses nacionais e só atacar como resposta a ameaças, e naquela época as ameaças eram representadas por interesses dos Estados Unidos, já que o país havia equilibrado as relações com a URSS. Internacionalmente, a participação em Bandung gerou apoio por parte dos representantes da luta terceiro-mundista, que, em partes, foi garantido pelo esforço da diplomacia pública chinesa em afirmar o país como nação em defesa da não intervenção de características imperialistas, que evidentemente eram muito caras aos países recém-independentes. Portanto, essa discussão remete a um ponto já tratado aqui: a diplomacia pública efetiva pode contornar uma imagem negativa, bem como pode afirmar uma para além da existente, e esse exemplo foi visto no caso japonês e a visão internacional sobre a sua prosperidade econômica.

⁴¹ Em ordem de reconhecimento de 1949 até 1950: Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e Iugoslávia (Do bloco socialista) e Birmânia, Índia, Paquistão, Grã-Bretanha, Ceilão (Sri Lanka), Noruega, Dinamarca, Afeganistão e Suécia (Países d G-77 e da Europa Ocidental) (ANGUIANO, 2001).

vizinhos da China durante o conflito na Coreia, a ascensão de Ho Chi Min no Vietnã e as relações com a URSS, pois a rede se tornou a voz do Partido Comunista Chinês, o que, conseqüentemente, fortaleceu os laços com nações vizinhas.

A política de convidar acadêmicos e jornalistas serviu para apresentar a imagem de uma China em transformação para o mundo. A participação chinesa nas conferências internacionais fortaleceu o papel do país como liderança do mundo subdesenvolvido, ao afirmar a imagem de uma China que compartilhava os mesmos valores do G-77⁴². O esporte também foi fundamental para o país ressaltar a imagem de uma China inclusiva, com o início da tradicional política de incentivos esportivos em países socialistas⁴³. E, por último, a criação do sistema de transliteração do mandarim para o alfabeto românico — o *pinyin* e a consequente padronização do mandarim como instrumento para a integração nacional. Ao fim da primeira década após a revolução de 1949, dentre essas práticas algumas foram fortalecidas e outras perderam espaço na diplomacia pública do país, como o convite para acadêmicos e jornalistas estrangeiros visitarem o país e a atuação forte no G-77, essa postura coincide com o início do período de maior isolamento das relações exteriores de Pequim.

Por outro lado, tal postura não significou a atenuação da diplomacia pública chinesa, pelo contrário: o esforço nesse campo aumentou com a centralização das decisões e ações através de alguns instrumentos. A começar pela *Xinhua News*, a agência passou a unificar e controlar as notícias da China para o mundo, na medida em que a *Xinhua* se tornou o principal veículo de informações do Partido Comunista Chinês, contudo não sem inúmeros atritos com os jornais locais chineses, já que havia fortes disputas com outro jornal ligado ao Partido: o *People's Daily*, que até então era o principal veículo de comunicações responsável pela divulgação dos dados sociais, econômicos e culturais da China (XIN, 2015).

⁴² O G-77 era o grupo dos países não desenvolvidos que haviam sido colônias ou sofrido com ocupações imperialistas em parte do seu território recentemente, com países predominantemente da América Latina, Ásia e África o grupo era a voz dos países não industrializados nas Nações Unidas.

⁴³ O esporte durante a guerra fria foi uma vertente importante na afirmação do sucesso dos países socialistas, na medida em que países como Cuba, Alemanha Oriental e a própria União Soviética obtinham os melhores resultados nas olimpíadas de inverno (no caso dos socialistas europeus) e verão (europeus e cubanos). Ao longo da guerra fria o esporte foi visto como um instrumento de difusão da identidade nacional soviética e do sucesso do modelo de socialismo cubano, por exemplo. Mas, mais do que isso, o esporte dentro de sua esfera competitiva era originado no capitalismo, vencer as nações ocidentais capitalistas dentro de um aspecto que suas sociedades desenvolveram era um atestado da superioridade soviética (JESUS, 2010).

Para Xin (2015), o controle de informações e a centralização dessas no partido comunista transferiu o debate da sociedade para o partido sobre as informações a serem divulgadas. Essa questão foi resolvida durante o período maoista com a *Xinhua* controlando a cobertura sobre as questões mais sensíveis para o governo chinês e o *People's Daily* sobre os acontecimentos de uma forma geral na China. Através disso, ocorreu a unificação da origem e direção das notícias sobre o país, pois ambos passavam pelo crivo do partido, e, conseqüentemente, havia a acomodação das notícias a concepção do Estado chinês sobre a imagem do país a ser transmitida para o mundo em consonância com os interesses nacionais.

A China instituiu sua política desportiva no início dos anos 1950 com a criação de faculdades de educação física e institutos esportivos (ZHENG, CHEN, TAN, LAU, 2018, P.4). Como forma de aproveitar seu enorme potencial demográfico, a China interiorizou suas unidades esportivas, e, primeiramente, buscou encontrar talentos que fornecessem resultados imediatos, mas sem abandonar a política esportiva de longo prazo. Para isso, o país organizou competições nas províncias para selecionar os melhores atletas, até que “em 1956 a comissão para esportes de elite chinesa” foi criada, com base no “modelo soviético do esporte funcionando como atividade extracurricular nas escolas” (ZHENG; CHEN; TAN; LAU, 2018, P.5).

O modelo proporcionou mais igualdade entre homens e mulheres dentro da política esportiva do país, o que com o passar dos anos acelerou o acesso das mulheres chinesas ao esporte. Até o final da década de 1950, o país já havia consolidado sua política nacional de esportes e as competições nacionais foram implementadas com mais periodicidade. Segundo Zheng et al (2018), a RPC, já no início dos anos 1960, havia estabelecido uma política esportiva para a formação de atletas de alto desempenho. Esse sucesso esportivo relativo foi muito impactante para a China no que tange ao sentimento de resgate da autoestima nacional, assim como da própria imagem do país no exterior⁴⁴.

Outro ponto instaurado após o início da RPC foi a reforma do idioma na China. Pois, no contexto dos esforços de modernização por meio da industrialização pesada na China, o desenvolvimento e a interpretação de informações científicas eram

⁴⁴ A China competiu pela primeira vez nos jogos olímpicos de Helsinque em 1952, mas apenas de forma simbólica com um atleta somente. Taiwan também foi convidada para participar daquela edição, contudo se recusou. Em função do boicote americano a China só voltou a participar dos jogos olímpicos de Los Angeles em 1984 e conseguiu o quarto lugar no quadro de medalhas (CHINA POWER, 2020).

fundamentais. No entanto, a barreira do idioma dificultava a modernização técnica chinesa, já que Pequim se deparou com um campo em que havia ficado para trás em relação à Europa, à União Soviética e aos Estados Unidos. Se hoje a ciência ainda é altamente ocidentalizada, em meados dos anos 1950 era muito mais. Assim, a criação de um alfabeto românico para o mandarim, o *Pinyin*, facilitou o intercâmbio de informações.

Por conseguinte, a diplomacia pública do país também seria atingida, porque a dificuldade em transliterar conceitos abstratos, mas com importante significado para os chineses, atrapalhava a propaganda nacional da RPC. A saída encontrada foi a criação de um alfabeto românico para o mandarim, que além de ajudar na tradução de termos para o chinês funcionaria também no Ocidente⁴⁵. Assim surgiu o Pinyin em 1958, que é o sistema de transliteração do mandarim para o alfabeto românico, para facilitar a comunicação com línguas fora do tronco do chinês, que manteve sua caligrafia tradicional na China continental, que também passou por um processo de simplificação (MILLS, 1965).

O projeto chinês de consolidação de sua soberania nos primeiros anos após a revolução de 1949 foi exitoso. As mudanças causadas pela modernização industrial e a criação de um aparelho burocrático de organização do Estado e suas iniciativas, bem como a ampliação de instituições dentro da República Popular da China alteraram a percepção do partido comunista a respeito da posição chinesa no cenário internacional. Os fracassos⁴⁶ do Grande Salto Adiante (1958-1962) contrastaram com a criação de variáveis fundamentais para a autonomia estratégica chinesa como a unidade territorial (através da defesa das fronteiras), o pensamento nacional coeso e o desenvolvimento da ogiva nuclear chinesa em 1964. A relativa fragilidade da RPC emergente na geopolítica da Guerra Fria se alterou com a capacidade do país em exercer, cada vez mais,

⁴⁵ O Pinyin auxiliou em uma série de fatores para o governo chinês como a emissão de passaportes, negócios, ensino do idioma, tradução de textos ocidentais, unificação do sistema nacional de alfabetização entre outros fatores.

⁴⁶ As metas a serem atingidas em termos de produção tanto no campo quanto na indústria sobrecarregaram o sistema de produção chinês. A exportação de grãos para União Soviética e os fracassos da produção no campo para consumo interno levaram à escassez de alimentos no país. A falsificação de dados sobre a produção industrial nas províncias levou o governo a estipular metas de produção inalcançáveis, e, com isso, a pressão do governo sobre todas as unidades de produção aumentou. Esse sistema canalizou investimentos de outras áreas estratégicas como a segurança alimentar e a saúde para a produção industrial, sobretudo o aço, o fracasso começou à medida em que produtos básicos faltavam no país, ao passo que a produção siderúrgica aumentava, esse desequilíbrio causou a deterioração nas condições de vida dos trabalhadores industriais e camponeses (KISSINGER, 2012).

autonomia diretiva nas suas relações exteriores. Esse processo foi concomitante a um circunstancial isolamento do país que veio após a Revolução Cultural (1966-1976).

A Xinhua News se manteve como a principal voz do governo chinês para os assuntos considerados sensíveis para imagem internacional do país, mas o controle sobre o fluxo de informações foi ampliado por parte do partido. Contudo, revistas de propaganda e de assuntos políticos chineses começaram a ser publicadas em inglês, francês, espanhol e japonês. Houve continuidade na reforma no idioma, com a unificação do *Standard Mandarin*⁴⁷ no país, adequando as diferenças entre a língua no norte e centro da China. Tida como o período de maior isolamento da história recente da China no sistema internacional, a Revolução Cultural não impediu o país de levar adiante seu sistema de difusão de informações internacionalmente.

Mesmo durante a Revolução Cultural revistas como a *Beijing Review*, *China Reconstructs* e *China Pictorial* encontraram seu caminho para os leitores estrangeiros pelo mundo todo. As imagens projetadas por décadas por essas revistas e outras publicações incluindo aquelas da China como país pacífico, vítima de agressão estrangeira, país socialista (salientada na era maoísta), uma força anti-hegemônica, e um país em desenvolvimento (d'HOOOGHE, 2008, P.91).

Na edição de Outubro de 1966 (ano inicial da Revolução Cultural) da *China Reconstructs* (revista estatal) existe uma referência clara a posição oficial do governo chinês logo após os testes nucleares de mísseis balísticos, na qual “Os imperialistas comandados pelos Estados Unidos e os revisionistas com a liderança do PCUS” eram acusados pelo governo chinês de trabalhar para “manter seus monopólios nucleares e sabotar a luta revolucionária” e acrescentava que “como no passado, o povo chinês e seu governo vão continuar conduzindo uma luta” e em conjunto com “as outras nações pacíficas do mundo” (CHINA RECONSTRUCTS, 1966, P.3). Ainda nessa edição a publicação ressalta a expansão do pensamento maoísta e a autonomia ideológica da China na qual “700 milhões de pessoas estudam o pensamento de Mao” (CHINA RECONSTRUCTS, 1966, P.19). Outro ponto que era destacado nas publicações do governo chinês era a modernização industrial do país, dentro de um contexto em que a China buscava enfrentar as críticas sobre os fracassos do Grande Salto Adiante, na

⁴⁷ É o Modern Standard Mandarin Chineses (MSMC) fruto das reformas para a unificação e criação do idioma institucional do país, e um dos idiomas oficiais. O Standard Mandarin é o aquele falado em Pequim e em boa parte do país, o 普通話 (grafia chinesa) Pǔtōnghuà (Pinyin) (MILLS, 1965).

edição de 1970 da revista um editorial ressaltava que “os avanços são feitos através da luta” (CHINA RECONSTRUCTS, 1970, P.15).

O período da Revolução Cultural é um dos mais debatidos sobre a história da RPC, no entanto não é nosso objetivo aprofundar as questões referentes aos transtornos sociais que os acontecimentos daquele período causaram e suas consequências. Em termos de compreensão da história social do país, a Revolução Cultural é um objeto de estudo valioso. O isolamento diplomático⁴⁸ do país confluía-se com o robustecimento da propaganda internacional, que foi o principal meio de relações públicas do governo chinês nesse período, por meio de jornais e revistas em idiomas estrangeiros e o aumento do número de publicações no país, por conta das reformas no idioma. Se a diplomacia pública na primeira década após a Revolução de 1949 buscou garantir a soberania e o reconhecimento da China, a da segunda representou a busca por autonomia nacional em meio a uma conjuntura internacional na qual a RPC, progressivamente, se apresentava como uma potência. Ao fim dos anos 1960, todavia, a transformação na conjuntura internacional e nacional promoveu mudanças na diplomacia pública chinesa.

A ruptura sino-soviética⁴⁹ e a reaproximação com os Estados Unidos⁵⁰ fizeram com o que país fortalecesse sua diplomacia pública em benefício da manutenção de uma ordem regional não conflitiva. Para tanto, a diplomacia pública do país começou a apresentar a imagem de uma China em transição, já que àquela altura a industrialização de base e o processo de construção do Estado chinês haviam sido concluídos. Além disso, era preciso lidar com a imagem ruim do país em seu entorno⁵¹ e principalmente nos Estados Unidos, onde a China buscava apoio para a sua segurança regional. Esse

⁴⁸ Centenas de diplomatas chineses foram obrigados a retornar a seu país durante a Revolução Cultural (KISSINGER, 2012).

⁴⁹ A ruptura sino-soviética é um conjunto de divergências de ordem política – resistência chinesa a subordinação a Moscou - e ideológica – os dois países diferiam sobre a natureza da luta socialista - contínuas entre Pequim e Moscou do final dos anos 1950 até o conflito de baixa intensidade no rio Ussuri na região da Manchúria em 1969 e o consequente rompimento das relações diplomáticas entre os dois países (MIKHAILOVA, 2013).

⁵⁰ A reaproximação com os Estados Unidos foi um processo concomitante à ruptura com a União Soviética, como parte do esforço chinês em contrabalancear a presença soviética na Ásia como um latente inimigo, ao passo que para os Estados Unidos a reaproximação com a China era um passo importante para a política de contenção à União Soviética. O acordo, no entanto, só ocorreu com a visita de Nixon a China em 1972, já que algumas questões ainda estavam por ser resolvidas, sobretudo a posição americana em relação a Taiwan.

⁵¹ A guerra com a Índia, as crises no estreito de Taiwan e questão do Tibete contribuíram para a deterioração da imagem chinesa na região.

movimento de reaproximação com os Estados Unidos é o início da Diplomacia do Ping-Pong

Por conta das divergências entre chineses e americanos após 1949, a China detinha uma imagem bastante negativa entre os cidadãos americanos de maneira geral. Para reverter essa condição, a China organizou sua estrutura propagandística estatal com o objetivo de mostrar o país como cooperativo no sistema internacional, e buscou consolidar essa visão tanto na opinião pública dos Estados Unidos quanto na China (KOBIERICK, 2016). Em Pequim a notícia de que o país seria admitido no CSNU soou bem para esse processo, e nos Estados Unidos a aliança com a China para vencer Moscou, *idem*.

Reorganização e reabertura

Em meados dos anos 1970, Mao se encontrava com a saúde bastante debilitada e o fim de seu governo foi marcado pelo início do debate sobre a abertura política do país em meio à reaproximação com os Estados Unidos. Essas discussões compatibilizavam com a promoção da imagem de uma China cooperativa. Nesse sentido, a ascensão de Deng Xiaoping ao poder em 1978 só ampliou essa perspectiva ao desenhar seu plano de modernização da economia chinesa. Até que a conjuntura dos anos 1980⁵² novamente instigasse a promoção de uma imagem da China cooperativa e também aberta à modernização. A diplomacia pública chinesa foi alinhada à proposta de desenvolvimento econômico chinês e seu principal objetivo era garantir a manutenção da imagem de uma China que buscava o desenvolvimento econômico.

Em meio a esse processo de abertura, o governo chinês optou por estabelecer uma transição gradual e preservar seu sistema político, promovendo mudanças apenas de natureza econômica, caberia, então, ao partido comunista controlar e guiar o processo de abertura econômica. Com as mudanças para a economia socialista de mercado, alguns questionamentos nacionais e internacionais se acentuavam sobre a natureza política da China, do outro lado as lideranças do partido buscavam evitar que a legitimidade do regime socialista fosse questionada. Para isso, a diplomacia pública

⁵² O declínio da União Soviética e a crise de seu modelo econômico; a ascensão econômica asiática, sobretudo do Japão e os tigres; os subsídios econômicos dos Estados Unidos recebidos pela China.

passou a ser um importante sustentáculo no projeto de desenvolvimento chinês, já que seu objetivo era fornecer respostas e contornar questões sensíveis na opinião pública sobre a transição econômica do país. Internamente, todavia, a oposição de parte do partido e da sociedade à opção de não adotar a reforma política, tal como havia acontecido na URSS, gerou uma grande insatisfação, o que culminou nas manifestações de Tiananmen em julho de 1989. O desfecho dos protestos foi visto pelo mundo inteiro e a imagem internacional do país foi bastante arranhada. É após isso que a China muda sua diplomacia pública para contornar essa crise na percepção internacional do país e desenvolver um conceito e agenda próprios no campo.

A imagem predominante de Tiananmen foi aquela do manifestante solitário, de pé em frente à fileira de tanques, agarrado a uma bolsa – uma forte, imagem de longa duração, ainda mais quando foi escolhida a imagem da imprensa mundial no ano de 1989. Imediatamente após Tiananmen, os líderes chineses não estavam muito interessados no que o mundo exterior pensava deles. Eles estavam muito ocupados estabilizando o país. Em pouco tempo, no entanto [...] O regime chinês começou a intensificar os esforços para mudar a opinião internacional incrementando o seu alcance na audiência estrangeira de forma a promover o comércio e investimentos e, além disso, a posição chinesa no mundo. (d’HOOGHE, 2008, P.92).

Com a inserção da China na ordem econômica internacional capitalista, os acontecimentos em Tiananmen e suas consequências para a imagem internacional do país precisavam ser enfrentados. A solução foi desenvolver uma estratégia de diplomacia pública feita à medida para os interesses chineses. Dessa maneira Pequim foi impelida a construir uma definição chinesa de diplomacia pública, ao introduzir a visão do país em um cenário internacional dominado pelo controle informacional do Ocidente. O primeiro projeto para a construção de uma diplomacia pública cada vez mais ligada a uma presença global do país foi a criação *do Information Office of the State Council* (SCIO), em 1991.

O escritório é o braço do partido comunista na construção de uma estratégia de comunicação global para a China, todas as questões mais sensíveis ao governo chinês

passam pelo órgão, que elabora estratégias de comunicação e define os principais grupos de interesse aos quais aquela será direcionada. Logo após a sua criação durante a Conferência Nacional para o Trabalho com propaganda, o *State Council Foreign Propaganda Office* foi criado (também em 1991) e seu principal objetivo era evitar o isolamento do país após Tiananmen⁵³ (d'HOOGHE, 2008). Em meio a um cenário adverso para a imagem do país, seu foco foi produzir documentos como forma de assessorar o governo chinês sobre questões relativas “às minorias étnicas, os direitos humanos e à defesa nacional” (d'HOOGHE, 2008, P.95). Contudo, foi somente em 1998 com as reformas Zhao Qizheng⁵⁴ no posto de Ministro do SCIO que a China conseguiu elaborar sua própria visão de diplomacia pública.

O processo de formulação da diplomacia pública chinesa

A diplomacia pública na China é coordenada pelo governo chinês através do Partido Comunista Chinês, as principais iniciativas do governo no campo, no entanto, surgiram do entendimento de diversos órgãos ligados ao governo chinês⁵⁵. Há bastante espaço para penetração das visões acadêmicas e de organizações sociais através do Conselho de assuntos estrangeiros (CFA), que faz parte da Conferência Política Consultiva da República Popular da China (CPPCC). As decisões mais estratégicas são tomadas pelo Departamento Central de Publicidade do Partido Comunista (CPCPD) e pelo SCIO, estes dois órgãos estão logo abaixo do PCCh, com aquele primeiro cuidando das diretrizes políticas da diplomacia pública; já segundo é o mais atuante dada sua menor burocratização e estrutura mais voltada para respostas rápidas a questões sensíveis ao governo chinês. Assim, o CPCPD estabelece a visão política a ser seguida

⁵³ A imagem de Tiananmen correu o mundo, até os dias atuais esse acontecimento é um grande desafio para o governo chinês, tanto que existe um grande esforço por parte da diplomacia pública do país e dos profissionais públicos do país no geral em chamar o fato de “Incidente de 4 de Julho de 1989” ao invés de “Massacre da Praça da Paz Celestial” como é habitualmente chamado.

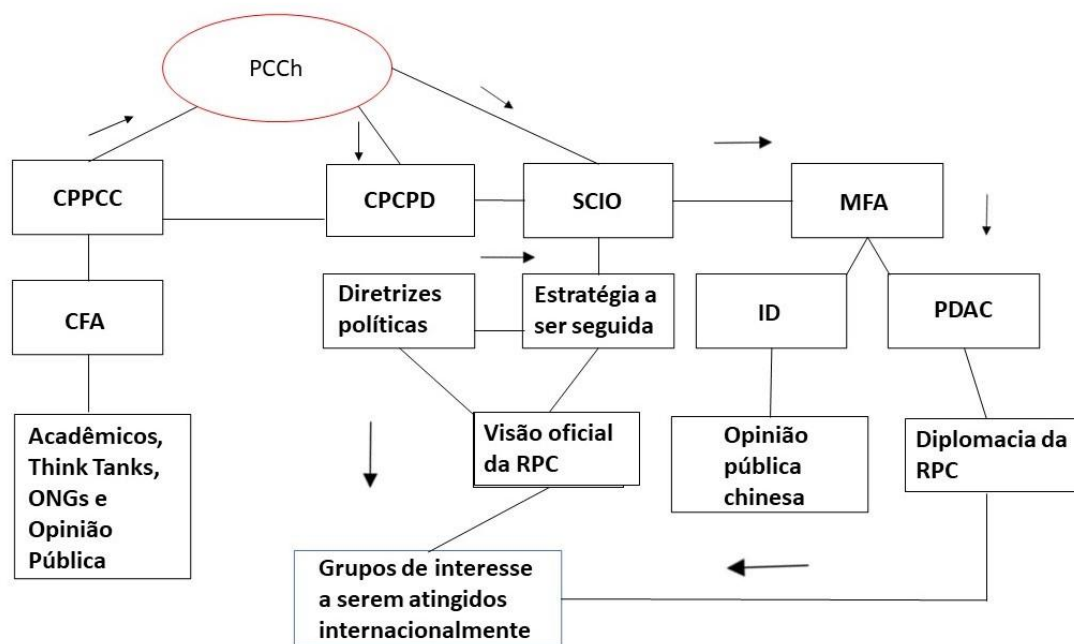
⁵⁴ De 1998 a 2005 (período em que esteve à frente do *Information Office*) Zhao Qizheng foi o principal responsável por sistematizar a diplomacia pública chinesa, promovendo uma renovação nas práticas do país, ao incrementar a propaganda nacional, com uma comunicação mais profissionalizada e de fácil compreensão aos grupos de interesse definidos como prioritários. Em 1999, durante uma conferência a imprensa sobre acusações de que a China estava roubando tecnologia militar dos Estados Unidos, “ele usou seu computador pessoal para mostrar como aquelas informações poderiam ser facilmente encontradas na internet” (d'HOOGHE, 2008, P.96).

⁵⁵ Essa parte sobre a divisão estrutural dos órgãos responsáveis pelo controle da diplomacia pública chinesa foi feito com base nas informações do trabalho de Hartig (2015, P.p. 85-89) e d'HOOGHE (2008, P.p. 123-127).

com base nos princípios da República Popular da China e o SCIO lida com as questões mais gerais ligadas à mídia internacional, questões sensíveis para o país e produz relatórios sobre a posição do governo (KEJIN, 2016).

As iniciativas internacionais possuem apoio no Ministério das Relações Exteriores (MFA) da RPC. O MFA organiza os eventos e iniciativas na diplomacia pública por meio da divisão de diplomacia pública do Departamento de Informações (ID) do MFA, mas para a audiência doméstica⁵⁶ (HARTIG, 2016). As iniciativas voltadas ao território estrangeiro são geridas pelo MFA através do seu Comitê Consultivo de diplomacia pública, o responsável por introduzir os pressupostos do governo chinês. Essa estrutura decisória é explicada conforme o esquema a seguir:

Figura 1- Processos de formação da diplomacia pública chinesa



Fonte: elaborado pelo autor com base em Hartig (2016) e d'HOOGHE (2008)

Considerações parciais

⁵⁶ Existe uma preocupação do governo chinês sobre a informação passada ao público estrangeiro estar em consonância com aquela que o povo chinês também possui. É uma forma de alinhar o discurso.

Nesse capítulo, buscamos retratar a evolução recente da diplomacia pública chinesa em meio às relações internacionais da China, a estrutura moderna de organização da diplomacia pública do país e o significado do conceito para Pequim. Dessa forma, trabalhamos com a relação da diplomacia pública chinesa e alguns marcos comuns para a história do país: a fundação da RPC, O Grande Salto Adiante, a Revolução Cultural e a ruptura sino-soviética, a construção pragmática da relação com os Estados Unidos, o incidente de Tiananmen, e, finalmente, a China e seu papel na nova ordem internacional.

Em comparação com a Europa, os Estados Unidos e o Japão a diplomacia pública chinesa é recente, porque a formação do Estado chinês contemporâneo também é. Como a grande parte das iniciativas tomadas pela China estão fortemente ligadas ao projeto nacional do país, a maturação daquele conceito até a sua forma atual foi bastante condicionada à evolução da conjuntura internacional do país. Assim, a diplomacia pública chinesa buscou afirmar a imagem de um país revolucionário e anti-imperialista, depois autônomo e pacífico, e, por último, em busca do desenvolvimento econômico e bem-estar de sua população.

O incidente em Tiananmen condicionou a China a promover uma reforma na organização de sua diplomacia pública, com a consequente institucionalização e profissionalização desta. Sem que houvesse um consenso objetivo sobre o conceito de diplomacia pública no país, a China se prestou a não abandonar seus princípios estratégicos nesse campo. Com a ascensão da China a um patamar não visto a mais de um século pelo país na ordem internacional, a perspectiva para a diplomacia pública chinesa tem dois sentidos: afirmar o país como não hegemônico em termos globais e promover uma imagem pacífica em âmbito regional.

CAPÍTULO III - O PAPEL DA DIPLOMACIA PÚBLICA NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

A República Popular da China, desde a sua fundação, estabeleceu cinco princípios fundamentais na sua política externa: os cinco princípios de coexistência pacífica⁵⁷, que seriam os responsáveis por conduzir uma China pacífica, não hegemônica e cooperativa. Dada a natureza da formação territorial recente da China⁵⁸, há uma constante negação ao belicismo no país e a ingerência em assuntos estrangeiros. A memória histórica da China sempre a remete à Guerra do Ópio, quando inicia o século de humilhações para o país. Manter a autonomia decisória nas questões concernentes a sua soberania territorial é um ponto fundamental na política externa chinesa.

Levando-se em consideração que a “grande ênfase na preservação da integridade de seu território tem raízes históricas profundas, e deriva igualmente da constatação de que a China é ainda hoje um país dividido”, a diplomacia pública chinesa tem importante papel nesse projeto de integridade nacional (PAULINO, 2017, P.181). Desenvolver uma imagem positiva é uma das ferramentas para construir alianças regionais e estabelecer uma política fronteiriça que proteja a soberania do país, bem como é importante para moldar as visões políticas de grupos de interesse, que possam fazer pressão em seus países para alterar de forma negativa suas posições frente à ascensão da China. Definir a posição do governo sobre um tópico em sua política externa, e fazer com que essa seja entendida e respeitada pelas outras nações, passa, e muito, por uma boa estratégia de comunicação e entendimento que pode vir de várias formas. Trataremos abaixo de alguns casos importantes para a Política Externa chinesa e o papel da diplomacia pública do país naqueles.

⁵⁷ São eles: “o mútuo respeito à integridade territorial, a mútua não agressão, a não interferência em negócios internos de cada país, igualdade e relação pacífica de coexistência mutuamente benéficas” (ONUMAIJU, 2016, P.158 APUD PAULINO, 2017, P.179).

⁵⁸ Com a derrocada da dinastia Qing Houveram recorrentes ocupações nos séculos XIX e XX, bem como revoltas separatistas e a formação de grupos de poder regional, como foi o caso dos senhores da guerra do norte. Após a queda da China dinástica seguiu-se uma penosa ocupação japonesa e, por fim, a guerra civil, que não eliminou por completo os movimentos separatistas no país — vide o Movimento de Independência do Turquestão Oriental, em Xinjiang.

A diplomacia pública frente às questões estratégicas da política externa chinesa

Tibet

A Região Autônoma do Tibet (TAR) é uma das regiões administrativas da República Popular da China que gozam de relativa autonomia. Com parte de seu território sobre a cordilheira do Himalaia, a região possui uma elevação média acima dos 5.000 metros, o que faz do Tibet a região mais alta do mundo. O Tibet separa a China do subcontinente indiano e parte da Ásia central, ele é a passagem do Himalaia para o interior da China e as estepes da Mongólia Interior. Sua divisão étnica diverge bastante da maior parte da China, pois ao passo que a etnia Han é predominante na maior parte da China, no Tibet são os povos tibetanos (compostos por outras subunidades étnicas) que representam 90% da população regional. Há também grande diversidade religiosa na região: com budistas, católicos, islâmicos e outras crenças locais (SPERLING, 2004).

O Tibet foi um dos primeiros estados tributários do sistema de acumulação sinocêntrico, já que durante a dinastia Yuan, por volta do século IX D.C., ocorreu sua incorporação como vassalo ao sistema de arrecadação chinês. Essa condição cessou com as invasões mongóis no século XIII, e ao fim deste período ocorreu sua integração completa ao território chinês durante a dinastia Ming (SPERLING, 2004). O controle persistiu durante a dinastia Qing, inclusive com a ocupação militar da região no fim do século XVIII. No entanto, à Lhasa sempre foi dada certa autonomia em respeito às diferenças de natureza religiosa e a manutenção do sistema budista de seleção religiosa dos Dalai Lama, que por serem do Tibet acrescentam bastante sacralidade ao território tibetano. Todavia, o status tibetano seria bastante alterado com a expansão do sistema colonialista britânico na Ásia, sobretudo na *Índia Britannica*.

Por sua localização geográfica, o Tibet era a uma porta de entrada para dois sistemas de influência em ascensão, e um em queda — respectivamente, o inglês, o russo e o chinês. Com sua ligação com o centro da China, o norte da Índia e a proximidade com o sul oriental do império russo, a região foi sobreposta ao jugo da

disputa hegemônica anglo-russa na eurásia, o que implicava na rivalidade por influência na China. Com o fim do império russo e o declínio da China dinástica essa condição se alterou em favor dos britânicos. Que ora oscilavam por construir um estado-tampão entre a Índia e a China, ora por criar um acesso direto ao centro da China, ambas as opções por meio do Tibet. Pela dificuldade de acesso ao território tibetano, a primeira opção era mais plausível.

Em 1912, durante a convenção de *Simla*, a fronteira sino-indiana foi definida com base na linha divisória McMahon (SINGH, 1992). Por conta das dificuldades da China naquela época, o país teve de aceitar a relativa autonomia do Tibet, que contava com o apoio inglês. É somente durante a Segunda Guerra, com o avanço japonês na Indochina⁵⁹ e o declínio do poderio britânico, que Londres considerou apoiar o retorno do Tibet à China, realizando assim um desejo do governo nacionalista chinês. Contudo, é só em 1951 que o Tibet é realmente incorporado ao território chinês.

A princípio, a posição internacional foi de reconhecimento da autoridade chinesa na região, porém a posição que mais interessava, naquele momento, era a indiana em relação ao status do Tibet, por conta da fronteira sino-indiana. Na ocasião o governo Nehru não pretendia comprometer a criação de uma aliança com Pequim, mas também não pretendia discutir a nova demarcação fronteira, embora a China questionasse a linha McMahon⁶⁰. Com a ida do Daila Lama à Índia em 1959 e o seu acolhimento por parte do governo indiano, as tensões entre China e Índia se acentuaram, principalmente após a guerra entre os dois países na Caxemira em 1962. O fato de um agente destabilizador da soberania chinesa estar em território indiano era estratégico para Nova Délhi. E passou a ser também para o Ocidente, na medida em que visão tibetana começou a se espalhar através da liderança do movimento pela libertação do Tibet.

O fato de o controle sobre o Tibet ter permanecido com os chineses nos últimos sete séculos é pouco conhecido internacionalmente. Com grande repercussão no Ocidente, o movimento da libertação tibetana se apoia na imagem do Dalai Lama e sua

⁵⁹ Em 1942 o Japão invadiu Burma, de onde partia 80% de toda ajuda americana para a China, a ajuda, então, passou a ser enviada pelo Tibet. A partir desse momento, o Japão passava a ameaçar a Índia (possessão britânica), com todos os esforços ingleses em proteger sua mais importante colônia e a importância do Tibet para os suprimentos a campanha de resistência chinesa, Londres decidiu por apoiar o controle chinês sobre o Tibet (SINGH, 1992).

⁶⁰ Para a China a *McMahon Line* não é reconhecida por fazer parte das negociações do período das agressões imperialistas, e, portanto, por ter sido redigida em favorecimento britânico. Por isso, Pequim encerrou seu avanço durante a guerra sino-indiana de 1962, onde acredita ser a real fronteira entre os dois países. Seu questionamento perdura sobre outra possessão territorial indiana, que a China reivindica como sendo seu território: o estado de Arunachal Pradesh.

liderança, porque houve forte penetração dessa visão no mundo. Desde 1959, por estar em território indiano, há muita publicação de material em inglês sobre a causa da independência tibetana e diversos protestos ocorreram na região em função disso. Em 1987, a criação do escritório de comunicação da autoridade de representação do Tibet independente, baseada no exterior, mudou a lógica sobre a região. O que estava em jogo agora era a guerra de narrativas sobre a soberania da região.

Embora militarmente incontestável como soberana no Tibet, o ‘efeito CNN’ tão logo preocupou o governo chinês sobre o apoio da opinião pública internacional a uma revolta separatista na região. Para não perder o controle político de um território tão estratégico⁶¹ à China, a saída foi organizar um plano de comunicação para organizar a visão mundial em favor de Pequim, essa tentativa ocorreu paralelamente à criação do SCIO. A estratégia da China foi selecionar países específicos, e nos países grupos específicos. Em relação à questão tibetana, os principais países foram França e Estados Unidos, pois foram identificados como os países em que residiam as opiniões públicas mais contrárias ao controle chinês do Tibet (D’HOOGHE, 2008).

O SCIO definiu os grupos a serem atingidos nesses países em cinco categoriais: cidadãos tibetanos ou ligados à Região Autônoma do Tibet, jornalistas e diplomatas, pessoas cuja profissão levasse a algum contato com a causa tibetana, políticos e intelectuais e a população no geral (D’HOOGHE, 2008). Para cada grupo havia uma estratégia específica: no caso dos jornalistas e pessoas cuja profissão os ligava a causa tibetana de alguma forma, as visitas ao Tibet foram instigadas; aos cidadãos tibetanos o objetivo era ressaltar o valor de suas raízes sino-tibetanas; políticos e intelectuais eram os principais alvos dos documentos produzidos pelo o SCIO junto com os diplomatas e jornalistas; a população no geral era o alvo de campanhas que traziam fatos verdadeiros e positivos sobre o Tibet (D’HOOGHE, 2008).

O esforço não foi totalmente efetivo, em consequência disso o SCIO ajustou a estratégia para uma propaganda não ‘politizada’ sobre o Tibet e para a criação de um grupo de pessoas para falarem sobre o Tibet: os ‘tibetologistas’. (D’HOOGHE, 2008). Essa estratégia perdura até os dias atuais, e atualmente o questionamento sobre a independência do Tibet não apresenta tanto vigor na opinião pública internacional. O

⁶¹ O Plateau Tibetano é a nascente das principais bacias hidrográficas da Ásia, dali saem os principais rios que abastecem o subcontinente indiano, o centro da China e a Indochina. Com parte de seu território destinado a produção de grãos, o Tibet é um importante centro agrícola para um país com praticamente toda sua área agricultável já em uso, como é o caso da China. Uma eventual invasão ao Tibet daria passagem para o centro e o norte da China em função de sua posição geográfica.

movimento pela libertação do Tibet, entretanto, segue vivo e seu maior expoente é o Dalai Lama, uma liderança internacional de grande projeção, mas a China através de sua diplomacia pública conseguiu enfrentar a narrativa que parecia hegemônica internacionalmente sobre a independência do Tibet.

Xinjiang

Maior unidade administrativa da República Popular da China, a Região Autônoma de Xinjiang (XUAR) é limitada geograficamente ao sul pela Caxemira indiana, a oeste pela Ásia central, a leste pelo centro da China e ao norte pela Mongólia e pela Rússia. Apesar de sua baixa densidade populacional, a região é de formação civilizacional milenar, por sua posição no centro geográfico asiático e por ter sido um importante centro comercial durante a rota da seda (FRIEDRICHS, 2017). Os primeiros contatos do centro formador da civilização sínica com a região foram durante a dinastia Han, o que dá a região uma relação de mais de dois milênios com o sistema sinocêntrico de acumulação.

No entanto, o controle territorial chinês sobre a região só ocorreu, de fato, no fim do século XVIII, durante a dinastia Qing. Até então a condição da região era de limítrofe entre a zona de influência do sistema tributário sínico e a Ásia Central (FRIEDRICHS, 2017). Uma região de transição entre civilizações. E por essa natureza Xinjiang recebeu fluxos de povos de origem muçulmana⁶², no caso de Xinjiang os de etnia turca, com maior destaque para os uigures. Ao contrário da maioria dos povos de religião muçulmana na China, os uigures estão bastante concentrados em uma única província e também distantes das províncias de predominância étnica Han, que constituem o complexo de unidade étnica sínica, prova disso é que, segundo Friedrichs (2017), percentual considerável da população uigur não fala mandarim. Além disso, a

⁶² O primeiro foi durante a dinastia Tong (618-907 d.c), o segundo durante a dinastia Yuan (1271 – 1368 d.c) e durante a dinastia Qing muitos territórios povoados por povos muçulmanos foram incorporados ao território chinês (FRIEDRICHS, 2017). Por conta desse movimento em inúmeros momentos históricos outros povos de origem muçulmana também chegaram ao território chinês, entre esses os de maior expressão demográfica são os Hui – que são inclusive maiores em termos populacionais que os Uigures -, que ocupam principalmente a Região Autônoma de Ningxi, mas também Gansu, Qinghai, Yunnan e outras províncias da China. Diferentemente dos Uigures, os Hui são muito mais integrados à China de predominância Han, pois em sua maioria falam mandarim, há casamentos interétnicos e presença desses em grandes centros urbanos da costa chinesa (FRIEDRICHS, 2017).

proximidade daqueles em relação aos países muçulmanos da Ásia central contribui para fortalecer nesse grupo um forte sentimento de unidade comunitária baseado na concepção religiosa.

Essa condição serviu para criar um sentimento de distanciamento em relação à China central, o que se tornou um dos principais argumentos para a formação do Movimento Islâmico do Turquestão Oriental, um grupo político separatista formado principalmente por muçulmanos uigures. Por outro lado, desde que fora ocupada pela dinastia Qing, Xinjiang jamais deixou de pertencer ao território chinês, do ponto de vista político as organizações políticas muçulmanas são relativamente recentes, além disso, a província de Xinjiang é etnicamente muito complexa⁶³, com presença de inúmeros outros grupos de origem da Ásia Central e mesmo os de etnia Han. Um movimento pela unidade Uigur e o consequente separatismo da China implica em uma maioria absoluta sobre essa questão, o que em linhas gerais não há, mesmo entre uigures.

A questão do separatismo Uigur só ficou latente mesmo para a China a partir dos anos 70 e 80, quando ocorre uma maior organização política na região (FRIEDRICH, 2017). Argumentos como o isolamento dentro do país e o desnivelamento de oportunidades dentro da sociedade chinesa em relação a outras etnias começaram a se fortalecer, além é claro da já inerente diferenciação religiosa. Pequim, todavia, rejeita qualquer negociação sobre a autoridade chinesa na região⁶⁴, para o governo central o status de região autônoma dado a Xinjiang já é a expressão do reconhecimento das diferenças étnicas entre a região e a maior parte das províncias chinesas. Como forma de reduzir as disparidades na região, o país introduziu um sistema de quotas para cidadãos de minorias étnicas em universidades e postos de trabalho, fomentou o ensino bilíngue acrescentando o mandarim na aprendizagem das escolas na região, e não incluiu as minorias étnicas na política do filho único.

Embora os esforços do governo chinês tenham surtido efeito em outras minorias, sobretudo os Hui (muito mais integrados ao sistema econômico e político chinês), as

⁶³ Além de Uigures, há também outros povos de etnia turca como os uzbeques, cazaques, quirguiz, tártaros. Há povos de origem iraniana, russa, mongols, manchus e muçulmanos dongxiang (FRIEDREICH, 2017).

⁶⁴ Em termos estratégicos Xinjiang é riquíssima em recursos naturais, com a maior reserva de petróleo e gás natural da China, além disso, por ali passam os principais gasodutos entre a China e Ásia central. Sua localização é estratégica entre a fronteira sino-paquistanesa e sino-indiana, além de estar no centro da Eurásia, portanto um importante eixo da expansão comercial chinesa na região.

disparidades persistiam. A estas um dilema para a segurança nacional chinesa foi acrescentado: o problema do terrorismo⁶⁵. Sucessivos ataques de baixa e média intensidade alarmaram as autoridades em Pequim, o país reagiu com a militarização da região. Com a emergência da guerra ao terror, a China conquistou apoio internacional para a causa, inclusive com a inclusão do Movimento Islâmico do Turquestão do Leste na lista de grupos terroristas internacionais. Em contrapartida, o país também intensificou os investimentos econômicos na região através das ‘western developments policies’ (plano que visa desenvolver a porção ocidental do território chinês), da interligação entre a China e Ásia Central, dos investimentos em projetos de infraestrutura relativos à Organização de Cooperação de Xangai, e, principalmente, da integração econômica da região a ‘Belt And Road Initiative’.

Xinjiang se tornou uma questão importante para a imagem internacional da China, na medida em que as ações chinesas para controlar a insurgência separatista na região foram internacionalmente expostas⁶⁶. A questão sobre a região se torna mais complexa ainda, por conta do risco da recepção negativa também em países de maioria muçulmana, não só no entorno chinês, bem como no Oriente Médio. Nesse sentido, as consequências podem atingir as relações da China com países de grande população muçulmana⁶⁷ e também na estabilidade da própria China, ao instigar uma relação conflitiva dentro do território chinês⁶⁸.

⁶⁵ Pouco tempo após a posse de Xi Jinping um ataque terrorista ocorreu em Tiananmen. Em 2016, um ataque a bomba em uma mina deixou 50 mortos, no mesmo ano um ataque ao escritório do Partido Comunista Chinês em Urumqi, capital de Xinjiang, deixou 5 mortos (FRIEDREICH, 2017).

⁶⁶ Mais recentemente surgiu uma série de reportagens em jornais de projeção internacional - como a BBC, o The Guardian, The New York Times – sobre a criação de campo de reeducação forçada para a minoria Uigur em Xinjiang, mais precisamente no sudeste da região (BBC, 2019). Autoridades públicas do Reino Unido e dos Estados Unidos fizeram manifestações públicas sobre essa condição, o jogador alemão de futebol de descendência turca, Mesut Ozil (THE GUARDIAN, 2019), questionou publicamente o fato. Ganhou notoriedade também um vídeo em uma rede social chinesa, em que uma jovem disfarça com um tutorial para sobrancelhas, quando na verdade acusa a China de violar a liberdade e prender arbitrariamente milhares de pessoas nos campos. (THE GUARDIAN, 2019).

⁶⁷ Embora essa possibilidade exista, há um distanciamento muito grande entre os grupos de origem Uighur e muçulmanos que não estão no entorno fronteiro do extremo oeste chinês, os países que poderiam se manifestar em favor de uma possível perseguição aos Uigures, são aqueles da Ásia Central de maior ligação com esse grupo (Cazaquistão, Uzbequistão, Quirquistão e Tajiquistão). Todavia, não ocorreu até então nenhuma manifestação pública de nenhum dirigente naqueles países sobre a questão.

⁶⁸ É preciso ressaltar que há outros países com minorias muçulmanas em enclaves étnicos como é o caso da Rússia (Cáucaso e o Tartaristão), de Israel (Palestina), da Índia (Caxemira). Com a exceção do Tartaristão russo, todas as outras regiões já foram acometidas por conflitos mais de uma vez (FRIEDREICH, 2017). Fato é que desde 1949 nunca houve um conflito regional em Xinjiang, e nenhum dos outros países possui uma política de integração econômica e social de minorias étnicas como a China tem com Xinjiang.

Sob o ponto de vista da diplomacia pública ainda não há uma estratégia tão avançada para a questão atual de Xinjiang tal como existe para o Tibet. Isso porque, diferentemente do caso tibetano, muito mais controlado atualmente, Xinjiang está mais em evidência na opinião pública internacional. O crescimento econômico na região e o lançamento da iniciativa ‘Belt and Road’ têm sido os principais ativos chineses na promoção de imagem favorável sobre suas políticas na região. Por conta da sua exuberante riqueza natural e status de região “desconhecida”, Pequim também busca atrair o turismo para a região (XINHUA, 2019). Para isso, aposta na promoção da imagem de uma região segura.

Hong Kong

Hong Kong é um arquipélago montanhoso, de clima tropical, de terras pouco produtivas e de elevadíssima densidade populacional. Seu grande diferencial é a localização somada a sua condição de Região Administrativa Especial⁶⁹, o que garante autonomia política ao seu governo. Incorporada de volta à China em 1997, após mais de um século sob domínio britânico, Hong Kong é a principal representação do modelo de “um país, dois sistemas”, no qual tal região garantiu investimentos, *Know-How* e infraestrutura portuária e de serviços ao grande processo de modernização chinês nos últimos quarenta anos.

Considerando o grau de desenvolvimento de Hong Kong e sua proximidade geográfica e cultural da China, era natural que o processo de inserção produtiva e financeira da China tivesse em Hong Kong sua principal porta. As primeiras Zonas Econômicas Especiais da China foram posicionadas no entorno do arquipélago, inclusive a maior de todas, Shenzhen, estava a alguns quilômetros dali. Nesse sentido, é possível contextualizar e entender a importância da posição que Hong Kong passou a ocupar na geopolítica financeira do Leste Asiático (TSANG, 2007).

Desde que foi tomada da China na Primeira Guerra do Ópio, Hong Kong passou por um processo de urbanização e crescimento populacional, este acentuado após a

⁶⁹ Região Administrativa Especial é uma forma de separação criada pelo governo central chinês para Macau e Hong Kong. Nesse modelo, há a formação de um poder executivo próprio com grande autonomia política, o que garante um sistema judiciário, orçamento independente e moeda própria. Assim, esse modelo de administração garantiu a essas regiões a manutenção de uma economia capitalista. A soberania dos territórios, suas relações exteriores e as forças armadas, no entanto, ficariam sob o controle de Pequim (TSANG, 2007).

Guerra Civil chinesa. A importância geopolítica de Hong Kong foi crescendo ao longo desse período, no entanto sem o controle chinês da região. O que ocorreu após os acordos que devolveram Hong Kong à China foi uma confluência de interesses. Primeiro, porque como uma região superpovoada e de custo de produção elevado, Hong Kong perdia, cada vez mais, vantagens competitivas em relação aos outros tigres asiáticos e a China, ao passo que Pequim oferecia espaço, recursos e mão de obra barata para a produção manufatureira do arquipélago; segundo, que dada a presença do capital estrangeiro em Hong Kong e sua proximidade cultural e territorial da China somada ao desenvolvimento do mercado de capitais de Hong Kong, era muito mais fácil organizar a política de investimentos produtivos estrangeiros na China a partir de Hong Kong. Nesse contexto, a aproximação que culminou na reincorporação da região à China surgia como natural (CHAN, 2005).

Para além da importância econômica, havia também um componente político que perpassava o retorno de Hong Kong à China, que era a simbologia de recuperar um território perdido durante o século de humilhações. Por detrás das negociações iniciadas para a devolução do território e finalmente o hasteamento da bandeira chinesa, existia uma China que se projetava como uma nova potência, garantindo assim, dada a decadência russa, a posição de principal *player* do leste asiático, com a exceção dos Estados Unidos. Por outro lado, as vantagens econômicas para os países mais desenvolvidos em usar Hong Kong como intermediário para seus investimentos na China abafou a oposição tanto internacional como local à incorporação de Hong Kong à China.

Apesar da preponderância das questões econômicas na análise sobre o arquipélago de Hong Kong, é inegável o aspecto político por detrás das relações entre Pequim e sua Região Administrativa Especial. Isso porque a região recebeu grandes levadas de cidadãos chineses em busca de melhores salários, bem como opositores do governo central chinês (destacadamente os partidários do Kuomintang). Nesse sentido, portanto há a formação de uma classe política com perspectivas políticas distintas daquela que predominava na China, o que permitiu a formação de uma consciência social distinta nos chineses que habitavam Hong Kong, inclusive havia forte tradição confucionista entre a burguesia empreendedora de Hong Kong, segundo Lin e Ho (2009), o que contrastava com a política de contenção dessas ideias na China continental, sobretudo durante a Revolução Cultural (PAULINO, 2017).

Ao contrário de Taiwan, todavia, Hong Kong tinha uma população com fortes laços com a China, já que boa parte dos empreendedores da região mantinha família e tinham na China continental um importante comprador de seus produtos (CHAN, 2005), além disso, Hong Kong era um território de administração britânica, ao passo que Taiwan foi formada com toda uma estrutura política movida da China continental durante a fuga do Kuomintang. Ao Longo das negociações entre China e Reino Unido para a devolução de Hong Kong, houve a formação de grupos políticos locais que ofereciam resistência ao processo e buscavam uma saída independentista para a região, contudo não houve uma coesão total da população em torno dessa posição que se tornasse majoritária, como lembra Tsang (2007).

Em se tratando da questão política sobre a devolução de Hong Kong à China, há o próprio componente do efeito que a incorporação do arquipélago como Região Administrativa Especial teve na população da China continental, porque esse processo de devolução foi concluído em 1997, ou seja, menos de uma década após o incidente de Tiannamen em 1989. Assim, não só pela cláusula do acordo de devolução sino-britânico, que previa a manutenção da autonomia administrativa de Hong Kong, mas também pelo impacto na sociedade chinesa, a posição adotada por Pequim foi de ressaltar os ganhos econômicos mútuos no longo prazo para a região do arquipélago e para a China, o que, de fato, ocorreu. Hong Kong tornou-se o segundo centro financeiro da Ásia, só atrás de Tóquio, com uma moeda própria e bem mais forte que o Yuan, Hong Kong também ajustou seu sistema financeiro para atender a necessidade de ser um intermediador entre e a China e o resto do mundo. O crescimento econômico do entorno puxado pela expansão produtiva chinesa se sobrepôs à demanda separatista, e as desconfianças foram superadas ao longo da primeira década de controle chinês sobre a região (TSANG, 2007).

Com a entrada da China na OMC e a organização de toda uma cadeia produtiva na Ásia em torno da produção manufatureira chinesa, Hong Kong tornou-se um centro dinâmico em termos de fluxo de capital e de pessoas, na medida em que passou a abrigar escritórios de multinacionais europeias, japonesas e americanas⁷⁰. Para Hong Kong, que já era bastante “ocidentalizada” se comparada à China continental, esse

⁷⁰ Outro fator adicionado pelo fato de Hong Kong ter se tornado uma Região Administrativa Especial era a formação de um sistema tributário e financeiro independente, o que fornecia condições ideais para empresas estrangeiras que buscavam refúgio em uma região com baixos impostos e pouco controle sobre as atividades financeiras (LI; HO, 2009).

processo proporcionou a região uma condição compartilhada apenas com Singapura, outra antiga possessão do império inglês, que é o caráter cosmopolita (mas não multiétnico) do arquipélago. Novamente, apesar da maior diversidade de perspectivas na região, uma combinação de fatores levou a maior proximidade entre Pequim e sua mais importante Região Administrativa Especial, isto é, o aumento do custo de vida na região somado ao crescimento da oferta de infraestrutura entre a província vizinha de Guangdong e o arquipélago, aumentou o fluxo de chineses que frequentavam o arquipélago apenas a trabalho, ou seja, temporariamente (LIN; HO, 2009). Dessa maneira, muitos dos “Hong Kongers” eram cidadãos nascidos e criados na República Popular da China.

Destaque-se aqui a presença de cidadãos da RPC no arquipélago e as raízes que os nascidos na região mantinham com o continente, porque se busca ressaltar que para além da interdependência econômica entre a China e Hong Kong nas duas últimas décadas⁷¹, há também a construção de laços sociais e políticos que não devem ser descartados na análise. Todo esse contexto permitiu que Hong Kong se firmasse como o que de fato é: um território chinês altamente desenvolvido e com grande autonomia administrativa. A soberania chinesa e a autonomia administrativa abriram caminho, principalmente pelo sucesso econômico de ambos, para o posicionamento de dois agentes responsáveis pela diplomacia pública da região, o governo chinês e administração de Hong Kong.

Com sua autonomia administrativa e a presença de grandes conglomerados de comunicação estrangeiros em Hong Kong, não foi difícil para que a “paradiplomacia pública” do governo local ganhasse abrangência internacional. Nesse sentido, estabelecer Hong Kong como um lugar convidativo a negócios, a estudantes e a turistas era muito importante para a economia do arquipélago que, rapidamente, migrava para um modelo no qual o setor de serviços fosse predominante. Por outro lado, conservar os laços com a China continental e sua crescente, principalmente em poder de compra, população de turistas, bem com os novos investidores chineses, era e é muito importante para a administração de Hong Kong.

A participação de Hong Kong em organizações internacionais e fóruns multilaterais já havia sido garantida pelo acordo que devolveu a região à China, contudo

⁷¹ Na primeira década deste século, quando a China se tornou o principal receptor de investimentos externos diretos do mundo, Hong Kong fornecia 40% desses investimentos (CHANG, 2005).

a importância internacional do arquipélago aumentou consideravelmente com sua posição privilegiada nas relações com a China. A presença de importantes câmaras de comércio, consulados estrangeiros, instituições financeiras e excelente infraestrutura tornaram-se um ativo a ser fortalecido, então houve um esforço, patrocinado também pelo governo chinês, para aumentar a confiança em Hong Kong. Vale lembrar que para a China todo o sucesso de sua Região Administrativa Especial significava ganhos ao país, o que, mesmo que indiretamente, fortalecia a imagem chinesa como confiável parceiro e país aberto a negócios, conforme destaca Chan (2019). A ideia de uma China que violaria acordos comerciais e distorceria mecanismos legais de controle financeiro e comercial era muito forte nas primeiras décadas da abertura comercial do país, à medida que a experiência da reincorporação de Hong Kong mostrava a real postura de Pequim, era mais um passo para que a China se firmasse como um *trader* confiável.

Na segunda década do século XXI, o processo de integração econômica entre a China continental e Hong Kong parecia concretizado. Essa mudança das relações em termos econômicos deu-se sobretudo na natureza dos investimentos, já que Pequim também passava a alocar muitos recursos no arquipélago, se antes Hong Kong era a sede de grandes multinacionais internacionais, agora era também base de negócios para as grandes multinacionais chinesas. Outro fator a ser destacado nesse sentido é que as diferenças de renda e padrão de vida entre Hong Kong e a província próxima de Guangdong diminuíram sensivelmente, pois esta se tornou a mais rica em termos per capita da China Continental. A China então passa a incluir Hong Kong em seus grandes projetos de infraestrutura e expansão econômica, notadamente a *Belt and Road Initiative* e o *Asian Infrastructure Investment Bank*. A diplomacia pública chinesa tratava, nesse sentido, Hong Kong como cada vez mais integrado a China.

Por outro lado, o movimento de integração da segunda década do século XXI foi marcado pela alternância de uma interdependência para uma dependência de Hong Kong em relação à China, na qual o crescimento econômico chinês reduziu significativamente a proporção da participação de Hong Kong na geração de riquezas da RPC. Assim, o crescimento da dependência do arquipélago dos investimentos e do mercado da China continental foi inversamente proporcional à capacidade de Hong Kong em se manter como o grande centro financeiro que abastecia de IEDs o território chinês. Segundo Chan (2019), a “continentalização” econômica de Hong Kong foi o fator preponderante para a separação política da região em duas vertentes opostas — os

que defendiam a aceleração da integração e aqueles que entendiam que o momento era uma ameaça à autonomia de Hong Kong.

Durante as eleições locais de 2014, um novo contexto foi apresentado às relações entre a China e sua Região Administrativa Especial, qual seja, a formação de um bloco político que argumentava em favor de eleições transparentes, mas no fundo buscava manter ou mesmo ampliar a autonomia de Hong Kong como território chinês. Assim, ocorreu o *Umbrella Movement*, que foi uma sequência de protestos no centro financeiro do arquipélago ao longo do ano de 2014. O apoio imediato de um grande contingente de cidadãos de Hong Kong aos protestos e o suporte que estes encontraram em governos estrangeiros acabou por fortalecer a linha pró-China em contrapartida (CHAN, 2019).

Enquanto o governo chinês permanecia firme à ideia de que não deveria haver nenhum passo atrás no processo de integração, a formação de um movimento autonomista representava uma ruptura nas duas décadas de estabilidade após a devolução de Hong Kong à China. Apesar de o *Umbrella Movement* ter terminado seu legado permaneceu: a formação de um movimento com apoio internacional para “democratização” de Hong Kong. As preocupações no que tange à “continentalização” de Hong Kong estavam fortemente respaldadas em parte da elite local ligada à antiga administração colonial inglesa e ao capital financeiro não chinês, por outro lado havia também setores na elite local que recusavam essa perspectiva, já que possuíam fortes laços com a economia e o governo chinês (vale lembrar, mais uma vez, que boa parte dos habitantes de Hong Kong são nascidos em território chinês), este, por sua vez, rejeitava qualquer acordo ameaçasse sua soberania sobre o arquipélago, já que para Pequim toda a autonomia de Hong Kong já havia sido expressada no acordo entre China e Reino Unido (CHAN, 2019).

A cisão política em Hong Kong foi ainda mais fortalecida com o apoio público de governos estrangeiros aos manifestantes contrários à China. O governo chinês prontamente inaugurou uma campanha de comunicação a respeito da soberania inquestionável de Pequim sobre Hong Kong e questões adjacentes ao controle do território⁷². As manifestações anti-China seguiram contínuas, porém em menor volume

⁷² Durante um discurso em 2020 em comemoração aos 40 anos da ZEE de Shenzhen, Xi Jinping ressaltou o caminho natural das relações entre Shenzhen, Hong Kong e Macau, no qual Shenzhen “deve promover o desenvolvimento de Hong Kong e Macau”, ressaltando, portanto, o deslocamento do eixo de investimentos produtivos na região em favor da China continental. Além disso, o governante chinês

até o ano de 2019, quando a proposta de uma lei de extradições para criminosos de alta periculosidade entre a China continental e Hong Kong gerou uma onda de protestos por todo o arquipélago, prontamente os manifestantes ganharam apoio dos governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Austrália. A linha de governo ofensiva à China nas políticas externas norte-americana e australiana aproveitou-se do contexto para oferecer apoio público e inclusive patrocínio aos manifestantes.

Todo esse contexto de instabilidade em Hong Kong trouxe esta região para o centro da estratégia geopolítica reativa à China desencadeada pelos Estados Unidos. É preciso lembrar que Hong Kong possui fortes laços econômicos com os Estados Unidos, por isso boa parte das sanções econômicas do governo Trump à China atingiram com intensidade Hong Kong, tal fato decorre da capacidade financeira deste território em fornecer espaço para uma expansão do Yuan como moeda para negociações internacionais, ao mesmo tempo em que recebe grandes quantidades de dólares estadunidenses, ou seja, a Região Administrativa Especial detém um papel importante na balança de pagamentos entre Pequim e Washington. Além disso, a instabilidade em Hong Kong reverbera tanto em Macau quanto em Taiwan, mas sobretudo nesta última.

Para contornar esse cenário adverso, o governo chinês tem empreendido uma diplomacia pública que se apoia na valorização da parceria entre China e Hong Kong, na qual sem a integração do arquipélago como Região Administrativa Especial garantiu ganhos mútuos. Para Pequim, é importante ressaltar que integração está em estágio avançado e não deve retroceder, já que a incorporação de Hong Kong à China representa a recuperação de um território arrancado a força da China, bem como defender a soberania territorial sobre Hong Kong significa proteger os interesses dos cidadãos chineses que compõem o arquipélago.

Taiwan

A ilha de Taiwan é uma das trinta maiores economias do mundo, seu processo de desenvolvimento industrial voltado à exportação foi conduzido por um Estado autoritário e militarizado, este contou com grande auxílio dos Estados Unidos através de

ressaltou a necessidade de Hong Kong e Macau “aumentarem o senso de pertencimento a terra-mãe” (CHEN, 2020).

robustos investimentos e acordos comerciais que favoreciam a exportação de produtos ao mercado norte-americano. Taiwan, como Estado, nasceu com o único propósito de fazer frente à República Popular da China, tal tarefa jamais teria sido sustentável sem a condição geopolítica de Taiwan, que é uma ilha cortada por uma cordilheira, sofre com inúmeros desastres naturais, tem poucas áreas agricultáveis e localiza-se a apenas 180 km da costa chinesa. Nesse sentido, tal qual a Coreia do Sul, Taiwan inseriu-se nas relações econômicas internacionais a partir da tutela militar e geopolítica dos Estados Unidos, acentuada no auge da Guerra Fria e no contexto mais recente (PINTO, 2004).

Ocupada inicialmente por tribos de origem étnica malaia e polinésia, Taiwan recebeu maior importância da China, à medida que se tornou um centro comercial para nações europeias, primeiro os portugueses (que atribuíram o nome de Formosa à Ilha), depois os espanhóis e finalmente os holandeses, os quais expulsaram os espanhóis e passaram a administrar o território através da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Com a invasão Manchu, na China continental, milhares de chineses fugiram para Taiwan e estes foram os responsáveis por expulsar os europeus por completo da ilha, após isso a região recebeu grande imigração de chineses da etnia Han oriundos sobretudo da região de Fujian, mais próxima à ilha, e, finalmente, no século XVII a dinastia Qing, dos Manchus, anexou Taiwan à China Qing (PINTO, 2004).

O domínio chinês sobre Taiwan trouxe consequências importantes para a região, além de seu povoamento, tais como a introdução do sistema confucionista de organização social, a formação de uma elite chinesa de comerciantes locais, a construção de laços com a China continental e a estruturação das primeiras cidades. A soberania chinesa sobre a ilha foi cessada com a derrota para o Japão imperial na primeira guerra sino-japonesa em 1895, já que o tratado de paz entre as duas nações previa a entrega de Taiwan ao Japão como forma de reparação. A ocupação japonesa enfrentou resistência de setores locais e das tribos interioranas, o que foi fortemente reprimido até a região se submeter por completo ao controle japonês como uma colônia até a devolução do território à China nacionalista, após a Segunda Guerra (PINTO, 2004).

A Guerra Civil chinesa e a vitória dos comunistas alteraram o status da ilha novamente, já que o Kuomintang fugiu para a ilha escoltado pela marinha dos Estados Unidos, o que tornou impossível a “perseguição” dos derrotados e a anexação da ilha à recém-proclamada República Popular da China. O partido nacionalista transportou consigo parte de sua burocracia política e com o apoio de Washington entrincheirou-se

em Taiwan. Nesse contexto, a declaração promovida por Chiang Kai Shek de que Taiwan era a verdadeira República da China e que a República Popular era um movimento separatista mudou por completo as relações entre China e Taiwan nas décadas que se seguiram.

Essa condição *sui generis* de Taiwan passou por três momentos distintos. O primeiro é marcado pelo reconhecimento da República da China assentada na ilha como único território chinês por parte dos Estados Unidos e seus aliados, bem como a inclusão da República da China como representante por direito das grandes nações vencedoras no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse apoio de Washington era uma mera conveniência e não um apoio à reunificação, segundo Pinto (2004), porque ao governo norte-americano oferecer apoio a um governo contrário à China fazia parte da estratégia de contenção ao bloco socialista. A situação de Taiwan era tão particular que quando Chiang Kai Shek chegou à ilha, o Japão não havia em termos oficiais declinado de sua soberania sobre ela, o que ocorreu somente em 1951, data do Tratado de São Francisco, o qual sem contar com a presença de nenhum representante do governo chinês reconheceu a soberania chinesa sobre Taiwan e a abdicação japonesa do território. Ainda ocupado pelos Estados Unidos, o Japão reconheceu a República da China como único governo, por direito, de todo o território chinês em 1952, repetindo assim um gesto de boa parte das nações ocidentais. Esse período durou até 1972, quando os interesses entre a RPC e os Estados Unidos convergem novamente, assim como parte dos acordos entre Mao e Nixon, Washington reconhece a existência de apenas uma China, sendo esta a República Popular da China (KOOPMAN, 2016).

Isolado diplomaticamente em seu entorno geográfico, Taiwan rumou para um projeto de desenvolvimento organizado por seu governo autoritário com forte apoio econômico dos Estados Unidos, embora já não tivesse seu reconhecimento como República da China. O segundo momento é então marcado por um grande desenvolvimento econômico de Taiwan, o que conserva a autonomia da ilha através do comércio internacional, mas também pela condição de quase protetorado dos Estados Unidos obtida por meio do *Taiwan Relations Act* aprovado pelo congresso americano em 1979, que previa apoio financeiro, tecnológico e sobretudo militar à Taiwan, principalmente pela cláusula que garantia a proteção amiga em caso de invasão da ilha. Na prática, Taiwan permanecia soberana em relação à Pequim, muito por conta do suporte dos Estados Unidos, que não iria abrir mão de um aliado (e quase protetorado) em uma posição tão estratégica (KOOPMAN, 2016). Todo esse suporte deu sobrevida a

Taiwan que manteve suas reclamações como única China até 1992, a partir daí Taiwan mudou de posição e declarou que era a República Popular da China uma nação soberana e representante da uma única China (PINTO, 2004).

Em contrapartida, Taiwan reinterpretava a política de uma única China à sua maneira, ao reconhecer a RPC como representante única da China, mas não condicionar essa posição ao abandono de sua soberania. O terceiro momento inicia-se com a expectativa de que Taiwan seria incorporada à China continental na esteira de Macau e Hong Kong, porém com ainda mais particularidades. De fato, a abertura econômica da China indicava um contexto favorável a Taiwan, na medida em que os ganhos financeiros para a ilha seriam acentuados através do acesso ao enorme mercado chinês, bem como tornar-se parte do ciclo de investimentos internacionais que chegaria à China, já que a ilha fora muito atingida pelo choque da crise asiática de 1997 (PINTO, 2004). Essas questões, no entanto, foram postas de lado porque parte do grupo político que governava Taiwan manteve-se reticente e optou por “uma posição pragmática”, visitando países que reconheciam diplomaticamente Taiwan, bem como pedindo direito de ingresso nas Nações Unidas como Estado independente, e principalmente visitando os Estados Unidos para proferir um discurso independentista (PINTO, 2004, P.67). Com a chegada do século XXI, Taiwan posiciona-se como um grande parceiro comercial chinês, protegido militarmente pelos Estados Unidos e uma nação com status diplomático de segunda categoria⁷³.

A proximidade da China não é mais apenas uma questão geográfica, porque em termos econômicos o que se vê é uma acentuação da dependência de Pequim, por outro lado há uma tendência da intensificação do apoio norte-americano à Taiwan, mas com base nos interesses geopolíticos da disputa com a China. O espaço para uma reaproximação entre Pequim e Taipei passa por alinhar os interesses da ilha aos da RPC,

⁷³ Taiwan possui um tratado de livre comércio com a China assinado em 2010, em termos per capita, o único território no mundo que exporta e importa mais da China que Taiwan é Hong Kong, onde a soberania é chinesa (KOOPMAN, 2016). Por outro lado, Washington e Taipei são parceiros militares de longa data, embora não conte com tropas em território taiwanês desde os anos 1970, os Estados Unidos abastecem continuamente o território de armamentos de última geração, tornando as forças militares taiwanesas um contingente bem treinado e com equipamento de ponta, fora que o governo Trump incrementou ainda mais esse processo com um acordo militar de \$7 bilhões no ano de 2020 (VALOR ECONÔMICO, 2020). E para confirmar essa situação ímpar da região está seu reconhecimento diplomático, já que não há nenhuma grande potência que reconheça diplomaticamente Taiwan e sua entrada nas Nações Unidas já foi rejeitada algumas vezes, mesmo assim o país se vale do lobby financeiro em nações com um pequeno PIB para ser reconhecida por 16 países apenas, no entanto as representações comerciais permanecem expressivas e atuam como uma “diplomacia informal” de Taipei (PODER 360, 2020).

para isso é preciso organizar uma estratégia de construção de confiança entre as duas regiões, com base em interesses mútuos e que ressalte as semelhanças culturais e sociais entre os territórios, por isso a diplomacia pública é uma ferramenta para “abrir portas” e reduzir a tensão provocada pela posição de Taiwan na disputa entre China e Estados Unidos.

Comparando o entorno chinês ao dos Estados Unidos, Zhao Qizheng (2012) destaca que diferente do relativo pacifismo que paira nas fronteiras da América do Norte, a heterogeneidade de governos e sistemas políticos no entorno geopolítico da China contribuem para relações locais não tão estáveis, o que é um empecilho para o modelo de desenvolvimento do país. Taiwan é, ao menos no contexto atual, um território autônomo próximo à China, por isso a posição inicial chinesa é a de estabelecer um clima pacífico com a ilha para avançar até um novo diálogo sobre a reunificação, que é o interesse final da linha nacionalismo que rege a política externa chinesa.

A posição inflexível da China sobre Taiwan não garante, todavia, uma diplomacia pública totalmente pacífica, muito embora este seja o norte da diplomacia pública chinesa para a Ásia (D’HOOGHE, 2014; QIZHENG, 2012). Um bom exemplo disso são as competições esportivas internacionais, já que, conforme o trabalho de Yu (2015), há um esforço do governo chinês em desencorajar a participação de Taiwan em eventos esportivos internacionais, o que implica em uma redução na visibilidade de Taiwan como nação soberana, contudo a ala independentista da ilha reage pressionando para que Taiwan participe como nação soberana. Nessa queda de braço prevaleceu a posição da grande potência esportiva chinesa, e, em consequência, Taiwan passou a competir representando a Taipei chinesa.

Quando o debate passa a versar sobre questões territoriais o governo chinês tende a diminuir a linha de diálogo, seguindo a tendência das grandes potências internacionais, por isso, mesmo que a diplomacia pública chinesa adote tom amigável, ao tratar sobre Taiwan há sempre a possibilidade de os projetos respingarem na questão territorial. Assim, forma-se um contexto em que o diálogo entre ambos está sempre “pisando em ovos”, principalmente quando o assunto, ainda que de forma branda (como é o caso do esporte), acerte na discussão sobre a questão da soberania chinesa. Para contornar esse dilema, a primeira saída adotada pelo governo chinês foi ressaltar o fato que indiscutivelmente tem sido seu trunfo nas relações com diversos países pelo mundo: seu peso econômico.

Apelar ao discurso dos ganhos econômicos é uma forma de abrir um canal de diálogo com o governo taiwanês que permite debater uma reunificação. Nesse sentido, o governo chinês vem tratando Taipei da mesma forma que tratou Hong Kong, onde nunca houve um processo agressivo de devolução e sim gradual e pacífico, ou seja, há um movimento grande para ressaltar que o acordo seria costurado por meio das regras do Direito Internacional. O discurso de Pequim é de que as duas partes só têm a ganhar, mas Taiwan tem mais ainda a ganhar, porque Taipei manteria uma relativa autonomia, ao passo que teria acesso ao mercado e ao sistema de financiamento para desenvolvimento do Estado chinês. Em que pese o fato de Taiwan ser um histórico aliado norte-americano, não há que se discordar, mesmo entre a ala independentista em Taiwan, que no cenário atual, em termos econômicos ao menos, a China tem muito mais a oferecer do que os Estados Unidos. Além disso, a diferença no patamar tecnológico do parque produtivo dos dois países reduziu consideravelmente, enquanto a dependência econômica de Taipei de Pequim só aumentou, justamente pela transformação na geopolítica econômica do Leste asiático.

Para a China, o caminho da unificação econômica soa como natural, porque é um retorno ao discurso pragmático tão confortável para Pequim, mas que no início dos anos 1990 também era adotado pelo governo em Taipei. Soma-se a isso a imagem que a China tem conquistado no cenário internacional de parceiro confiável e nação cooperativa, muito por conta de sua capacidade comercial é verdade, mas também por uma postura de não interferência nos assuntos locais, mesmo que o tema seja um interesse nacional histórico como é Taiwan. Dessa perspectiva, a construção de um acordo entre China e Taiwan parece apenas uma questão de tempo.

Por outro lado, há um discurso emergente em Taiwan patrocinado pelos Estados Unidos de que a unificação seria o fim para a democracia taiwanesa e o estilo de vida de sua população. Há, portanto, a organização de um bloco político com pró-EUA que embarcou na narrativa promovida por Washington, que não pode perder espaço em um aliado de quase um século, mesmo que economicamente não possa competir. Para fortalecer essa narrativa o governo dos Estados Unidos ofereceu muito mais do que armamentos, Trump concedeu financiamento e isenções fiscais para empresas taiwanesas⁷⁴ com o objetivo de reduzir a supremacia comercial da China sobre Taiwan.

⁷⁴ Nesse contexto, um caso que ficou muito conhecido foi o da empresa *Foxconn* que recebeu incentivos fiscais na ordem de \$3 bilhões para instalar uma grande unidade produtiva em Wisconsin — um estado

A nova conjuntura internacional indica uma Taiwan dividida entre o caminho de volta à China e a posição de aliada estratégica dos Estados Unidos, assim como foi no início da Guerra Fria. Desta vez, contudo, a dependência em relação à China mudou, Taiwan tem na superpotência vizinha um território disposto a esperar o momento certo para a reunificação, já que as vantagens econômicas pendem cada vez mais para Pequim, enquanto isso, os Estados Unidos atuam alimentando a narrativa anti-China em Taiwan com o objetivo de formar um bloco na sociedade taiwanesa que faça prevalecer internamente a visão independentista. Assim, mesmo que a sensibilidade das relações entre Pequim e Taipei sejam um impeditivo para uma diplomacia pública mais abrangente e efetiva, o caminho para uma linha de diálogo entre a opinião pública taiwanesa e o governo chinês é a diplomacia pública, porque é uma ferramenta naturalmente voltada ao diálogo, que muito interessa a China, mantendo, dessa forma, uma política da China de “portas abertas” para Taiwan.

Relações com a Ásia

Há ainda grande desconfiança nas relações entre os países do entorno chinês e a China. Seja por conflitos mais recentes, como é o caso da Índia e o Vietnã, ou por divergências históricas e ainda não reconciliadas, como é o caso do Japão, ou por disputa de influência, como na península coreana. Fato é que o século XXI introduziu novos desafios para a diplomacia chinesa na Ásia. Dessa maneira, juntam-se os já existentes que se resolveram parcialmente (Índia e Vietnã), os que não se resolveram (Japão e península coreana) e os que se resolveram (Rússia) com as disputas territoriais e a discussão sobre a natureza pacífica ou não da ascensão chinesa. Mesmo que o motor do crescimento econômico asiático nas últimas duas décadas tenha sido a China, principal parceiro comercial de todas as economias de peso na região, a assimetria para a qual a China caminha na região em relação a outros países criou uma desconfiança

onde Trump venceu em 2016 muito em virtude de seu discurso de trazer os empregos de volta à América —, todavia a unidade nunca funcionou com sequer metade da capacidade, bem como jamais fez os aportes financeiros prometidos. O episódio ficou mais marcado nos Estados Unidos como um divisor de águas para entender os rumos da indústria norte-americana e a desigualdade que assola o país do que como queria Trump, que fez grande apelo midiático sobre a instalação da fábrica, conforme apresenta Josh Dzieza (2020) na revista *The verge*.

recente, instigada pela rivalidade com os Estados Unidos, por questões históricas mal resolvidas e pelas disputas no Mar do Sul da China.

A hipótese de uma competição hegemônica entre China e Estados Unidos toma por consideração que o cenário para esse processo se daria sobretudo na Ásia. Com uma rede de alianças altamente organizada na região, com o apoio das duas economias mais desenvolvidas do continente (Japão e Coreia do Sul) e agora da Austrália, a influência dos Estados Unidos nos governos asiáticos é um fator importante para refletir sobre uma visão contrária à ascensão chinesa na região. Qualquer país no entorno chinês que adote uma postura contrária à Pequim pode ter como aliado os EUA, esse apoio aberto de Washington visa atingir a China, como ocorreu durante as disputas no Mar do Sul da China.

Além desse fato, a presença de rivalidades históricas contribui para uma imagem negativa da China em alguns países. Por exemplo, após a guerra sino-vietnamita de 1979, as relações entre Pequim e Hanói foram bastante prejudicadas, China e Vietnã só normalizaram suas relações diplomáticas em 1991. O forte crescimento pelo qual a economia dos dois países passou aumentou a interdependência⁷⁵ entre ambos, porém ainda não há uma aliança sólida entre as duas nações. Pelas capacidades da China atualmente, do ponto de vista sistêmico, o que pode ocorrer é que o Vietnã seja constrangido a manter relações diplomáticas estáveis com a China. Todavia, essa condição limitaria os objetivos chineses em construir uma postura cooperativa dependente da confiança entre as nações, e não da capacidade coercitiva do poderio chinês.

Diferentemente do Vietnã, as relações sino-indianas possuem muito mais equilíbrio estratégico, mas os dois países ainda não chegaram ao patamar de interdependência que ocorre entre Pequim e Hanói na esfera econômica e não resolveram a questão dos territórios em disputa⁷⁶. A fronteira sino-indiana ainda é altamente militarizada, sobretudo na região da Caxemira, pois a Índia não reconhece o controle chinês sobre o território de Aksai Chim, a caxemira chinesa, já a China não

⁷⁵ A China é atualmente a maior parceira econômica do Vietnã, o modelo de desenvolvimento econômico vietnamita encontra bastantes paralelos no chinês, o país absorveu muito da demanda de produção de manufaturas que saiu da China por conta da elevação dos salários e transição no nível da produção industrial chinesa. O crescimento econômico vietnamita passa, muito, pela proximidade com o território chinês (LAI, 2019).

⁷⁶ Em 1990 os governos chinês e vietnamita definiram a demarcação da atual fronteira entre os países e declararam não haver mais nenhum território em disputa.

reconhece o controle indiano sobre o território de Arunachal Pradesh⁷⁷. Por serem os dois maiores países emergentes do mundo, o grande crescimento econômico recente de ambos e o aumento do intercâmbio comercial limitou a rivalidade entre as duas nações. Entretanto, a ascensão de um governo de extrema-direita na Índia, e a consequente expansão do movimento nacionalista Hindu, pode, novamente, levar a uma escalada de natureza militar entre os dois países. A postura mais agressiva da Índia com relação ao Paquistão, aliado chinês, pode contribuir muito para isso, além é claro do nacionalismo econômico de parte da sociedade indiana frente ao grande competidor chinês.

Quanto ao Japão cuja percepção pela China já é bastante deteriorada há que se ressaltar⁷⁸, a rivalidade sino-japonesa é histórica e no contexto mais recente foi reaquecida. O grupo dos revisionistas⁷⁹ tem ganhado cada vez mais força na política japonesa, e distintivamente do caso indiano esse grupo não assumiu o poder recentemente, porque já estava lá (SOUZA, 2017). Fato é que o sentimento contrário à China cresce na sociedade japonesa à medida que o crescimento econômico chinês faz Pequim superar seu vizinho, que desde o século XIX, ao menos em termos econômicos, esteve à frente da China. Novamente, em um cenário em que a economia dos dois países é altamente interdependente e a hipótese de uma guerra convencional é descartada, as consequências da imagem desfavorável da China no Japão podem gerar problemas nas relações diplomáticas entre os dois países, como o boicote de produtos chineses, dificuldade de acesso dos territórios por turistas e imigrantes e aumento da aliança neoamericana para a contenção da China.

A situação de maior tensão recente para a política externa chinesa é a da península coreana, onde a dinâmica da guerra fria ainda impera. Desde o fim da guerra

⁷⁷ Arunachal Pradesh é estado indiano mais ao leste e tem grande proximidade tanto étnica quanto econômica com o sudeste chinês, Myanmar e a Indochina. Sua demarcação divisória como território indiano ocorreu ainda quando a Índia era um território ultramarino britânico, sem, contudo, consultar a China.

⁷⁸ Em 2007 o Pew Research Center conduziu uma pesquisa intitulada 'How the world sees China?', na qual o Japão foi com larga vantagem o país em que a China possuía uma visão menos favorável, com 67% dos japoneses entrevistados apresentando uma visão não favorável à China, ao passo que no segundo colocado nesse quesito, a Alemanha, 54% dos entrevistados não tinham uma visão favorável à China. A mesma pesquisa foi realizada em 2019, e o Japão se manteve, com margem ainda maior para o segundo colocado, como o país dentre os pesquisados com a população mais reativa a China. Segundo essa pesquisa 85% dos japoneses em 2019 tinham uma visão desfavorável em relação à China. Isolando apenas os países asiáticos consultados, o Japão lidera com ainda mais folga essa pesquisa, uma vez que na Índia 46% dos entrevistados têm uma visão não favorável à China; na Coreia do Sul, 63%; nas Filipinas, 54%; na Indonésia, 36%.

⁷⁹ Esse grupo tenta relativizar as atrocidades cometidas pelo Japão imperial durante a segunda guerra nos países ocupados. É um grupo ligado ao último primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, e, portanto, ao establishment político japonês (SOUZA, 2017).

da Coreia, a China ficou “irremediavelmente envolvida com a península, zelando pela manutenção do regime de Pyongyang como um Estado-Tampão, que mantinha as forças americanas afastadas das suas fronteiras” (VIZENTINI; PEREIRA, 2014, P.180). A estratégia militar de sobrevivência da Coreia do Norte trouxe uma massiva presença militar americana ao Sul da península, com 28 mil soldados (VIZENTINI; PEREIRA, 2014). Para a China há uma condição singular na península, pois enquanto a iniciativa militar norte-coreana mantém um aliado histórico da China de pé, ela também aproxima as forças militares americanas da fronteira terrestre chinesa. A eventualidade de uma unificação nos moldes alemães faria com que o sul sobrepujasse o norte, e, com isso, o regime aliado dos Estados Unidos eliminaria o Estado-Tampão existente entre o território chinês e um país que é bastante alinhado com os EUA⁸⁰ (VIZENTINI; PEREIRA, 2014). A estratégia chinesa é dar apoio e tempo de sobrevivência ao governo norte-coreano, de forma a garantir um projeto de modernização econômica que diminua a enorme distância em relação à Seul, ao mesmo tempo em que busca uma aproximação com o governo sul-coreano.

Por outro lado, nas duas últimas décadas, a China consolidou um modelo de inserção nas relações internacionais asiáticas em que a promoção da confiança e a cooperação são as bases para a construção de um sistema de segurança coletiva na região (ZHANG, 2015). Para tanto, a China aposta na promoção de uma imagem de economia aberta ao promover robustos investimentos em infraestrutura na região, ao firmar inúmeros acordos bilaterais, sobretudo com os principais países da região. Além disso, o multilateralismo do país o tornou líder nos acordos comerciais coletivos na Ásia (ZHANG, 2017).

Em uma ótica econômica, a China já é o centro financeiro do continente, em pouco tempo o país subiu degraus nas cadeias de valor do leste asiático, afirmando-se como principal economia da região não somente por seu volume produtivo, mas também por seu papel no desenvolvimento de novas tecnologias. Nesse sentido, esses acontecimentos estimularam a promoção da paz e cooperação no entorno chinês. Contudo, é preciso entender que embora haja uma construção da paz e de uma imagem positiva na região através do sucesso econômico chinês, ainda há muito a se percorrer para que, de fato, o país tenha uma percepção favorável dentre as sociedades civis na

⁸⁰ Apesar da enorme presença militar dos Estados Unidos na Coreia do Sul, o país é uma potência militar, com sociedade altamente militarizada, forças armadas modernas, capacidade de reação instantânea, e um parque industrial militar poderoso.

região. Isso se traduziria na construção de sólidas alianças para a China e acentuaria o processo de integração entre Pequim e o resto da Ásia.

Para que projetos como o *One Belt One Road*⁸¹ sejam efetuados é preciso promover influência para além da esfera econômica. Por isso, a diplomacia pública, principalmente na Ásia, é determinante para as pretensões de Pequim. Em 2004, durante a assinatura de um memorando de cooperação sino-russo o governo chinês utilizou pela primeira vez o conceito de ‘Mundo Harmonioso’ (WANG, 2011), que destaca a Ásia como uma região capaz de se tornar um polo de prosperidade. Naquele mesmo ano, a China inaugurou sua primeira unidade do Instituto Confúcio, na Coreia do Sul (SOUTO; BASSELLE, 2019), a CCTV e a XINHUA também ganhavam novas unidades nesse contexto.

Para a China lidar com a Ásia, que Buzan (2004) definiu como o Super Complexo Regional de Segurança⁸², envolve contornar os atritos dos tempos recentes com uma visão histórica mais longa, na qual a esfera de defesa dos valores confucianos transpassava a fronteira chinesa e chegava ao Japão, ao Vietnã e à Coreia. Bem como reconhecer que a coadunação cultural entre as duas grandes civilizações do Oriente (China e Índia) sempre garantiu uma relação mais pacífica do que agressiva, prova disso é o Budismo, que nasceu na Índia e se expandiu na China.

Expressar laços históricos comuns é uma dentre as estratégias da diplomacia pública chinesa para a Ásia. Para tanto, o país conta com uma expansão dos Institutos Confúcio na região, com a expansão da rede de mídia, e uma visão corporativa que busca transportar para o mundo dos negócios símbolos de uma antiga Ásia integrada, muito bem elucidadas na iniciativa *One Belt One Road*.

Quanto aos grupos de interesse nas sociedades asiáticas a serem atingidos pela comunicação da diplomacia pública chinesa, o principal deles tem sido a enorme diáspora chinesa no continente, com programas e propagandas específicas para esses

⁸¹ Até o ano de 2016 dos 210 bilhões de dólares já haviam sido investidos na iniciativa, sendo a maior parte desses na Ásia (THE GUARDIAN, 2016).

⁸² A teoria dos Complexos Regionais de Segurança é aquela que compreende as relações internacionais a nível regional e global, com base na existência de subsistemas dentro do sistema internacional, e parte da ideia de que existem recortes geográficos onde há uma grande interdependência entre os Estados, que inclusive alterará a atuação destes a nível sistêmico. O caso asiático é o mais singular pela sua natureza destoante das outras regiões geográficas do planeta, pois nenhuma região possui tantos países em condição de quase equilíbrio simétrico de poder, como é o caso da Ásia, na qual estão localizadas quatro potências nucleares (Rússia, China, Índia e Paquistão) e existe a presença adjacente os Estados Unidos e suas bases militares e Estados aliados na região, daí a ideia de uma Ásia como o super complexo regional de segurança (BUZAN, 2004).

grupos, a China busca utilizá-los como ‘porta de entrada’ para a imagem que o país quer construir nas sociedades em que aqueles estão inseridos. Além disso, recentemente, a China tem usado sua ascensão no campo da produção científica para ampliar sua cooperação acadêmica e técnica com outros países em seu entorno. Assim, o intercâmbio para formação acadêmica e educacional tem se fortalecido como um campo de progresso elevado na diplomacia pública chinesa para a região.

Ainda há muito a ser feito na Ásia pela diplomacia pública chinesa, o país precisa consolidar um modelo efetivo de penetração cultural nos países da região. No entanto, os limites relativos à consciência histórica recente e aos nacionalismos dentro do contexto da região impõem sérias dificuldades à China. Há também um limite metodológico quando se utiliza de uma ferramenta como a diplomacia pública moderna, ou seja, um conceito ocidental, para compreender as relações entre países de formação não eurocêntrica. Mas é preciso ressaltar que a China é também um país asiático, adequar, portanto, sua diplomacia pública a esse contexto parece uma tarefa bastante factível ao país.

Estados Unidos

China e Estados Unidos formam a mais importante relação bilateral na política internacional desde o auge da Guerra Fria. Permeando aspectos comerciais, políticos, sociais e culturais, as relações sino-americanas são, por essência, ambíguas. Isso porque, ao mesmo tempo em que inúmeros debates sobre a confrontação de interesses sugerem que mais cedo ou mais tarde os dois países entrariam em conflito, o grau de interdependência entre Pequim e Washington é muito grande. A maior prova desse fato é a recente guerra comercial: como explicar o fato de os Estados Unidos sobretaxar produtos de seu maior parceiro comercial, quando a tendência é que a grande integração comercial entre ambos leve a uma postura mais cautelosa?

A primeira resposta à pergunta acima passa pela compreensão da natureza da política externa dos Estados Unidos, que é a busca pela manutenção da primazia no cenário internacional (GUIMARÃES, 2002). Para Washington a aliança estratégica com a China serviu como instrumento para contenção da União Soviética e mais tarde para a transformação econômica chinesa. Para os Estados Unidos, isso significaria uma integração de Pequim à esfera de influência norte-americana, ou seja, para a China o

destino seria o mesmo que o de Japão e Coreia: a acomodação no sistema hegemônico americano. Isso explica a expectativa dos Estados Unidos em relação à China desde o governo Nixon (reaproximação) até o governo Clinton (manutenção de subsídios econômicos).

É claro que durante esse período China e Estados Unidos nunca foram aliados a nível estratégico, com exceção à política de contenção da URSS, mas as relações ao nível bilateral guardavam certa estabilidade, com algumas ressalvas como o incidente em Tiananmen e o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado pelos Estados Unidos. Porém, com o fim da guerra fria a hegemonia norte-americana atingiu o seu ápice e a China estava no início de seu processo de modernização econômica. Por conta da manutenção da rede de bases americanas no pacífico e a liderança econômica japonesa na Ásia, os Estados Unidos eram o país mais influente na região. Essa condição freava o ímpeto americano em confrontar a China como ameaça à manutenção de sua primazia na região. Tal cenário se modificou nos últimos anos com o crescimento econômico chinês e a transformação da China em uma nação capaz de reduzir a supremacia dos Estados Unidos na Ásia, e também em outras regiões.

A segunda resposta está no sistema eleitoral americano e o seu papel na formulação da política externa do país. Boa parte das ações tomadas pelo governo dos Estados Unidos no sistema internacional visa atender interesses de grupos específicos na sociedade americana, mas também visões compartilhadas por grande parte de opinião pública americana. Por exemplo, o lobby judaico no congresso americano em prol da causa israelense (MEARSHEIMER, 2010), ou o apoio da população americana à campanha da guerra ao terror e às consequentes invasões do Iraque e Afeganistão. Naquele contexto, a China não havia, ainda, se tornado um assunto central no debate público americano sobre assuntos internacionais, bem como não existia um lobby forte a favor ou contra a China no congresso americano⁸³. Essa circunstância, combinada ao fato de que a China não era tida como a grande ameaça à manutenção da hegemonia dos Estados Unidos, garantiu uma percepção relativamente favorável da imagem da China nos Estados Unidos.

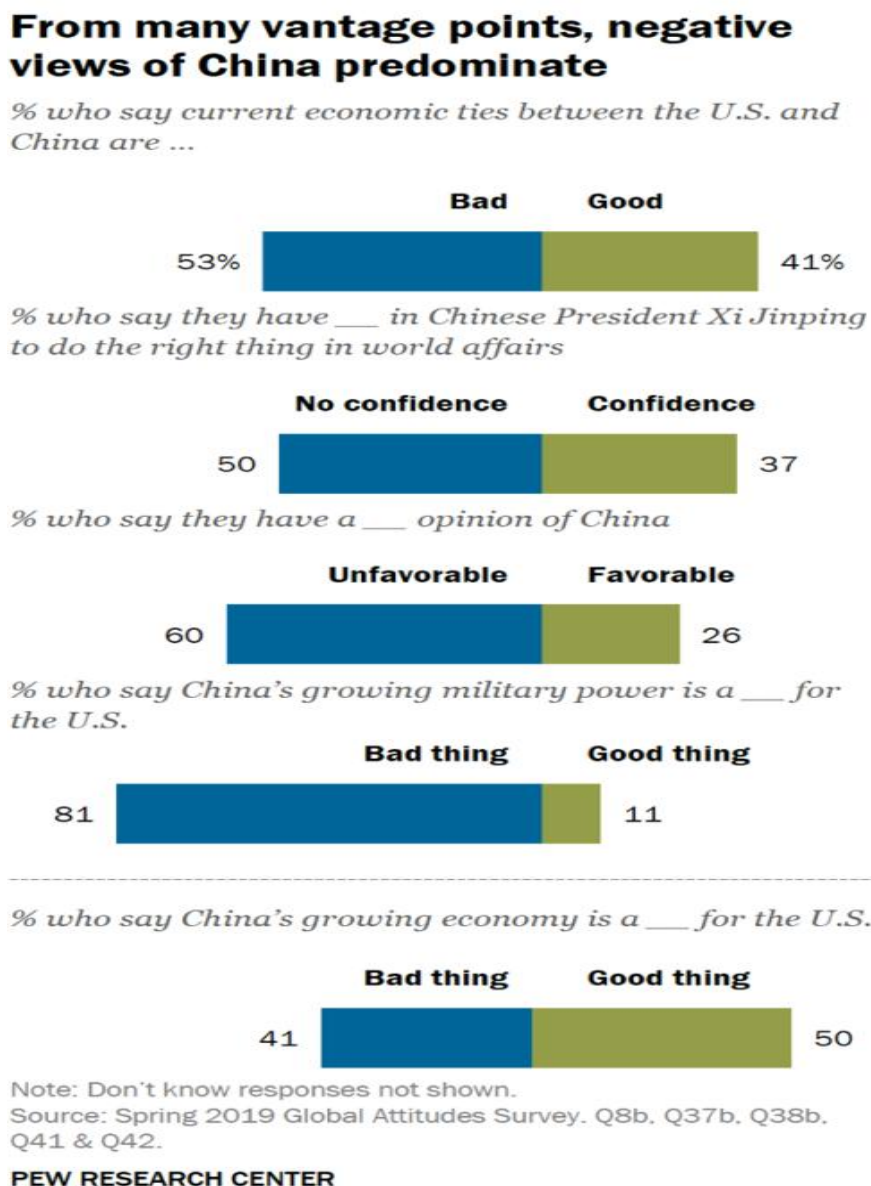
As alterações na ordem internacional com a China conquistando cada vez mais espaço nas esferas decisórias da política internacional e a crise econômica de 2008

⁸³ Na verdade, segundo Cheng (2013) havia mesmo era um lobby taiwanês a favor da manutenção da independência de Taipei em relação à Pequim.

mudaram a imagem da China nos Estados Unidos. Primeiro, porque a ascensão da China no sistema internacional viabilizou após os anos 2000 a construção de uma série de pensamentos sobre a ameaça que a China constituiria aos Estados Unidos e a ordem internacional (MEARSHEIMER, 2010; HUNTINGTON, 1996; GEERTZ, 2000). E, depois, em razão do crescimento econômico chinês como fábrica do mundo, houve o desenvolvimento dentro da opinião pública estadunidense de uma narrativa que apontava a China como a principal responsável pelo desemprego dos trabalhadores industriais de renda média e baixa nos Estados Unidos. É por isso que embora as relações comerciais entre China e Estados Unidos sejam altamente interdependentes, Washington optou por iniciar uma guerra comercial.

Dessa forma, a diplomacia pública chinesa precisa lidar com um contexto no qual o país viu sua imagem se deteriorar rapidamente nos Estados Unidos. Prova disso é que segundo o *Pew Research Center* (2005 APUD MAGNOTTA, 2019, P.60) em uma pesquisa realizada no ano de 2005 “43% dos americanos declararam opinião favorável à China”. Em uma pesquisa do mesmo instituto, mas em 2019, 60% declaram opinião não favorável à China. No contexto da guerra comercial a imagem chinesa nos Estados Unidos declinou bastante, como mostra a tabela abaixo.

Figura 2 - Visão negativa da China entre estadunidenses



Fonte: Pew Research Center (2019)

Diante disso, inúmeros instrumentos da diplomacia pública chinesa têm sido utilizados para se não controlar, ao menos amenizar esse cenário desfavorável da imagem chinesa nos Estados Unidos. A China aumentou de forma considerável suas agências estatais de notícias no país, a CCTV e a *China Radio International* oferecem programação diária em inglês e com conteúdos voltados para os Estados Unidos. A *Xinhua News* ampliou suas atividades no país, contratando mais funcionários, construindo mais escritórios e produzindo mais conteúdo.

No campo educacional a China já tem a maior comunidade de estudantes estrangeiros nos Estados Unidos, são 360 mil chineses estudando no país (BBC, 2019). Além disso, existem 100 unidades de Institutos Confúcio nos Estados Unidos, com mais de 1.000 classes regulares (US CONGRESS, 2019). O governo chinês também tem aumentado o lobby em Washington para garantir a concretização de atividades culturais no país, apoio a *One China Policy* e maior abertura corporativa para os investimentos chineses (WANG, 2011).

Aproveitando-se da enorme indústria da cultura nos Estados Unidos, a China também intensificou os investimentos em publicações de livros e revistas no país. Contudo, é o cinema o campo de maior destaque na diplomacia cultural chinesa para os Estados Unidos. A China tem realizado grandes investimentos para a produção de filmes em Hollywood, com patrocínio e aquisição de empresas do ramo (PACIFIC COUNCIL, 2017). Nesse sentido, a própria produção de cinema norte-americana já é bastante direcionada ao público chinês, o que implica em destaque para a cultura chinesa nas produções e gravações na China. Surgem assim, filmes que evitam reproduzir estereótipos do país e respeitam assuntos estratégicos do governo chinês.

Levando-se em conta o contexto em que há uma imagem não favorável da China em uma grande parcela da população americana (o que se reflete na posição dos políticos dos Estados Unidos frente à China), a estratégia chinesa busca contrabalancear esse impulso de resistência à China na sociedade e na política externa americana, por meio de uma diplomacia pública que atinja os grupos de poder nos Estados Unidos, mirando a classe política e a opinião pública de uma forma geral. Assim, Pequim busca ir de encontro a ideia de uma China como ameaça a primazia dos Estados Unidos, bem como de um país responsável pelos problemas socioeconômicos norte-americanos.

Considerações parciais

Nesse capítulo buscamos discutir como a diplomacia pública chinesa é importante em aspectos estratégicos da política externa do país. Primeiro com dois casos mais restritos, mas que tratam de um ponto fundamental à China: a unidade territorial. Depois passamos por dois pontos mais abrangentes, por tratarem da ascensão chinesa na ordem internacional. Já que enquanto o caso tibetano e de Xinjiang se aproximam mais de uma diplomacia pública mais concentrada na comunicação e

informação sobre um fato específico, as relações sino-asiáticas e americanas dependem de uma diplomacia pública que use de seus diversos instrumentos para lidar com um assunto mais extenso.

O papel da diplomacia pública chinesa com o caso tibetano pode ser considerado a primeira atuação efetiva do país no campo, com uma estratégia voltada a construir uma via de informações chinesa frente ao predomínio das fontes pró-independência. A China conseguiu contornar o ‘efeito CNN’, e obteve sucesso em apresentar sua visão para o mundo em contraponto à narrativa sobre a libertação tibetana. Mais recentemente, as acusações vinculadas à China sobre a construção de campos de reeducação para a minoria Uigur em Xinjiang levaram o país a ressaltar aspectos positivos das ações chinesas para o bem-estar da região, mas sem uma estratégia de contrainformação desenvolvida para lidar com as consequências do caso para a imagem internacional chinesa. Enquanto o Tibet caminha para a condição de um problema com uma estratégia avançada da diplomacia pública chinesa para lidar, Xinjiang emerge como uma questão para a qual uma estratégia precisa ser elaborada. No sudeste do país, as relações entre China e Hong Kong enfrentam sua maior instabilidade, ao terem sido atreladas na disputa geopolítica por influência no sudeste asiático; Taiwan, por sua vez, sempre esteve muito ligada à disputa entre China e Estados Unidos. Nesse contexto, a diplomacia pública chinesa tem buscado uma estratégia de afirmação sobre Hong Kong (território chinês), enquanto traça um caminho para a reaproximação com Taipei.

No que tange às relações com a Ásia, a diplomacia pública chinesa precisa vencer barreiras históricas estabelecidas, mesmo que do ponto de vista econômico a aproximação entre Pequim e seus vizinhos seja elevada, ainda há muita distância em outros aspectos que dizem respeito à cultura e à resistência a uma visão favorável à China entre as sociedades da região. Discutimos aqui o caso japonês e a importância da China em apresentar laços que vieram muito antes do estabelecimento de uma ordem imperialista na região. Assim, o país poderá construir laços regionais para além do pragmatismo econômico.

Por último, tratamos da relação sino-americana e a mudança da percepção estadunidense sobre a China. Pequim foi de aliada na contenção soviética para grande potência internacional contestadora da ordem internacional estabelecida. A queda na imagem da China entre a sociedade e grupos de poder nos Estados Unidos e o consequente antagonismo de Washington para com Pequim, pode ser reduzida com uma diplomacia pública capaz de atuar no sistema de formação da política externa

americana, influenciando a opinião pública principalmente através da diplomacia cultural, já a classe política estadunidense por meio do lobby e relações públicas.

CAPÍTULO IV – AS PRINCIPAIS INICIATIVAS DA DIPLOMACIA PÚBLICA CHINESA

Todos os países e nações deveriam aprender e chamar atenção para a força e quintessência da cultura dos outros. Essa é uma importante condição para encorajar dignidade, confiança e força da nossa própria cultura.
(Xi Jinping, 2019)

Instituto Confúcio

O Instituto Confúcio é uma instituição ligada ao Ministério da educação da China. É dirigido por um órgão daquele ministério denominado Hanban (Escritório da Língua), cuja sede se localiza em Pequim. Fundando em 1988, o Hanban foi responsável pela criação dos Institutos Confúcio em 2004, baseando-se nas outras iniciativas semelhantes espalhadas pelo mundo. Em um espaço curto de tempo, o Instituto Confúcio converteu-se em um elemento crucial na diplomacia pública chinesa, ao se tornar sua principal iniciativa no campo da diplomacia cultural, e consequentemente desempenhar um papel relevante na inserção internacional da China.

O nome Confúcio foi escolhido em homenagem ao mais renomado pensador, reformador social e educador chinês, que viveu na China por volta do século IV A.C., cuja influência intelectual vai muito além da China⁸⁴. O confucionismo foi, por séculos, o alicerce da organização social e cultural da China, bem como de outros países do Leste da Ásia, como o Japão e a Coreia. As ideias de Confúcio foram combatidas na China pelo Partido Comunista, por serem consideradas conservadoras e reacionárias, sobretudo pela sua excessiva ênfase no respeito à hierarquia — o respeito dos governados aos governantes, dos filhos aos pais, dos irmãos mais novos aos mais velhos, da mulher ao homem —, mas atualmente elas têm sido revalorizadas, principalmente pela sua ênfase na harmonia social.

Diferentemente de seus similares de outros países, o Instituto Confúcio se baseia sempre na parceria entre uma universidade local, que oferece a infraestrutura e a gestão do projeto, e uma universidade chinesa, que se responsabiliza pela gestão pedagógica e

⁸⁴ Assim como Goethe, Cervantes e Camões dão nome as principais fundações culturais alemã, espanhola e portuguesa, porque são pensadores fundamentais dentro da construção da identidade social e intelectual daquelas nações, Confúcio representa o mesmo para a China.

pelo envio de professores e voluntários, em geral estudantes de mestrado e doutorado na área de Ensino da Língua Chinesa para Estrangeiros, que permanecem no país de um a dois anos (PAULINO, 2019). Com esse modelo desvinculado de acordos estatais, dependendo apenas da cooperação entre unidades educacionais autônomas, o Instituto Confúcio garantiu uma expansão mais acelerada, se comparado a seus congêneres europeus e japoneses (HARTIG, 2016).

Com base nesse modelo de cooperação para a formação do Instituto, o financiamento também depende das duas partes, geralmente dividido igualmente entre a universidade chinesa e a estrangeira. Em função da natureza orçamentária de algumas instituições, principalmente em países mais pobres com as quais a China mantém relações para a manutenção dos Institutos, pode ocorrer da sede do Instituto Confúcio, em Pequim, arcar com todos os custos para a implementação do Instituto. Em um cenário onde as universidades cada vez mais buscam a internacionalização, o estabelecimento dos Institutos Confúcio tende a beneficiar tanto as universidades chinesas quanto as estrangeiras.

Segundo Mitchell (APUD HARTIG, 2011), existem três tipos de modelos de institutos culturais: aqueles que são diretamente controlados pelo governo, como é o caso da *Alliance Française*; os institutos que funcionam como agências autônomas frente aos governos, com o mais conhecido dessa categoria sendo o *British Council*; e o terceiro modelo é o que seria uma combinação entre controle direto do governo sobre a administração, mas financiamentos realizados também por empresas, como o *Goethe Institut*.

Embora a sede do Instituto Confúcio seja administrada pelo governo chinês, os mais de 600 Institutos Confúcio localizados em mais de 140 países operam com grande autonomia, uma vez que a sua gestão fica a cargo das universidades receptoras do projeto, com as universidades chinesas parceiras cuidando basicamente da atividade pedagógica. Não possuem, assim, características que os enquadrem em um desses tipos de administração citados. O Instituto compartilha igualdade com aqueles institutos apenas em termos de seu propósito de criação.

Considerando a importância da diplomacia de intercâmbio, as promoções do idioma e da cultura viabilizam a promoção de uma imagem internacional positiva. A China nas últimas duas décadas, por meio dos Institutos Confúcio, conseguiu atingir parte relevante da opinião pública internacional, sobretudo estudantes e acadêmicos, através de suas classes do Instituto. Dessa maneira, os Institutos se tornaram o mais

reconhecido projeto da diplomacia cultural chinesa, e por consequência de sua diplomacia pública, justamente por sua rápida expansão e audiência.

Presença no mundo

Em 2002 o governo chinês planejou construir um centro de promoção cultural de abrangência internacional nos moldes das instituições europeias, em 2004 o primeiro instituto foi inaugurado, e na mesma medida da expansão das atividades chinesas internacionalmente, os Institutos se ampliaram⁸⁵. “Entre 2004 e 2012, a China criou, no total, 900 Institutos Confúcio e salas de aula Confúcio em 108 países” (HARTIG; FLEW, 2015, P.3) o que fez com o que o país em um espaço de menos de uma década possuísse o “terceiro maior número de Institutos Culturais do mundo, depois do Reino Unido e da França.” (HARTIG, FLEW, 2015, P.3). Para entender o tamanho do crescimento dos Institutos basta compará-los com o *Goethe Institut*, que em 2010 tinha 169 unidades em 93 países, e isso porque esse último foi criado após a Segunda Guerra (HARTIG, 2011). Atualmente, o Instituto já é o maior do ramo no mundo (HARTIG, 2017).

Nos dias atuais existem cerca de 600 Institutos Confúcio em 140 países (PAULINO, 2019). O destaque nesse período mais recente é para a expansão no número de escolas primárias que ensinam mandarim através da parceria com os Institutos. Na atualidade, há pouco mais de 1.000 salas de aula Confúcio voltadas para o ensino infantil, o que inclui aulas à parte, mas também escolas bilíngues. Por oferecer atividades culturais, material didático especializado e professores nativos, os Institutos Confúcio e seus alunos estão na vanguarda da aprendizagem do idioma, que, todavia, não se limita apenas aos Institutos, pois atualmente existem mais de 100 milhões de estudantes de mandarim no mundo (HANBAN, 2015).

⁸⁵ Para se ter uma ideia dessa expansão, segundo Hartig (2016) a Hanban recebeu por dia 3 novas solicitações para a criação de Institutos, que evidentemente passam por uma triagem que leva em consideração questões como infraestrutura, orçamento e disponibilidade de professores.

O continente com o maior número de Institutos Confúcio é a Europa, aquele com o maior número de salas é a América, principalmente por conta dos Estados Unidos, tal como o mapa abaixo demonstra:

Figura 3 - Institutos Confúcio pelo mundo



Fonte: Instituto Confúcio da UNESP (2018).

Essa presença maior dos Institutos em países europeus e nos Estados Unidos é porque há maior número de instituições de ensino superior nessas regiões, o que acarreta em um grande número de alunos, mas também há nessas regiões melhor infraestrutura e mais dotação orçamentária nas instituições de educação. No entanto, o governo chinês com base no plano de reformas para o Ministério da Educação da República Popular da China de 2010-2020, que incluiu os Institutos Confúcio, busca ampliar a presença destes na África, Ásia e América Latina (HARTIG, 2011). Isso implica em ampliar o orçamento da Hanban e adotar com mais frequência o modelo de instalação de Institutos no qual o governo chinês arque com a maior parte dos custos. Além desse fato, é preciso que a China consiga capacitar maior número de professores para atender a demanda atual e a que estará por vir (HARTIG, 2011).

Relevância

Mais recentemente o Instituto Confúcio foi reconhecido como uma das 10 mais importantes iniciativas chinesas neste século. Em menos de duas décadas de existência, o instituto se tonou a instituição cultural com o maior número de unidades no mundo. Levando-se em conta que o Instituto tem tal grau de difusão internacional, e consequentemente seu papel como uma das principais iniciativas da diplomacia pública da China é indiscutível, qual seria então a relevância dos Institutos Confúcio para a China?

Para Hartig e Flew, o Instituto Confúcio está no centro debate sobre o “significado do conceito de *soft power* nas relações internacionais; o papel da diplomacia cultural como um braço da diplomacia pública e da comunicação internacional” (HARTIG, FLEW, 2016, P.4). Os autores também concordam com a visão proposta por d’HOOGHE (2008), na qual o Instituto Confúcio seria a principal iniciativa da diplomacia pública chinesa no campo da nova diplomacia pública (MELISEN, 2005). Nesse sentido, aqueles autores entendem que os Institutos Confúcio seriam uma forma de a China promover sua imagem internacional, sem necessariamente utilizar de propaganda governamental. Zhao Kejin (2015) entende que os Institutos Confúcio são, em linhas gerais, um órgão de promoção cultural voltado para promoção de uma imagem favorável do país do exterior, assim como são seus similares de outros países.

Como forma de dar nossa contribuição ao debate, compreendemos que o Instituto Confúcio é, de fato, um instituto de cultura e educação, e que por sua atuação internacional é um braço fundamental da diplomacia pública chinesa. Mas, além disso, o Instituto significa para a China, principalmente na sua relação com os países em desenvolvimento, um eixo direto de integração cultural. Isso porque, durante o último século o que o mundo soube da cultura chinesa sempre teve um intermediador euro-estadunidense. Com a criação dos Institutos Confúcio e seu modelo de atuação em universidades estrangeiras, a China construiu uma ferramenta, cuja natureza de funcionamento contribuiu para que o país apresentasse sua cultura e valores sem um intermediador não chinês em espaços intelectuais. Portanto, o Instituto Confúcio é relevante também como uma forma da China romper com a supremacia euro-estadunidense no campo da cooperação cultural internacional.

Desde 2004 a conjuntura internacional se alterou consideravelmente em relação à China e sua posição na ordem internacional. Atualmente, o país goza de posição muito mais influente no mundo do que possuía no início do século. Porém, à medida que os Institutos Confúcio se expandem, a China é cada vez mais enxergada por alguns, notadamente os Estados Unidos, como ameaça. Os Institutos foram enquadrados nessa narrativa e passaram a sofrer com resistência de alguns países e universidades, principalmente na Europa, nos Estados Unidos e Japão.

Em meio a esse debate alarmante, os Institutos foram acusados de serem: ferramentas para a propaganda comunista, uma forma de a China expandir sua dominação global, instrumentos para o governo chinês interferir em assuntos acadêmicos estrangeiros e espionagem (HARTIG, 2011). Essas informações são de fácil acesso na internet⁸⁶. O fato é que muita desinformação a respeito do papel dos Institutos Confúcio nas instituições onde estão instalados. É obvio que os professores chineses tendem a adotar a perspectiva de seu país ao tratar de qualquer assunto quando perguntados, como fariam, aliás, professores de qualquer nacionalidade em condições semelhantes, mas isso não quer dizer que haja interferência em assuntos acadêmicos das universidades, mesmo porque os Institutos Confúcio funcionam, em geral, separados dos departamentos acadêmicos das universidades e se dedicam apenas ao ensino da língua⁸⁷.

De fato, os únicos apontamentos sobre a qualidade do Instituto são aqueles que criticam o fato desses acentuarem estereótipos da China e que, por conta de sua rápida

⁸⁶ Há um site de interface bem organizada chamado “no confucius institute” (<https://no-confucius-institutes.org/>) onde estão dispostos abaixo assinados contra a presença do Instituto, com destaque para as polêmicas em torno do Instituto e os motivos pelo qual eles devem ser banidos. O site faz parte de uma campanha contra os Institutos que já levou algumas unidades a serem fechadas nos Estados Unidos (INSIDE HIGHER ED, 2019), acordos a não serem efetivados na Europa e a resistência à instalação dos institutos no Japão aumentou.

⁸⁷ Essa acusação é bastante insensata, pois é inconsequente pensar que um instituto de cooperação cultural trataria de temas que prejudicassem a cooperação cultural. Como exemplo é possível citar o caso da *Alliance Française* em um cenário, durante suas classes no continente africano, onde a França é o país com o maior número de institutos culturais (HANBAN, 2015), no qual os professores tratassem frequentemente da presença das tropas francesas na África francófona. O mesmo vale para instituições privadas de ensino de inglês, já que há baixa receptividade do idioma entre os alunos se aspectos de países que falam inglês são tratados apenas de forma negativa. Portanto, é uma questão de funcionalidade ao Instituto evitar tratar de temas sensíveis. Ademais, as aulas do Instituto Confúcio são voltadas para o ensino de língua chinesa, não sendo, portanto, suas classes destinadas a abordar conteúdos como economia, ciência política e temas correlatos a estas.

expansão, a Hanban não conseguiria controlar a qualidade dos Institutos. Contudo, essas outras queixas ignoram dois fatos: o primeiro é que institutos culturais precisam estabelecer uma imagem associada ao país do qual provém, que seja relativamente conhecida internacionalmente, para poder atrair atenção da opinião pública, por isso, por exemplo, os espanhóis ressaltam Cervantes, um escritor do século XVI. Em segundo lugar, é uma tendência que um Instituto com tantas unidades pelo mundo e em franca expansão passe por dificuldades estruturais, o que para manter a sua qualidade necessita de equiparação de qualidade entre os Institutos, mas essa análise se esquece de que por seu modelo de associação com universidades estrangeiras, o desempenho melhor de alguns Institutos apenas expressa a desigualdade no sistema educacional global, em que universidades europeias e norte-americanas possuem mais recursos e infraestrutura⁸⁸.

Os institutos culturais, de uma maneira geral, são uma expressão do *soft power* do país. Não é necessariamente o objetivo de a diplomacia cultural estabelecer uma disputa hegemônica, no entanto, se há espaço para que esse modelo de relação entre os Estados faça parte da esfera sistêmica de disputa por poder, então a China está apenas utilizando uma ferramenta já usada por todos os outros países que possuem institutos nesses moldes. Limitar somente os Institutos Confúcio a esse debate mais crítico sobre o papel dessas instituições nas relações internacionais carece de justiça interpretativa, que enquadre o instituto chinês na mesma linha de raciocínio dos europeus, por exemplo.

Os Institutos Confúcio na América Latina

Embora a ascensão econômica chinesa e sua enorme demanda por matérias-primas tenha aprofundado de forma considerável as relações sino-latino-americanas no século XXI, o conhecimento mútuo é bastante limitado. A América Latina e a China são regiões apartadas em muitos aspectos, com sistemas políticos e modelos de desenvolvimento econômico diferentes e uma grande distância geográfica. Tal distância

⁸⁸ No modelo tradicional de associação entre universidades para a criação de Institutos Confúcio é dever da universidade estrangeira oferecer acomodação e infraestrutura a professores e estudantes (SOUTO; BASSALLE, 2019).

também é perceptível no plano cultural, já que cultura chinesa ainda é pouco conhecida na região. O pouco que se conhece da China está baseado em estereótipos ou apenas circunscrito aos aspectos econômicos devido às circunstâncias das relações econômicas da China com a região. Dessa maneira, o papel dos Institutos Confúcio na América Latina, dentro do contexto da expansão da diplomacia pública chinesa na região, é bastante oportuno para integrar chineses e latino americanos para além da esfera produtiva.

O primeiro Instituto Confúcio na América Latina foi inaugurado no México em 2006, e desse momento em diante a criação de novas unidades passou a ser contínua, já que ano após ano mais universidades latinoamericanas recebiam os Institutos (SOUTO; BASSALLE, 2019). Países como Brasil, Colômbia e México, os três mais populosos da região, tornaram-se aqueles com o maior número de unidades. A sede de organização regional dos Institutos passou a ser no Chile, por meio da CRICAL (Centro Regional de Institutos Confúcio para América Latina) cujo objetivo é:

Possibilitar, aos Institutos Confúcio Latino-Americanos, desempenhar um papel de caráter estratégico no processo de intensificação e aprofundamento das relações da América Latina com a República Popular da China, revalorizando nossa área geográfica de influência e nosso idioma comum. (SITE OFICIAL DA CRICAL, 2019).

Assim, os Institutos Confúcio na América Latina possuem uma visão estratégica na forma de um projeto de longo prazo para a construção de confiança e integração cultural entre as regiões.

A expansão dos Institutos na região não foi, todavia, livre de críticas, já que como ressaltam Souto e Basselle (2019) há três aspectos para os quais as críticas são direcionadas: a possível propaganda política dos Institutos, o real impacto nas organizações acadêmicas locais e a distorção da agenda acadêmica. Por outro lado, para esses autores os Institutos trazem uma vantagem inegável para as universidades da região, que é a possibilidade de maior cooperação entre universidades locais e chinesas, que pelo sucesso econômico chinês recente, estão mais próximas da vanguarda da produção científica.

O Brasil é o maior parceiro econômico da China na América Latina, o intercâmbio comercial entre os dois países beira os U\$ 100 bilhões anualmente (MDIC, 2019), com destaque para o expressivo superávit brasileiro de U\$ 29 bilhões. Essa interdependência entre os dois países só se acentua, e, considerando o papel estratégico do Brasil para a China e vice-versa, só se acentuará. Porém, mesmo que a China seja uma realidade econômica para o Brasil e brasileiros, há, se comparada às relações entre Brasil e os Estados Unidos ou com os países europeus, baixa integração cultural entre os países, como também acontece com os outros países latino-americanos e a China.

Com processo de colonização por acultramento europeu e a ocidentalização do país, sobretudo a partir do século XIX, com a incorporação de valores como a religião, idioma e cultura jurídica de países europeus, o Brasil tornou-se muito mais próximo do Ocidente que da China. Isso não quer dizer que o Brasil seja um país “Ocidental” como muitos querem fazer crer, mesmo porque a noção convencional de Ocidente apenas inclui Europa, Estados Unidos e, estranhamente, a Austrália. O Brasil faz parte da América Latina, que é uma categoria à parte.

Gilberto Freyre, um dos mais destacados sociólogos brasileiros, ressaltou em suas obras clássicas, *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados & Mocambos*, o peso da cultura oriental na formação social do Brasil nos séculos XVII e XVIII, tendo criado o termo “China Tropical” para referir-se ao Brasil. Isso não impediu, contudo, que Brasil e China se mantivessem até recentemente muito distantes, não apenas fisicamente, mas política, econômica e culturalmente. E isso se reflete no baixo conhecimento do idioma e cultura chinesa no Brasil, apesar de que há, hoje, um crescente interesse pela China no país (PAULINO, 2019).

A presença do Instituto Confúcio no Brasil está no centro do debate sobre o aprofundamento da presença chinesa no Brasil, mas também da ampliação do conhecimento sobre a China entre os brasileiros. Pois como afirma Paulino (2019, P. 191):

A criação dos Institutos Confúcio no Brasil veio atender uma necessidade importante para o país, que é a de formar uma nova geração de pesquisadores, cientistas, funcionários do governo, empresários, universitários e técnicos com o conhecimento da língua chinesa.

Portanto, para além da cooperação e integração cultural, os Institutos oferecem ao Brasil uma resposta à necessidade corporativa do país de, mesmo que seja básico, dar conhecimento sobre o idioma de um país com tantos negócios no Brasil.

Em 2019 o Brasil era o país que contava com o maior número de Institutos Confúcio na América Latina, contando com 10 dentre os 41 Institutos da região (PAULINO, 2019). A importante presença dos Institutos no Brasil esbarra no contexto econômico do país, que afeta também a América Latina, no qual os problemas de financiamento público das universidades locais acentuam as dificuldades administrativas, gerenciar e ampliar os Institutos e o ensino do mandarim, e pedagógicas, formar professores de mandarim e adequar os métodos de ensino aos estudantes locais, como destaca Paulino (2019). Essas dificuldades, no entanto, não foram suficientes para impedir a expansão dos Institutos no Brasil, pois a conjuntura da geopolítica econômica das relações sino-brasileiras se sobrepôs às dificuldades estruturais brasileiras, ao manter o crescimento do número de institutos e estudantes de mandarim no Brasil, mas ainda muito aquém das necessidades brasileiras.

Mídia, Publicidade e Redes Sociais

O discurso e a informação nunca são imparciais. Mesmo quando se reporta um fato, o veículo de comunicação está, ainda que implicitamente, emitindo uma opinião e fazendo um juízo de valor. Quem faz análise de conjuntura, faz política. Essa condição na conjuntura internacional cria a já mencionada via única de informações — o ‘efeito CNN’. Nesse sentido, o surgimento de redes de comunicação alternativa como a *Sputnik News* e a *Al Jazeera* tem contribuído para criar visões alternativas sobre os acontecimentos globais, na medida em que insere novos agentes nesse debate, como apontamos anteriormente. É nessa conjuntura que a China inclui sua via de comunicação através de seus veículos de mídia.

De maneira geral, pela capacidade da mídia de atingir grandes audiências internacionalmente, o governo chinês a considera como “o maior instrumento da diplomacia pública chinesa”, já que tenta “superar a preponderância da mídia ocidental e prover a audiência exterior com suas próprias visões sobre a China” (d’HOOGHE, 2014, P.164). Considerando a velocidade com que a mídia é capaz de gerar um discurso que molde a opinião internacional, aquela se torna uma ferramenta fundamental à

diplomacia pública chinesa. Para diminuir a diferença em relação aos veículos de mídia mais consolidados internacionalmente, o governo chinês tem feito pesados investimentos⁸⁹ em jornais, revistas, TV, publicações, rádio e outros órgãos de mídia ligados ao governo chinês, mas que nem de longe se comparam em capacidade de penetração com suas congêneres ocidentais. O objetivo é, sobretudo, ampliar a capacidade de atuação em países estrangeiros.

Jornais e Revistas

Boa parte dos jornais e revistas estatais em que o país tem investido já circulam na China há bastante tempo, como é o caso da *Xinhua*, que funciona desde 1931 e cobriu a invasão japonesa e a guerra civil. No entanto, para adequar esses veículos a um novo contexto de globalização da comunicação, algumas reformas foram realizadas em conjunto com expansão das atividades. Dessa maneira, os jornais e revistas chineses passaram por uma ‘modernização’ para adequação a mercados estrangeiros e uma política de formação de jornalistas para esse novo contexto foi criada (SHAMBAUGH, 2015).

A *Xinhua* passou por reformas internas nos anos 1980 e com a criação do SCIO novamente foi reformada, até que nos anos 2000 assumiu sua atual configuração de rede de notícias online. Porém, para uma maior presença global da agência era preciso uma política mais agressiva frente a públicos estrangeiros, o que com o crescente orçamento não tardou a vir. Em 2010, a *Xinhua* já possuía 118 escritórios pelo mundo e atualmente, segundo as previsões, a expectativa é que o a agência atinja 180 até o final de 2020 (SHAMBAUGH, 2015). Com edições diárias em 9 idiomas, a *Xinhua*, como forma de reduzir o atraso em relação às agências ocidentais, está na vanguarda do mercado de conteúdos para celulares e rede móvel, além disso, desde 2010 existe uma rede de televisão ligada à *Xinhua*, a *CNC World* (d’HOOGHE, 2014). Seu objetivo é aumentar a capacidade na audiência estrangeira através desses serviços e alçar a *Xinhua* ao mesmo patamar dos grandes conglomerados de multimídia (SHAMBAUGH, 2015).

⁸⁹ Diretamente do governo chinês saíram, em 2009, 6,6 bilhões de dólares para os órgãos de mídia estatais (d’HOOGHE, 2014). Considerando que os gastos são crescentes e a há também a receita com propaganda e assinatura, o mercado de mídia da China está em franca ascensão.

É evidente que uma rede de mídia capaz de influenciar a opinião pública local em favor de seu país de origem é estratégica⁹⁰, mas também como ressalta Shambaugh (2015) esse mercado é bastante rentável. Por isso, também, a China tem ampliado a atuação internacional de outras agências de notícias, como a *China Daily* e o *Global Times*. E diferentemente da agência multimídia de notícias que é a *Xinhua*, os jornais ainda possuem uma penetração em públicos estrangeiros mais restrita, principalmente porque a maior parte de seus leitores é de cidadãos chineses no exterior⁹¹. Contudo, com a expansão agressiva de suas publicações em inglês o cenário tende a mudar.

Os dois jornais, *China Daily* e *Global Times*, possuem atuação combinada, mas funções distintas, pois enquanto o primeiro é voltado para notícias no geral, com destaque para suas edições sobre temas regionais, o segundo tem como foco principal sua publicação em inglês, com análises mais profundas e debates com especialistas sobre temas como o desenvolvimento chinês e a política nacional (d’HOOGHE, 2014). Assim, o *China Daily* é um jornal de circulação mais popular, já o *Global Times* é voltado a públicos específicos como acadêmicos e políticos. Segundo Shambaugh (2015, p. 187), “os jornais como o *China Daily* e o *Global Times* são importantes como uma janela para o mundo observar a China de dentro” e para a China “se explicar ao mundo”.

Embora o *Global Times* e o *China Daily* sejam ligados ao *People’s Daily*, este último tem circulação mais voltada à China Continental. O *People’s Daily* foi consideravelmente impulsionado no período recente, e com o apoio do mercado chinês, que é enorme e crescente em termos de poder de compra, o jornal se tornou o maior grupo do ramo na China (d’HOOGHE, 2014). Seu website em inglês cresceu em número de acessos, e o mesmo pode ser dito sobre as edições lançadas em outros idiomas⁹², por conta do aumento no interesse em informações e notícias sobre a China.

⁹⁰ Conforme a discussão proposta por Kellner (2017), um caso recente bastante elucidativo dessa questão é o da *Fox Corporation*, dona de uma série de subsidiárias nos Estados Unidos e em outros países, inclusive no Brasil, cuja posição em favor de Donald Trump foi bastante decisiva, ao defender o presidente de críticas ferrenhas sobre sua conduta através da *Fox News*, sua emissora de TV nos Estados Unidos. Mesmo que internacionalmente sua presença não tenha sido tão decisiva em favor do presidente americano, ainda sim foi um diferencial frente à predominância de posições contrárias a Donald Trump em outros jornais de grande audiência, como é o caso do *The New York Times*.

⁹¹ Há um número expressivo de chineses no exterior, em 2019 eles somavam 50 milhões de pessoas, a maioria no sudeste asiático e na América do Norte (STATISTA DATA PLATFORM, 2019).

⁹² Diariamente o *People’s Daily* tem edições em nove idiomas diferentes além do Chinês, são esses: o português, o francês, o árabe, o russo, o japonês, o coreano, o inglês, o alemão e o espanhol.

Apesar disso, o usuário que o acessar também irá se deparar com uma seção de notícias internacionais.

Televisão e rádio

Nesses campos há a preponderância da CCTV e da CRI (*China Radio International*), respectivamente a principal emissora de TV chinesa e a principal rádio chinesa voltada para o público estrangeiro. Ambas expandiram substancialmente suas atividades após os anos 2000, com destaque para as programações em inglês. A CCTV foi pioneira nesse aspecto, pois estabeleceu uma rede no mercado americano em parceria com o grupo Warner, com programação em inglês vinte e quatro horas por dia. O objetivo é que a rede de TV estatal da China se estabeleça no mercado norteamericano com um peso próximo ao da BBC ou Bloomberg, por exemplo, o que inclusive fez a CCTV contratar profissionais daquelas empresas (SHAMBAUGH, 2015). Além disso, a CCTV possui desde 2009 uma filial com programações diárias em árabe e no ano seguinte criou uma voltada para o público russo.

A CRI ofereceu em 2010: 1520 horas de programação diária em 15 idiomas em 27 frequências diferentes (SHAMBAUGH, 2015). Com menor complexidade de operação que a CCTV, a CRI mantém, há décadas, uma ampla programação diária nas principais línguas faladas no mundo e expandiu suas atividades regionais com destaque para sua forte presença no Japão e nos Estados Unidos. Além disso, há que se ressaltar que ambas aumentaram de maneira expressiva sua programação no continente africano, por meio de escritórios e transmissões locais. O objetivo é fortalecer a imagem da China no continente africano, ao oferecer notícias sobre a África organizadas e emitidas na África.

Publicidade

Existe um grande debate para desvincular a diplomacia pública da ideia de propaganda. Na China essa divergência conceitual também ocorre. (d'HOOGHE, 2008;

KEJIN, 2015; HARTIG, 2016). Segundo d’HOOGHE (2014) essa confusão na definição do termo na China também decorre do fato de que a palavra propaganda no chinês significar algo neutro, ao passo que internacionalmente a ideia de propaganda estaria relacionada com ‘lavagem cerebral’ e guerra psicológica (KEJIN, 2015). Assim, o governo chinês decidiu trocar o nome propaganda por publicidade para realizar essa adequação e reduzir interpretações erradas.

Nosso ponto aqui é que a publicidade (propaganda) é uma parte da diplomacia pública chinesa, na medida em que é um elemento agregador para a estratégia do governo chinês em tornar sua mídia global. Essa é uma saída rápida para contornar crises de percepção internacional da China, em virtude de notícias rapidamente difundidas pelo mundo com conotação negativa do país sobre as questões já discutidas aqui⁹³. Segundo o jornal *The Guardian* (2019), enquanto os jornais e os veículos de mídia chineses ainda não possuem um espaço considerável na audiência internacional, Pequim investe em anúncios em jornais, revistas, canais de TV e Think Tanks não chineses pelo mundo, além disso, os investimentos nesse campo visam internacionalizar cada vez mais as redes de notícia e informação chinesas.

Redes Sociais

Em virtude do momento de sua ascensão na ordem internacional, no boom do mercado de smartphones e redes sociais, a China não está atrasada no que tange ao desenvolvimento dessas tecnologias, quanto está em relação a outros pontos do desenvolvimento tecnológico, se comparada aos países de industrialização mais antiga. Com seu enorme e parcialmente fechado mercado de comunicação pela internet, a China é o lar de inúmeras empresas de rede social⁹⁴, que, apesar de guardarem grande

⁹³ Em 2016, por exemplo, por meio da *Xinhua*, um anúncio com vídeo explicativo sobre a posição chinesa frente às disputas no Mar do Sul da China foi apresentado em um enorme outdoor na *Times Square*, logo após o Tribunal Penal Internacional dar causa ganha às Filipinas sobre a disputa de um território na região (HARTIG, 2019).

⁹⁴ He e Jiménez (2015) destacam as principais como sendo a *Sina Weibo* e *Tecente Weibo* (similares ao Twitter); *Qzone*, *Renren*, *Kaixin*, *Wechat friends* (similares ao Facebook); *Youku* e *Tudou* (similares ao YouTube); *Bababian* e *Babidou* (similares ao Flickr); *QQ* (similar ao extinto MSN); *Tianya Wenda* e *Baidu Zhidao* (similar ao *Answers*); *Hudong Baike* e *Baidu Baike* (similares ao Wikipédia); e a *Jiebang* (similar a *Foursquare*). Contudo nenhuma destas possui a abrangência de usuários do Wechat (similar ao Whatsapp), já que esse último é popular no Ocidente e sua proprietária, a Tencent Holdings, detém um

similaridade com suas análogas ocidentais, são adequadas a realidade social dos chineses. Esse grande mercado facilitou a aquisição de uma posição global relevante para aquelas empresas, dado o número de usuários chineses.

As redes sociais na China são integradas às plataformas de e-commerce do país, e, portanto, representam uma fonte de receita para as empresas chinesas. Mas, além disso, a integração entre aquelas e o mercado de smartphones e dados móveis foi muito importante para o crescimento de empresas chinesas do setor. Segundo He e Jiménez (2015) empresas como a Xiaomi se aproveitaram dessa condição para crescer, não à toa o mesmo movimento aconteceu com a Apple, por exemplo, que cresceu em vendas na esteira do crescimento de empresas como o Facebook. A parceria de empresas de tecnologia nacionais, como é o caso das de smartphones e redes sociais, tende a beneficiar, sobretudo, as empresas locais por conta da proximidade geográfica ou mesmo cultural, fora que essas atuam na mesma jurisdição nacional.

Indiretamente esse movimento também fortalece o *soft power* desses países, pois se as redes sociais refletem um espaço coletivo, elas tendem a produzir padrões de consumo e visões sobre temas variáveis como política e estética. Consequentemente, tornam-se um agente capaz de moldar a percepção das pessoas sobre um fato ou um país. É claro que o país do qual as redes sociais são originárias se beneficia dessa situação, justamente pela maior proximidade de seus valores sociais e culturais à maneira de atuação dessas redes, que ao chegarem aos mercados estrangeiros os ‘exportam’. As redes sociais se configuram como instrumento da diplomacia pública chinesa, porque na China o governo, além de deter parte dessas empresas, é o principal responsável pela internacionalização daquelas.

Mercado cultural: um ativo ainda não explorado?

A China é um país com uma cultura milenar que passa por um processo de transformação social único, cujas peculiaridades são impossíveis de serem reproduzidas em outras regiões do mundo. Por isso, fazer com que o mundo tenha acesso à cultura e aos valores chineses é uma tarefa que garante um objetivo fundamental para a China,

valor de mercado que em 2017 ultrapassou o Facebook, ao atingir mais de U\$ 500 Bilhões e se tornar a primeira empresa asiática a atingir esse valor de mercado, segundo a BBC (2017).

que é estar em mundo que respeite as peculiaridades chinesas, baseado no princípio ‘*he er bu tong*’ (harmoniosa, mas diferente), na qual o país afirma sua busca por uma coexistência entre as diferenças chinesas e do mundo (d’HOOGHE, 2014). No entanto, de maneira geral, ainda há pouco conhecimento sobre a China e os seus valores no mundo. Tal fato se constitui em um ativo a ser explorado pela diplomacia pública do país, apoiando-se no crescente mercado cultural sínico, que ainda é pouco internacionalizado em alguns campos.

O cinema, a literatura e as artes são instrumentos importantes para a diplomacia pública. Porque quando um governo decide realizar uma atividade da diplomacia pública para promover engajamento na opinião pública, seja pela diplomacia de intercâmbio, cultura ou mesmo a organização de evento, feira ou exposição internacional é preciso ter conteúdo para gerar engajamento e atrair a percepção pública. Para a diplomacia pública, portanto, é fundamental que haja conteúdos para apresentar, daí a importância do mercado cultural, já que este oferece conteúdo com grande acessibilidade. Discutiremos abaixo sobre o cinema, literatura e as artes chinesas nesse contexto.

Cinema

Enquanto a economia chinesa crescia, a indústria cinematográfica do país fazia caminho inverso. Nos anos 1990, ao fim do primeiro ciclo de reformas econômicas, o cinema nacional passava por uma enorme letargia nas produções, a participação estrangeira no mercado chinês havia crescido e a baixa complexidade dos estúdios e produtoras locais não foi capaz de enfrentar a concorrência estrangeira. No final daquela década, o governo chinês iniciou uma série de reformas institucionais com vistas a desenvolver uma estratégia para o crescimento do mercado local de cinema.

Ciente dos ganhos, não só financeiros, que a indústria cinematográfica pode trazer, o governo chinês começou a reconstruir seu sistema de promoção ao cinema nacional, garantindo financiamento público e uma reserva de mercado as produções chinesas (ELLIOT; KONARA; LING; WANG; WEI, 2018). Para Elliot et al (2018), esse movimento foi a política de substituição de importações para o cinema chinês, que a partir de 2017 se tornou o maior mercado de audiência cinematográfica do mundo,

isso tudo sem que a posição do cinema nacional na liderança desse processo fosse comprometida⁹⁵. O governo chinês garante que todos os estúdios internacionais têm o direito de participar do mercado local, desde que realizem um acordo cooperativo ou joint-venture com uma congênere chinesa (ELLIOT ET AL, 2018).

Contudo, essa ascensão do cinema chinês ocorreu com muito mais intensidade no mercado doméstico, que por seu tamanho, evidentemente, gera enormes receitas, porém não garante que o país consiga expandir suas produções internacionalmente do mesmo modo que a Índia realiza⁹⁶ e menos ainda que os Estados Unidos. Por isso, mais recentemente, em virtude do maior poder de compra acumulado pelas empresas de entretenimento chinesas, o país tem investido na aquisição de empresas do ramo pelo mundo⁹⁷, além disso, há o modelo de produção em associação com um estúdio chinês, que garante tanto penetração no mercado da China à empresa estrangeira, quanto penetração no mercado estrangeiro à empresa chinesa.

A expansão internacional do cinema chinês ainda é incipiente, pois as produções precisam se adequar a outros mercados e amadurecer os modelos de distribuição e dublagens mais especializadas aliados a uma forte propaganda para distribuição internacional (ELLIOT ET AL, 2018). Na diplomacia pública chinesa o cinema é um agente importante como produto para eventos culturais, empresariais e governamentais. Seu uso como forma de atração pública e introdução de valores só tende a aumentar com a expansão internacional do cinema chinês.

Literatura

A indústria literária é um campo que demanda muito mais tempo do que o cinema para estabelecer mercado, em virtude de questões relacionadas a traduções de obras, barreiras culturais mais profundas, correntes de pensamento e as oscilações do

⁹⁵ Por exemplo, dentre as 10 maiores bilheterias no cinema chinês no ano 2015, sete eram chinesas, duas americanas, uma nipo-americana. Com destaque para o primeiro lugar, a produção de animação e fantasia chinesa, *Monster Hunt*.

⁹⁶ Estados Unidos e Índia são os dois maiores produtores de filmes do mundo, com qualidade muito superior do primeiro, mas com expansão maior do segundo (ELLIOT ET AL, 2018).

⁹⁷ Em 2016 o grupo Dalian Wanda comprou a Legendary Entertainment, numa aquisição que foi lembrado em uma matéria do jornal *The Washington Post* (2016) tão impactante como quando uma empresa japonesa adquiriu a Columbia Pictures.

mercado editorial. Dessa forma, o idioma, o isolamento de décadas passadas e a ausência de editoras com mais presença no mercado internacional são fatores que contribuem para um cenário em que há baixa participação de autores chineses⁹⁸ e editoras chinesas no mercado de literatura global. A literatura chinesa ainda enfrenta uma circunstância em que o sucesso limitado internacionalmente contrasta com a crescente presença da literatura ocidental no país⁹⁹ (MCDOUGALL, 2014).

Para McDougall (2014), o grande desafio da China é estabelecer uma política de fomento a traduções de qualidade feitas na China das obras nacionais. Segundo o autor, essa é a mais viável dentre as três possibilidades vistas para difundir a literatura chinesa internacionalmente, já que a primeira dependeria de autores chineses escrevendo em outros idiomas e a segunda do mandarim ser cada vez mais falado em alto nível pelo mundo, ambas, apesar de em progresso, ainda bastante distantes. E esse esforço de tradução começou a surgir por conta da expansão do mercado literário chinês, o segundo maior do mundo, com U\$ 8 Bilhões só em vendas de livros. Além disso, a China, em 2013, já tinha 580 editoras operando em uma conjuntura na qual 440 mil títulos de livros foram publicados. Outra vez, o mercado interno é uma virtude, o mercado estrangeiro, todavia, ainda é uma dificuldade.

Outra questão que se apresenta à literatura chinesa é a disputa entre o governo e os autores dissidentes. Boa parte dos mais proeminentes autores chineses estão lotados no exterior, escrevendo em idiomas que lhes dão acesso ao mercado literário internacional, e, portanto, são muito mais famosos no mundo que seus pares que atuam na China (McDougall, 2014). Figuras como Gao Xinjian e Liu Xiaobo¹⁰⁰, dois prêmios Nobel, possuem bastante penetração na opinião pública internacional, mas suas obras

⁹⁸ Segundo Shambaugh (2013) não havia sequer um escritor chinês entre os 250 autores mais vendidos no Reino Unido no ano de 2013, uma informação corroborada por McDougall (2014) que ainda acrescenta que um autor chinês é considerado um grande sucesso se vender mais de 5 mil cópias internacionalmente, quando autores ocidentais, principalmente anglo-saxões, e mesmo japoneses ultrapassam com regularidade essa marca.

⁹⁹ Essa situação é fruto também da expansão extraordinária de falantes de inglês na China, a cada ano o país acrescenta mais 20 milhões de cidadãos que dominam o idioma (THE NEW YORK TIMES, 2019).

¹⁰⁰ Liu Xiaobo faleceu em 2017 sob custódia do governo chinês, como um ativista político contrário ao governo chinês sua luta foi bastante reconhecida no Ocidente, o contexto de sua morte foi bastante criticado por políticos que apoiavam sua causa (THE GUARDIAN, 2017). Sua morte foi divulgada de maneira bastante negativa para o governo chinês na imprensa internacional, além disso, protestos contra o governo chinês e sua custódia ocorreram em alguns países.

geram uma situação árida ao governo chinês¹⁰¹, na medida em que são críticas de seu modelo político.

Considerando esses aspectos, a diplomacia pública chinesa ainda está distante de estabelecer a literatura como um de seus principais instrumentos para fomentar o *soft power* do país internacionalmente. A discussão que se apresenta é se o enorme mercado editorial chinês e sua internacionalização, através de traduções mais qualificadas, irão sobrepujar os autores dissidentes com mais produções, e a partir daí a literatura chinesa se tornará um agente de promoção de uma imagem positiva da China no exterior.

*Artes*¹⁰²

A arte e os artistas na China passaram por um século de crises e transformações na produção artística chinesa, o período da revolução cultural e as divergências entre o projeto político chinês, o projeto artístico e a sociedade chinesa não evitaram que o país desenvolvesse uma arte à altura de seu tempo. Por fatores como esse somados ao valor das obras de obras chinesas da antiguidade, internacionalmente a arte chinesa sempre foi bastante consumida e valorizada. De grande vendedora de arte a China passou a compradora, e esse fluxo levou a um movimento de expansão global do mercado de artes chinês (ZHANG, 2017). Os artistas e a arte chinesa têm ocupado progressivamente espaço no mercado global de arte, transformando a China em “potência global da arte contemporânea” (ZHANG, 2017, P.14).

Esse processo, todavia, vem, assim como no caso da literatura, mesmo que em menor medida, acompanhado de divergências entre artistas e o governo chinês. Por ser um grande exportador de produtos nesse campo há tempo considerável, o mercado chinês de arte é muito mais globalizado. Pequim, por exemplo, desde 2014 é o segundo principal centro de produção artística do mundo. Esse pujante mercado de artes levou a China a ser, com certa folga, o país com o maior número de artistas entre os 100 mais

¹⁰¹ A Feira do Livro de Frankfurt é o maior evento literário do mundo, em 2009 a literatura chinesa foi o tema principal do evento. A presença de autores dissidentes em uma conferência no mesmo dia em que autoridades chinesas participaram causou um enorme embaraço (DEUTSCH WELLE, 2009).

¹⁰² Apesar de a arte se referir a formas de expressão de subjetividade presentes no cinema, literatura e música; usaremos a palavra arte aqui para se referir às artes plásticas, fotografia, pintura e campos anexos. Isso porque, há menor gama de informações sobre esses assuntos em separado do que em relação aos outros tópicos.

influentes no ano de 2014, com 47 frente a 19 dos Estados Unidos. A popularidade da arte se tornou um agente bastante representativo para o país, prova disso foram as apresentações na abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008.

Desse modo, a diplomacia pública chinesa aproveita esse momento de vanguardismo do mercado de arte chinês para organizar eventos culturais pelo mundo. Segundo o CAEG (*China's Arts Entertainment Group*), em 2018 foram desenvolvidos um total de 187 trabalhos entre o governo chinês e dos Estados Unidos, Rússia e outros 33 países para a organização de feiras, exposições e festivais artísticos sobre a China. Com apoio do MFA, o país realiza essas atividades de maneira periódica nas principais cidades do mundo.

Considerações parciais

A discussão sobre as principais iniciativas da diplomacia pública chinesa esbarra na diferenciação entre *soft power* e diplomacia pública e, sobretudo, de diplomacia pública e propaganda. Os Institutos Confúcio, a mídia e o mercado cultural chinês são parte do *soft power* do país, mas nem por isso deixam de ser instrumentos da diplomacia pública chinesa em sua estratégia global. Aqueles elementos são operacionalizados na diplomacia pública chinesa de forma a aprimorar a imagem internacional da China no mundo. O destaque para essas como principais ferramentas da diplomacia pública chinesa os avalia em diferentes tipos: o Instituto Confúcio é o mais efetivo, a mídia é o que mais cresceu e o mercado cultural é o que tem mais potencial.

O Instituto Confúcio consolidou o modelo de cooperação cultural de Pequim pelo mundo, baseado em uma ferramenta moldável e com grande penetração nos círculos intelectuais mundo afora. Sua expansão com o passar do tempo começou a enfrentar resistência de alguns círculos políticos e intelectuais no Ocidente, baseado em uma análise incongruente como discutimos. No Brasil e na América Latina, a oposição ao Instituto é inexpressiva, por aqui há muito mais barreiras orçamentárias e de infraestrutura do que políticas, mesmo que a emergência do aprofundamento das relações entre a China e a América Latina tenha sido bastante imperiosa para a expansão dos Institutos na região, ainda há muito a ser feito.

Dentro do debate para reduzir a influência da mídia ocidental na política internacional, a China estendeu suas atenções estratégicas para a construção de uma

mídia estatal com presença global. Para Pequim, esse projeto é o mais importante em sua diplomacia pública, por sua capacidade em atingir grande parte da opinião pública internacional. Não à toa, esse foi o campo que mais recebeu recursos dentre aqueles aqui debatidos na diplomacia pública do país. Uma maior proeminência chinesa nesse campo significa mais poder na esfera sistêmica, mas também uma forma de reduzir a narrativa ocidental reativa à China.

Resta a ser devidamente explorado o mercado cultural chinês, que, excetuando-se as artes, ainda não goza do prestígio internacional de países vizinhos, como a Coreia e o Japão. Se acompanhar a expansão econômica chinesa, é só questão de tempo até que a indústria cultural chinesa se torne influente para além do mercado doméstico, no entanto, há certa incerteza sobre esse ponto, já que existem barreiras culturais e sociais para a penetração cultural em termos mercantis. Além disso, existe a questão dos artistas e escritores dissidentes como um ponto negativo para o crescimento internacional do mercado cultural chinês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diplomacia pública é um conceito que marca nossa era. Entendê-lo passa por compreender a natureza do conflito hegemônico nas relações internacionais. A hegemonia da força não mais garante a totalidade do controle e da supremacia da potência principal no sistema internacional. A ideia de que a vitória está no controle, por meio da força militar e econômica, dos “inimigos” está, gradativamente, perdendo espaço. Embora muito presente nos dias atuais, o uso da força não garante, sozinho, a supremacia, porque não é capaz de ocupar todos os espaços de poder existentes. Além disso, o poder na política internacional não é somente uma expressão das capacidades de agir e influenciar nas regiões do mundo, mas também da capacidade de cooperar, construir e manter relações estáveis entre países, cidades e povos. O Estado, como ator central nas relações internacionais, também reorganiza sua estratégia para fornecer uma estrutura de atuação que favoreça o diálogo e a promoção da confiança mútua.

Antes um pilar anexo às tradicionais estruturas econômicas e militares, a diplomacia pública passa a ganhar seu espaço próprio na estrutura diplomática dos países. Ministérios das relações exteriores têm, cada vez mais, oferecido campo em sua estrutura a departamentos, diretorias e agentes capazes de atuar em um pilar (diplomacia pública) que passou a dar sustentação de longo prazo às políticas comerciais e às alianças militares. Ademais, por ser um conceito “catch-all terms”, a diplomacia pública oferece interpretações adequadas aos interesses dos países. É nesse aspecto que a China aposta suas fichas, já que como descrito ao longo deste trabalho há um grande esforço chinês para adequar sua imagem internacional às pretensões do país.

A China vê na diplomacia pública um instrumento de apresentação do país para o mundo, mas principalmente de desmistificação do que é a China e seus interesses, história e sistemas político e econômico. Há certa consciência na classe dirigente chinesa de tal problema e também de que a capacidade de influência que o país tem em termos políticos e econômicos é superior a informacional, ou seja, há um desequilíbrio nos vetores de influência internacional chineses. Esta questão influencia decisivamente em campanhas de difamação globais que o país sofre, bem como para o fato de a China ter menos influência na opinião pública internacional que países econômica e politicamente menos relevantes do que a China.

Para entender esse problema este trabalho foi dividido em quatro aspectos centrais que visaram destacar: 1) a amplitude do conceito da diplomacia pública e seu significado para a China com base na história diplomática do país após a sua construção como República Popular da China; 2) como o significado da diplomacia pública é interpretado e aplicado por uma estrutura política, intelectual e administrativa organizada dentro do Estado chinês com vistas a garantir uma diplomacia pública efetiva; 3) existem algumas questões centrais e estratégicas para a política externa chinesa que oferecem empecilhos à soberania chinesa e funcionam como “pontos frágeis” do país constantemente alvejados pelas potências ocidentais, principalmente os Estados Unidos, mas existem também pendências históricas com países vizinhos que mantêm um ambiente de baixa confiança no entorno chinês, tais questões e pendências tem na diplomacia pública uma ferramenta para reverter a opinião desfavorável à China; 4) As principais iniciativas da diplomacia pública chinesa são as ferramentas que demonstram o progresso e o investimento chinês naquele campo nos últimos anos.

Considerando os quatro aspectos destacados, é possível inferir que o conceito de diplomacia pública foi adaptado e organizado na China por uma estrutura dinâmica e em constante aperfeiçoamento que congrega o governo, instituições e a sociedade civil, com vistas a garantir que as principais iniciativas da diplomacia pública chinesa absorvam o que há de melhor do país e o empreguem de acordo com os interesses de Pequim. Essa engrenagem deve ser realizada segundo princípios que favoreçam a cooperação e a manutenção de relações de longo prazo entre a China e seus atuais e novos parceiros internacionais.

Entender a diplomacia pública chinesa nas relações internacionais contemporâneas é uma tarefa que deve ser analisada sobre a ótica do projeto de integração chinês à ordem mundial. Apesar de a presença global chinesa ser notável — maior país exportador, líder em iniciativas multilaterais regionais e globais, membro com poder de veto do CSNU e outras participações de destaque — a influência no campo da formação das opiniões não é passível de ser conquistada apenas pela presença econômica. E, através de uma análise mais atenta, é possível depreender que questões culturais e os índices de percepção favorável a um país estão diretamente relacionados a aspectos como o consumo de produtos daquele país, ou mesmo a propensão da população local ser favorável à aproximação entre seu país natal e a China, por exemplo.

A postura atual do governo americano em relação à China é a chave para compreender a mudança de paradigma pelo qual passa a diplomacia chinesa, e também o papel da diplomacia pública do país nesse cenário. A posição cada vez mais agressiva dos Estados Unidos é um sintoma de um aspecto da política externa norte-americana que veio para ficar: a oposição ostensiva, constante e sistemática à China.

Nosso entendimento é que a diplomacia pública chinesa nas relações internacionais contemporâneas é o contraponto chinês à narrativa anti-China capitaneada pelos Estados Unidos. Isso porque entendemos que existem dois caminhos a serem adotados pela China: o primeiro é adotar a postura parecida a dos Estados Unidos, isto é, a retórica direta e agressiva para a opinião pública; já o segundo é organizar uma diplomacia que construa canais de comunicação com as sociedades civis locais para materializar uma percepção favorável à China no longo prazo. A ideia é que a China seja capaz de trazer essa disputa de poder para um espaço onde as regras tenham sido desenhadas à maneira dos interesses e do projeto de inserção internacional chinês, ou seja, um cenário no qual a China é a proponente das iniciativas, e é por isso que o país tende a adotar o segundo caminho.

A pandemia da COVID-19 é um marco nesse sentido, já que ao mesmo tempo em que o país sofre uma oposição nunca antes vista por parte dos Estados Unidos, seus velhos aliados e os mais novos, a capacidade de resposta e organização do Estado chinês para lidar com uma pandemia, que colocou o mundo inteiro na maior depressão econômica em quase um século, é notável e traz à tona o sucesso do modelo chinês de desenvolvimento, que é marcado pela capacidade de o país lidar com seus problemas internos, ainda que estes ocorram na proporção de uma pandemia. As virtudes chinesas no controle da pandemia frente ao fracasso de países com posições públicas de boicote à China, como os Estados Unidos e a Índia, por exemplo, formam um conjunto de soluções capazes de auxiliarem outros países. Trata-se, portanto, de uma situação muito próxima daquilo que Zhao Qizheng enxerga com um dos principais objetivos da diplomacia pública chinesa, que é compartilhar soluções adotadas para resolver problemas nacionais. Essa é uma esfera destacadamente cooperativa e abre caminho para a promoção de uma imagem favorável internacionalmente, e um dos caminhos para transmitir soluções é a diplomacia pública.

Assim, tendo em conta nossa análise sobre a evolução da diplomacia pública no cenário internacional e sua maleabilidade, compreendemos que a visão chinesa sobre a diplomacia pública dá a entender que o país reserva enorme espaço e investimentos para

as iniciativas nesse campo. Logo, entendemos que, dadas as necessidades conjunturais, a China optou pelo segundo caminho dentre os citados anteriormente, ou seja, por meio da diplomacia pública organizar uma rede de influência na opinião pública internacional de longo prazo, preservando uma postura de cautela e oferecendo espaço para o diálogo nas suas relações com outros países. Influenciando, portanto, gradativamente em assuntos internos dos países com os quais a China mantém relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Emanuel. Construtivismo no estudo das relações internacionais. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, no. 47, agosto, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451999000200011&script=sci_arttext Acesso em 9 de Fevereiro de 2020.
- ARANDA, Isabel Rodriguez. Los desafíos a la reunificación de China y Taiwán: la Ley Antisecesión (2005) y el Acuerdo Marco de Cooperación Económica (2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 54 (1): 105 – 124, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v54n1/v54n1a07.pdf> > Acesso em 25 de Janeiro de 2020.
- ATLAS DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA, MIT. Disponível em: < <http://atlas.cid.harvard.edu/> > Acesso em 9 de Janeiro de 2020.
- AUER, Claudia; SRUGIES, Alice. Public Diplomacy in Germany. USC Center on Public Diplomacy, **CPD Perspectives on Public Diplomacy**, edição de Junho, Los Angeles, 2013. Disponível em: <https://www.uscpublicdiplomacy.org/sites/uscpublicdiplomacy.org/files/useruploads/u35361/2013%20Paper%205.pdf> Acesso em: 21 de Dezembro de 2019.
- Beijin Review**. Confucius Institutes Around the World. Infographics, NO. 50, December 13, 2018. Disponível em: < http://www.bjreview.com/Multimedia/Infographics/201812/t20181210_800151024.html > Acesso em 22 de Março de 2020.
- BROWN, Eleanor J; MORGAN, John; McGRATH, Simon. Education, Citizenship and New Public Diplomacy in the UK: What is Their Relationship? **Citizenship, Social and Economics Education**. University of Nottingham, Nottingham, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2304/csee.2010.8.2.73> Acesso em: 14 de Dezembro de 2019.
- BUZAN, Barry. **Regions and Powers: The Sctructure of International Security**. Cambridge University Security Press, 2003, 600 pages.
- CALLAHAN, William, A. Chinese Visions of World Order: Post-Hegemonic or a New Hegemony? **International Studies Review**, Vol. 10, No. 4, pp. 749 – 761, 2008. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/25482021?seq=1> > Acesso em 24 de Maio de 2020.
- CARR, E,H. **Vinte Anos de Crise**. Uma Introdução ao Estudo das relações internacionais. 2ª edição, Editora da Universidade de Brasília: Brasília, 2001.
- CHENG, Evelyn. China's Xi uses key speech to promote integration of Hong Kong. CNBC, 2020. Disponível em: < <https://www.cnbc.com/2020/10/14/chinas-xi-uses-key-speech-to-promote-integration-of-hong-kong.html> > Acesso em 22 de Dezembro de 2020.

CHINA RECONSTRUCTS. VOL XV, NO. 10, OCTOBER, 1966. Disponível em: <http://www.bannedthought.net/China/Magazines/ChinaReconstructs/1966/CR1966-10-OCR.pdf> Acesso em 18 de Janeiro de 2020.

_____. VOL XIX, NO. 1, January, 1970. Disponível em: < <http://www.bannedthought.net/China/Magazines/ChinaReconstructs/1970/CR1970-01.pdf> > Acesso em 18 de Janeiro de 2020.

CHUNG, Ho, Jae. How America and China see each other: charting national views and official perceptions. *The Pacific Review*, 32:2, 188 – 2009. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09512748.2018.1520283> > Acesso em 7 de Agosto de 2020.

COBAN, Filiz. The Role of the Media in International Relations: From the CNN Effect to the Al-Jazeera Effect. **Journal of International Relations and Foreign Policy**. Volume 4, Nº2, P. 45-61, dezembro de 2016. Disponível em: http://jirfp.com/journals/jirfp/Vol_4_No_2_December_2016/3.pdf Acesso em: 27 de Dezembro de 2019.

CULL, NICHOLAS, J. Public Diplomacy: Taxonomies and Histories. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, P. 30 – 52, 2008.

_____. (2008). The Public Diplomacy of the Modern Olympic Games and China's soft power Strategy. In PRICE, MonroeE.; DAYAN, Daniel (Eds.). **Owning the Olympics: Narratives of the New China**. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press.

_____. (2009a). "How We Got Here". In SEIB, Philip (Ed.). **Toward a New Public Diplomacy: Redirecting U.S. Foreign Policy**. Nova York: Palgrave MacMillan, p. 23-47.

_____. (2009b). **Public Diplomacy: Lessons from the Past**. CPD Perspectives on Public Diplomacy. Los Angeles: Figueroa Press.

_____. (2009c). "Public Diplomacy Before Gullion: the evolution of a phrase". In: SNOW, Nancy; TAYLOR, Philip. **Routledge Handbook of Public Diplomacy**. Nova York, Routledge, p. 19-25.

DAVIS, Elizabeth Van Wie. Uyghur Muslim Ethnic Separatism in Xinjiang, China. **Asian Affairs: An American Review**, 35: 1, 15 – 30, 2010.

DELLMUTH, Lisa; BLOODGOOD. Advocay group effects in global governance: populations, strategies and political opportunity structures. **Interest Groups & advocacy**. Edição nº 8, P. 255-269. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1057/s41309-019-00068-7.pdf> Acesso em 21 de Dezembro de 2019.

D'HOOGE, Ingrid (2005). Public Diplomacy in the People's Republic of China. In: MELISSEN, Jan (Ed.) (2007). **The New Public Diplomacy: soft power in International Relations**. Nova York: Palgrave MacMillan, p. 88-105.

Dussel, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005, P. 25-34. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5_Dussel.pdf > Acesso em 18 de Janeiro de 2020.

DZIEZA, John. The 8th Wonder of the World. **The Verge**, 2020. Disponível em: < <https://www.theverge.com/21507966/foxconn-empty-factories-wisconsin-jobs-loophole-trump> > Acesso em 14 de Dezembro de 2020.

ELLIOTT; KONARA; LING; WANG; WEI. Behind film performance in China's changing institutional context: The impact of signals. **Asia Pacific Journal Management** 35, 63–95, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.1007/s10490-016-9501-0> > Acesso em 2 de Fevereiro de 2020.

FIORI, José Luis. O Poder Global e a nova Geopolítica de Nações. **Críticas y emancipación**, (2): 157 – 183, primer semestre, 2009. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE2/06opo.pdf> > Acesso em 28 de Janeiro de 2020.

FRAGA, Jefferson Souza; STRACHMAN, Eduardo. Crise financeira: o caso japonês. **Nova Economia**, edição 23, número 3, Belo Horizonte, Setembro/dezembro, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/neco/v23n3/v23n3a02.pdf> > Acesso em 8 de Janeiro de 2020.

FERNANDES, Daniel Costa. **A Política Externa da Inglaterra: Análise Histórica e Orientações Perenes**. FUNAG, Brasília, 2011.

FRIEDRICHS, JORG. Sino-Muslim Relations: The Han, the Hui, and the Uyghurs. **Journal of Muslim Minority Affairs**, 37:1, 55 – 79, 2017.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rocco, São Paulo, 2015. 455 páginas.

FURTADO, Diana. A mão e a luva: a China anti-reacionária e a Doutrina Nixon. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 46, p. 344-362, julho-dezembro de 2010.

GEERTZ, Bill. **The China Threat**, Ragnery Publishing, 2000, 280 páginas.

GREEN, Jerrold, D. A Path Forward, Advancing US – China Relations Through Public Diplomacy. **Pacific Council**, 2016. Disponível em: < <http://features.pacificcouncil.org/us-china-diplomacy> > Acesso em 25 de Março de 2020.

GRIX, Jonathan; HOULIHAN, Barrie. Sports. Mega-Events as Part of a Nation's soft power Strategy: The Cases of Germany (2006) and the UK (2012). **The British Journal of International Politics and International Relations**. Volume: 16, Issue: 4, page(s): 572-596, 2013.

GUANG, Lei. *Realpolitik Nationalism*. International Sources of Chinese Nationalism. **MODERN CHINA**, Vol. 31 No. 4, October, 2005, P. 487-514. University of California, Los Angeles.

HAAS, E, B. Why Collaborate? Issue-Linkage and International Regimes. **World Politics**, Volume 32, Issue 03, pp. 357 – 405, 2011.

HANBAN. Telling the story and spreading the voices of China – the Confucius Institute builds a “spiritual express train” connecting china with the people of the world.

HANBAN report, 30 de Dezembro de 2015. Disponível em: < http://english.hanban.org/article/2015-12/30/content_628684.htm > Acesso em 21 de Março de 2020.

_____. Five Years of Sheer Endeavour: What Data Says about Confucius Institute (2012-2017). **HANBAN** report, 26 de Outubro de 2017. Disponível em: < http://english.hanban.org/article/2017-10/26/content_703508.htm > Acesso em 22 de Março de 2020.

HARTIG, Falk. **Panda Diplomacy: The Cutest Part of China’s Public Diplomacy**. The Hague Journal of Diplomacy, Nº 8, P.49-78, Leiden, 2013.

_____. Confucius Institutes na the Rise of China. **Journal of Chinese Political Science**, 17, 53–76 (2012). Disponível em: < <https://doi.org/10.1007/s11366-011-9178-7> > Acesso em 14 de Abril de 2020.

_____. How China Understands Public Diplomacy. The importance of national Image for National Interests. **International Studies Review**, Volume 18, Issue 4, December 2016, Pages 660-680.

_____. Communicating Chin to the World: Confucius Institutes and China’s Strategic Narratives. **Political Studies Association**, Volume 35, Issue: 3-4, pages: 245-258.

HOLGUIN, Juan Carlos. German ‘soft power’: From the Fall of the Wall to the 2006 World Cup. **Tese de doutorado**. Faculdade de Artes e Ciências da Universidade de Georgetown. Universidade de Georgetown, Washington, 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d8e6/646c760c94592b68f822f2acfc914d3bb554.pdf> Acesso em: 18 de Dezembro de 2019.

HOCKING, Brian (2005). Rethinking the ‘New’ Public Diplomacy. In: MELISSEN, Jan (Ed.) (2007). **The New Public Diplomacy: soft power in International Relations**. Nova York: Palgrave MacMillan, p. 28-46.

HUNTINGTON, Samuel. **Choque de Civilizações** e a recomposição da Ordem Mundial, Ponto de Leitura, São Paulo, 2010, 655 páginas.

INSIDE HIGHER EDUCATION. Inside Higher Education Special Reports, 2019. Disponível em: < <https://www.insidehighered.com/special-reports> > Acesso em 9 de Novembro de 2019.

IWABUCHI, Koichi .Pop-culture diplomacy in Japan: soft power, nation branding and the question of ‘international cultural exchange’. **International Journal of Cultural Policy**, 21:4, 419-432, 2015.

JESUS, Diego Santos Vieira. Foices e Martelos no Olimpo: A Política Esportiva da União Soviética e as relações com o Mundo Capitalista. **Revista de História do Esporte**, volume 3, número 2, Dezembro, Rio de Janeiro, 2010.

JIMÉNEZ, Francisco Rodríguez. La diplomacia pública china: trayectoria reciente. In **Estrategias de diplomacia cultural en un mundo interpolar**, pp. 155-185. Centro de Estudios Ramón Areces, 2015.

JOFFE, Paul; BELIS, David; KERREMANS, Bart. China, the United States and the European Union. **Carbon & Climate Law Review** – Special Issue: Climate Change Politics in China: A coming of age? Vol. 9, No. 3, pp. 203 – 218, 2015.

KEJIN, Zhao. The motivation behind China’s Public Diplomacy. **The Chinese Journal of International Politics**. Volume 8, Issue 2, Summer 2015, Pages 167–196.

_____; XIN, Gao. Pursuing the Chinese Dream: Institutional Changes of Chinese Diplomacy under President Xi Jinping. **China Quarterly of International Strategic Studies**, Vol. 01, No. 01, pp. 35 – 57, 2015.

_____. China’s Rise and its Discursive Power Strategy. **Chinese Political Science Review**, Volume 1, Pages: 539–564, 2016.

KEOHANE, R.O; NYE, J.S. **Power and Interdependence**. Fourth Edition, Longman: USA, 2011.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. 1ª Edição, Objetiva: São Paulo, 2011.

KHUMTHUKTHIT, Ploy. A nova diplomacia pública do Japão. **Tese de Doutorado**, Instituto de relações internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16075@1> > Acesso em 4 de Janeiro de 2020.

KOHUT, Andrew. How the World Sees China. **Pew Research Center**. 11 de Dezembro de 2007. Disponível em: < <https://www.pewresearch.org/global/2007/12/11/how-the-world-sees-china/> > Acesso em 25 de Janeiro de 2020.

KOOPMAN, Yeh Kristine. TAIWAN’S PATH TO INDEPENDENCE: RESOLVING THE “ONE CHINA” DISPUTE. **Cardozo Journal of Conflict Resolution**, Vol. 18, p. 221 – 248, 2016. Disponível em: <https://cardozojcr.com/wpcontent/uploads/2016/11/CAC107_crop.pdf > Acesso em 21 de Janeiro de 2021.

KUISONG, Yang. The theory and implementation of the People's Republic of China's revolutionary diplomacy. **Journal of Modern Chinese History**. History, 3:2, 127-145, DOI: 10.1080/17535650903345346.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. A Economia Política da Transição Chinesa no Último Quartel do Século XX. **Revista Tempo do Mundo**, IPEA, volume 4, número 3, Dezembro, Brasília, 2012. Disponível em < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6288/1/RTM_v4_n3_Economia.pdf > Acesso em 3 de Janeiro de 2019.

LIN, Liang-hung; HO, Yu-Ling. Confucian dynamism, culture and ethical changes in Chinese societies – a comparative study of China, Taiwan, and Hong Kong. **The International Journal of Human Resource Management**, Vol. 20, No. 11, 2402–2417, November, 2009.

Li X, Yongke L. The Belt and Road Initiative and China's Southeast Asia Diplomacy. **The Diplomat**, 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/11/the-belt-and-road-initiative-and-chinas-southeast-asia-diplomacy/> Acesso em 25 de Junho de 2020.

LI, Li; CHEN, Xuefei; HANSON, Elizabeth, C. Private Think Thanks and Public-Private Partnerships in Chinese Public Diplomacy. **The Hague Journal of Diplomacy**, Volume: 14, Issue: 3, Page Count: 293 – 318, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/1871191X-14301024> Acesso em 31 de Julho de 2020.

MAGNOTTA, Fernanda Petená. **A política dos Estados Unidos para a China na América Latina no início do século XXI: acomodação versus confrontação**. 2019. Tese (Doutorado em relações internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em relações internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2019.

MASIERO, Gilmar. A Economia Coreana: Características Estruturais. **Seminário Brasil e Coréia do Sul**, IPRI, MRE, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: < <http://www4.pucsp.br/geap/artigos/art6.PDF> > Acesso em 5 de Janeiro de 2020.

MEARSHEIMER, J. **Israel Lobby and US Foreign Policy**. FSG Adult, 2008, 496 pages.

Melissen, Jan. **The new public diplomacy**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MIKHAILOVA, Irina. Rússia e China: Transformações Econômicas à Luz da História Das relações Bilaterais. **Monções: Revista de relações internacionais da UFGD**, Dourados, volume 2. Número 3, jul./dez., 2013. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> > Acesso em 11 de Janeiro de 2020.

Ministério da Economia do Brasil. Comércio Exterior: Estatísticas de comércio exterior – Comex vis: países parceiros. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais> > Acesso em 13 de Janeiro de 2020.

MULCAHY, Kevin. Exporting Civilization: French Cultural Diplomacy. **Public Culture, Cultural Identity, Cultural Policy**. Edição de 2016, Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2017.

NISI, Roberto. **The soft power of Cool: Japanese Foreign Policy in the 21st century**. Tese (Doutorado em política internacional), Johns Hopkins University, Baltimore, 2017.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de Oliveira. A Intervenção Ocidental na Líbia: Interesses Ocidentais e o papel da Liga Árabe. **Brazilian Journal of International Relations**, volume 4, número 3, P. 670-693, Set/Dez, 2015.

PETROCCHI, Renato. A coexistência pacífica: estudos para a história de um conceito internacionalista. **Revista da Escola de Guerra Naval**, volume 24, número 3, P.601-636, Setembro/Dezembro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < <file:///C:/Users/ALEXANDRE%20FREITAS/Downloads/775-2035-1-PB.pdf> > Acesso em 8 de Janeiro de 2020.

PAMMENT, James. Articulating influence: Toward a research agenda for interpreting the evaluation of soft power, public diplomacy and nation brands. **Public Relations Review**, Nº40, P.50-59, Elsevier, 2014.

PAULINO, Luis Antônio. China: a procura do desenvolvimento. **Livre-docência**, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2017.

_____ A Pandemia do Coronavírus e seus impactos econômicos e políticos. Bonifácio, 23 de Março de 2020. Disponível em: < <https://bonifacio.net.br/a-pandemia-do-coronavirus-e-seus-impactos-politicos-e-economicos/> > Acesso em 25 de Março de 2020.

_____ O PAPEL DOS INSTITUTOS CONFÚCIO NO BRASIL DURANTE NO PERÍODO 2008-2018: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO CONFÚCIO NA UNESP. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos internacionais**, Volume 1, Número 2, 2019. Disponível em: < http://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/44 > Acesso em 30 de Março de 2020.

PINTO, Paulo Pereira. Taiwan – um futuro formoso para a Ilha? aspectos de segurança e política. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 47 (2): 59-99, 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a03.pdf> > Acesso em 9 de Janeiro de 2021.

PINTO, Paulo Silva. Taiwan mantém só 15 países aliados oficiais depois de perder 6. **Poder 360**, 2020. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/internacional/taiwan-mantem-so-15-paises-aliados-oficiais-depois-de-perder-6/> > Acesso em 8 de Janeiro de 2021.

QIN, Yaqing. Why is there no Chinese International Relations Theory? **International Relations of the Asia-Pacific**, Volume 7, Issue 3, September 2007, Pages 313-340.

QIZHENG, Zhao. How China Communicates? Public Diplomacy in a Global Age. 1ª Edição, Pequim: Foreign Language Press, 2012.

_____. The Wisdom of Public Diplomacy: Cross-Border Dialogues. 1ª edição, New World Press: Pequim, 2012.

Revista EXAME. Suíça pune banco por participação no escândalo da lava. Negócios. 1 de Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/suica-pune-banco-por-participacao-no-escandalo-da-lava-jato/> Acesso em 28 de Dezembro de 2019.

SAARI, Sinikukka. Russia's Post-Orange Revolution Strategies to Increase its Influence in Former Soviet Republics: Public Diplomacy *po russkii*. **Europe-Asia Studies**, 66:1, 50-66, 2014.

SABATIER, P; WEIBLE, C. **Theories of the Policy Process**. Routledge, 2017.

Saddiki, Said. El papel de la diplomacia cultural en las relaciones internacionales. **Revista CIDOB d'Afers internacionals**, núm. 88, Barcelona, 2009.

SEGRILLO, Angelo. **Reconstruindo a “Reconstrução”: uma análise das principais causas da Perestroika soviética**. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. Disponível em: <http://www.usp.br/lea/arquivos/angelosegrillotesedoutorado.pdf> Acesso em: 2 de Janeiro de 2020.

SILVA, Daniele Gallindo Gonçalves; ALBUQUERQUE, Mauricio da Cunha. “Hail Arminius! O Pai dos Alemães!”: a construção mítica da Unificação Alemã entre 1808 e 1875. **Topoi**, volume 18, número 35, P.330-355, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v18n35/2237-101X-topoi-18-35-00330.pdf> Acesso em: 26 de Dezembro de 2019.

SINGH, Hari. Prospects for Regional Stability in Southeast Asia in the Post Cold War Era. **Millennium: Journal of International Studies**, Volume: 22, Issue: 2, page(s): 279-300, 1993.

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The partial Power**, Oxford University Press, 2013, 409 páginas.

SNOW, Nancy. U.S. Public Diplomacy: Its History, Problems, and Promise. In: JOWETT, Garth. Readings In: **Propaganda and Persuasion: New Public Classic Essays**. SAGE, Editors, 2006.

_____; TAYLOR, Phillip (2009). **Routledge Handbook of Public Diplomacy**. Nova York: Routledge.

SOUTO, A. R; BASELLE; R.B.P. Instituto Confucio em America Latina: el caso uruguayo. **Simposio Electrónico Internacional sobre Política China**, X edicion, Galícia, Espanha, 2019.

SOUZA, Hércules Paulino. O sentimento anti-Japão na China: origens, estímulos e consequências. **Carta Internacional**, volume 12, número 2, P. 126-149, 26 de Setembro de 2017. Disponível em: < <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/633> > Acesso em 10 de Janeiro de 2020.

SPENCE, Jonathan, D. **Em Busca da China Moderna**. 1ª Edição, Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

SPERLING, Elliot. **The Tibet-China Conflict: History and Polemics**. Policy Studies 7, East-West Center, Washington, 2004. Disponível em: < <https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/bitstream/10125/3525/PS007.pdf> > Acesso em: 28 de Janeiro de 2020.

TANG, Wenfang; DARR, Benjamin. Chinese Nationalism and its Political and Social Origins. **Journal of Contemporary China**, 21 (77), September, 811 – 826, 2012.

TESLIK, Lee Hudson. Nation Branding Explained. **Council of Foreign Relations**, November, 2007. Disponível em: < <https://www.cfr.org/background/nation-branding-explained> > Acesso em 25 de Outubro de 2019.

THORTON, R. The Changing Nature of Modern Warfare. **The Rusi Journal**, 160:4, 40-48. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03071847.2015.1079047> Acesso em 20 de Setembro de 2020.

TSANG, Steven. **A Modern History of Hong Kong**, I.B.Taurius, Hong Kong, 2007.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a diversidade cultural**. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declarati_on_cultural_diversity_pt.pdf Acesso em 19 de Dezembro, 2019.

US CONGRESS. US Congress Library, 2019. Disponível em: <https://www.congress.gov/> Acesso em 25 de maio de 2020.

VAM HAM, PETER. Power, Public Diplomacy, and the *Pax Americana*. In: MELISEN, JAN. **The New Public Diplomacy**. Palgrave Macmillan, New York, 2005, P.P 47 – 67.

VALOR ECONÔMICO. EUA negociam venda de \$7 bilhões em armamentos para Taiwan, 2020. Disponível em: < <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/09/17/eua-negociam-venda-de-us-7-bilhes-em-armamentos-para-taiwan.ghtml> > Acesso em 10 de Janeiro de 2021.

VILLANOVA, Carlos Luís Duarte. **Diplomacia pública e a imagem do Brasil no século XXI**. 1ª Edição, FUNAG: Brasília, 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A novíssima China e o sistema internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, volume 19, número suplementar, p.131-141, Novembro, 2011. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/09.pdf> > Acesso em 3 de Janeiro de 2020.

WANG, Jian. **Soft power in China: public diplomacy through communication**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.

WEI, Cao. The Efficiency of China's Public Diplomacy **The Chinese Journal of International Politics**, Volume 9, Issue 4, Winter 2016, Pages 399–434, 2017.

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, Vol. 46, No. 2, pp. 391 – 425, 1992.

WYNE, S,ALI. Public Opinion and Power. In: SNOW, N TAYLOR, P. **Routledge Handbook of Public Diplomacy**, New York: Routledge, 2008, P.P 39 – 49.

XIGUANG, Li; JING, WANG. Web Based Public Diplomacy. **The jornal of International Communication**, 16:1, p.p 7-22, 2010.

YIN, Chan Wai. soft power and Paradiplomacy of the Hong Kong Special Administrative Region: A Critical Appraisal. **Thesis (Doctor of Philosophy), Hong Kong Baptist University**, 2019. Disponível em: < https://repository.hkbu.edu.hk/cgi/viewcontent.cgi?article=1694&context=etd_oa > Acesso em 12 de Janeiro de 2021.

YU, Junwei. China's Foreign Policy in Sport: The Primacy of National Security and Territorial Integrity Concerning the Taiwan Question. **The China Quarterly**, Volume 194, Junho de 2008, pp. 294 – 308.

ZHANG, Guozuo. **Research outline for China's cultural soft power**. Singapore: Springer, 2017.

ZHANG, Kevin Hongling. Why does so much FDI from Hong Kong and Taiwan go to mainland China? **China Economic Review**, 16, p. 293 – 307, 2005.

ZHENG, Sinming; CHEN, Shushu; TAN, Tien-chin; LAU, Patrick Wing Chung. Sports Policy in China. **International Journal of Sport Policy and Politics**, 10:3, 469-491, 2018.